

Reunião Temática – CABOS DA FAB – da Comissão de Anistia, no dia 29.11.2007, Sala 404, Ed. Sede do Ministério de Estado da Justiça

Postado em 24.mai.2014 | [Editar](#)
Por [GVLIMA](#) em [Postagens 2014](#)



Reunião Temática – CABOS DA FAB – da Comissão de Anistia, no dia 29.11.2007, Sala 404, Ed. Sede do Ministério de Estado da Justiça.

ÁUDIO - DEGRAVAÇÃO

Início: 00:01:28

Dr. Paulo Abrão – Presidente da Comissão de Anistia:

De quem é esse celular aí? Olá Deputada, como vai?...

Muito bem pessoal, agradeço a presença de todos, os nossos analistas estão aqui presentes, conselheiros, conselheira Egmar e conselheiro Lucena tão finalizando uma reunião do Grupo de Trabalho sobre Camponeses, da região ali da Trombas de Formoso e Pontalina aquele Grupo de Trabalho que nós instituímos em razão da vinda daquele pessoal naquela vez lá do Mirinho, acho que vocês todos se lembram. A Luciana e o Egmar já tem feito ai umas..., já fizeram umas cinco reuniões com os analistas, tão criando uma..., tentando apresentar, criar uma solução para podermos apresentar, pra a gente poder resolver aquela questão também. Então antes de nós começarmos efetivamente os nossos trabalhos na Comissão na sessão de hoje, nós temos uma pauta relativamente extensa de informes e a pauta que ta aí posta apresentação dos analistas sobre a sessão temática de hoje “Cabos da Força Aérea Brasileira”, Apresentação dos Projetos Educacionais Memorial e a pauta Acumulação de Indenizações, Arsenal de Marinha, Lapso Temporal para fins de Prestação Única e esses três últimos tópicos, Conselheira Beatriz, numa mensagem de ontem, solicitou que incluíssemos também. Então, nós estamos aqui com a honra em

receber a deputada Gil Moraes veio nos fazer uma visita formal aqui à Comissão de Anistia. A deputada Gil Moraes, todos sabem, construiu conosco a comissão, aquele Grupo de Trabalho no qual nós fomos ao Araguaia, tivemos lá naqueles dois dias, conselheira Ana Maria, Conselheiro Rodrigo, Conselheira Roberta, Conselheiro Egmar e eu, foram, no meu juízo, um dos principais marcos desse ano de atuação da Comissão de Anistia e, de antemão, gostaria de público agradecer o apoio que a deputada nos deu, representando a Câmara dos Deputados, a Comissão de Direitos Humanos isso foi de uma outra envergadura, inclusive pra nossa ação lá e testemunhar, muito particularmente, que não é, eu acho que muito raro, aliás, não é sempre que a gente vê uma deputada indo pegar no batente, ali junto, o dia inteiro, ficamos das 8 até dois dias seguidos sem almoçar, sem jantar direito, de madrugada voltando pelas estradas do Pará e a deputada ali conosco em Grupo de Trabalho, ouvindo e, é incomum, é muito incomum isso, não temos que falsear a realidade, é muito incomum, realmente os deputados não são seus assessores a pegar, na hora de pegar, na hora de pegar caixa mandam seus assessores, ne, até mesmo porque têm uma outra série de outras responsabilidades, eu fiquei admirado em ver a deputada ali conosco carregando caixas, essa foi a verdade como qualquer um outro ali, mesmo sendo uma parlamentar representando o Congresso Nacional, então, foi uma experiência muito rica com a qual nós ainda temos frutos a colher e o nosso desafio ainda permanece em realizar justiça para aquele povo. Então quero passar a palavra à deputada que muito gentilmente veio nos fazer essa visita aqui hoje.

Início: 00:05:00

Deputada Gil Moraes:

Boa tarde a todos, boa tarde Presidente Paulo, eu teria que chegar mais cedo um pouquinho para não atrapalhar a dinâmica dos trabalhos, por isso eu vou ser breve. Eu queria, em primeiro lugar, registrar a importância, não apenas do sentido da reparação do trabalho de vocês, mas, sobretudo da recuperação da história, o trabalho que cada um de vocês realiza na apreciação dos processos que por aqui passam, representa também um resgate histórico e uma construção da história que só mais adiante nós poderemos ter a dimensão do que significou nesse período. Acho que o trabalho, o desafio de vocês é como ter o equilíbrio que o julgamento exige e ao mesmo tempo um distanciamento que as emoções que com certeza atinge cada um de vocês vai impactar. Eu fui uma das julgadas aqui. Fui condenada durante um período, vivi 10 anos na clandestinidade e senti o quanto de..., do que é que representa simbolicamente a reparação até da própria autoestima. Queria registrar que essa nova fase de vocês irem aos lugares para o julgamento também representou uma nova dinâmica que aproximou mais a sociedade dessa temática. Nós enfrentamos uma disputa na sociedade, muitos acham que o trabalho da Comissão de Anistia já não tem mais sentido tantos anos que se passaram, não compreendem o que é que significa esse processo de resgate, de reparação, tão necessário, aliás, os fatos históricos só têm condições de serem enfrentados com serenidade pela distância do tempo. Por isso que eu acho, desde da ida de vocês ao Congresso da Uno, mas, sobretudo a ida à Região do Araguaia representou algo que é um ensinamento para as instituições brasileiras, acho que se a República fosse constituída de homens e mulheres como vocês, que não só realizam seu trabalho, mas, se despem da burocracia e vão à busca dos acontecimentos, nossa República seria bem melhor, por isso que eu cumprimento, cumprimento em nome da Comissão. Estive com o presidente Luiz Couto dando a satisfação, depois ele quer tomar conhecimento do relatório, um relatório complexo, a dimensão do que foi registrado é muito grande, e a serenidade de acolher aquilo que é também fundamental muito grande, mas vim aqui dá um abraço, dizer que vocês, o Brasil agradece muito a vocês, mas, sobretudo, muita gente que andou pastando, a gente que andou pastando por esse tempo afora e que tem no trabalho de vocês a certeza de que o nosso país não vai esquecer daqueles que deram a

sua vida pela democracia, embora enfrentamos tantos problemas hoje, tantas sequelas hoje, mas o que importa é que vocês estão aí levantando a bandeira da reparação e da anistia àqueles que num tempo deram o melhor de suas energias. Parabéns pelo trabalho de vocês, parabéns presidente, acho que, sem dúvida nenhuma, virei um outro momento para acompanhar o trabalho de julgamento porque a vida da gente daquele tempo ela é muito tocada por esse trabalho de vocês. Obrigada aí a vocês e desculpem interromper.

Início: 00:08:44

Dr. Paulo Abrão:

Imagina, nós é que agradecemos muitíssimo a gentileza da visita, deputada. Seja sempre bem vinda, a senhora é uma parceira da nossa comissão. Muito obrigado.

Bom, conselheiros, nós vamos começar então, hoje, já de antemão eu queria anunciar que eu tenho, como já avisei, eu tenho uma viagem às 17 horas, então nós temos aí um tempo um pouco mais exíguo para os nossos trabalhos.

Então vamos começar com a nossa apresentação do pessoal, os analistas Claudia Grisel Cursi Ramos Leão, esse também é nome de ministra do Supremo, José Lavinias da Rocha Filho e a Luciana Ramos, então, hoje, Cabos da Força Aérea Brasileira. Vamos lá pessoal!

Início: 00:10:20

Luciana Ramos – Analista da Comissão de Anistia:

Boa tarde conselheiros e conselheiras, meus colegas analistas. O assunto que a gente vai tratar hoje, Cabos da Força Aérea Brasileira, antes de mais nada, ele é complexo mas não é difícil. Requer apenas um pouco mais de paciência para que a gente possa delinear e fazer toda uma cronologia de legislação para que vocês possam entender de uma forma um pouco mais clara.

É imprescindível a gente fazer uma retomada histórica, embora todos aqui tenham conhecimento dos fatos históricos da época. Mas é interessante pra que a gente possa dar destaque a alguns fatos mais específicos.

A gente faz um recorte a partir de 61, que é o período justamente de transição do Governo de Jânio Quadros pro João Goulart, pro Jango, justamente no período em que o Jânio renuncia a presidência e o Jango está na China e ministros militares, logo que Janio renuncia, tentam impedir a posse do Jango, contudo, o Brizola, na época Governador do Rio Grande do Sul e cunhado do Jango, faz de tudo e se articula pra que ele entre no país e possa tomar posse e aí começa toda uma campanha que foi chamada de Campanha da Legalidade a favor da posse do Conselheira Jango. Contudo os militares tentam impedir de todas as formas e chegam até a programar um ataque de avião ao Palácio do Piratini onde se encontravam, contudo foi sabotado pelo próprio pessoal do controle das FFAA, mais especificamente, o pessoal da Força Aérea e aí a gente vai poder entender isso mais a frente, como é que isso vai se refletir, em virtude da própria atuação do Comando da Aeronáutica e de alguns militares da Aeronáutica diante dessa situação dos Cabos da FAB. Então, enfim, foi programado esse ataque que foi boicotado. O Comando do Terceiro Exército apoia o Jango e aí ele toma posse, toma posse com seu poder limitado em função de uma

Emenda Constitucional que instituiu o Parlamentarismo, mas que logo em seguida, em 63, por meio de um plebiscito, o Presidencialismo volta e ele começa a tomar, a dar seguimento ao seu plano de governo e aí tem o Plano Trienal, todas as Reformas de Base que ele pensou, Reforma Agrária, Trabalhista, Educacional, Bancária, o seu estreitamento, o estreitamento das relações diplomáticas do país, do Brasil com a ex União Soviética, o discurso da nacionalização das refinarias de petróleo, o não apoio do Governo brasileiro ao Governo americano pra atacar Cuba, então, todas as medidas que Jango vinha tomando davam medo a alguns setores da sociedade que achavam que era um projeto comunista, que ele ia instituir o comunismo no Brasil e que deveria ser parado, deveria ser estagnado, esses projetos deveriam ser estagnados, então, dois fatos, basicamente, culminaram com o Golpe de 64, num primeiro momento o discurso da Central do Brasil diminuindo..., um discurso do próprio Jango dizendo que ia diminuir a participação de empresas estrangeiras junto a exploração de minérios no país em prol de todos esses projetos que ele já vinha tentando desenvolver, isso foi um pouco do estopim e a Revolta dos Marinheiros em 64 que foi uma comemoração da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro. Essa associação era considerada ilegal, então aquela festividade toda ali tava indo de encontro ao Comando da Marinha e o Comandante da Força então mandou um efetivo para prender os companheiros de farda pra acabarem com aquilo ali e como todos sabem eles não aceitaram, muito pelo contrário, se juntaram com quem já estava lá e isso foi uma afronta, e desde daí inúmeras medidas foram tomadas pra tirar, pra limpar a corporação da Marinha, nesse primeiro momento, dos subversivos, dos chamados subversivos, e aí foi quando vieram as demissões em massa, não só elencando nomes de todos que participaram, de acordo com a Exposição de Motivos 138 que é uma dentre as várias medidas adotadas pela Marinha mas que expulsa, bane dos quadros da Marinha todos os fuzileiros, todos aqueles que participaram desse evento lá no Sindicato dos Metalúrgicos e que isso mais tarde vem influenciar nas outras Forças, tanto na Aeronáutica como no Exército. Mas a gente vai falar aqui, basicamente, da Aeronáutica. Então nessa exposição de motivos 138 a gente pode perceber, dois trechos, a gente conseguiu destacar dois trechos que vão elucidar bem o que a gente vai falar durante a exposição que o então Marechal, Comandante da Marinha, Marechal Humberto Alencar solicitava, dizia nessa Exposição de Motivos **“venho solicitar a V. Excia. autorização prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei do Serviço Militar para licenciar qualquer que seja todas as praças não atingidas pelas medidas de expulsão mas de alguma forma envolvidas nos acontecimentos acima referidos”** no caso da revolta dos marinheiros, **“no futuro, sob circunstâncias adversas, constituírem as praças remanescentes o cerne de um novo movimento de rebeldia e mesmo no presente um fator de resistência no restabelecimento no correto estado de espírito no restante das praças da Marinha não participantes mas expectadores daquele foco de indisciplina e subversão”**, ou seja, não só os que participaram mas todos aqueles que pudessem vir a gerar riscos pra Marinha deveriam também ser banidos. Então, tudo isso gerou toda uma fragilidade dentro das Forças que começaram a..., que começou a tomar medidas mais drásticas e aí, onde é que entra a Aeronáutica nessa história? A Aeronáutica assim como a Marinha começa as demissões em massa, então começa a editar várias portarias, várias legislações com o intuito de tirar, de realmente de limpar, de extirpar os subversivos das Forças, da Aeronáutica. Então, é diante desse contexto de limpeza das FFAA, dos subversivos que várias medidas foram tomadas como edição das seguintes portarias: a 1103, de 64, que a gente vai falar mais adiante, que foi o primeiro ato, que foi a expulsão de 11 praças que formavam a Associação dos Aeronautas; a portaria 1104 que hoje vocês puderam ouvir bastante dos requerentes que estavam de manhã, mencionaram muito e há uma controversa bem grande; o decreto 55629, de 65, que propôs, que propôs não, que fechou a Associação dos Cabos da FAB e o Boletim Reservado 21 dentre outros, esse é só pra gente citar. Então, diante de todo esse momento histórico, de todos esses fatos, a Aeronáutica também tomou suas medidas de limpeza, de higienização das Forças também por meio de legislações, mas diferentemente da Marinha, num primeiro momento, não menciona nominalmente as pessoas que seriam afetadas, mas, enfim,

estabelece normas ou portarias ou atos administrativos genéricos, mas com o intuito de tirar os subversivos da Força.

Início: 00:21:19

José Lavinhas da Rocha Filho – Analista da Comissão de Anistia:

Boa tarde Sr. Presidente, Conselheiros, Conselheiras, demais colegas.

Vou abordar aqui, tentar abordar sobre a motivação política da Portaria 1104.

Esse grupo entende que, para que a gente possa conhecer realmente a verdadeira motivação da portaria 1104, que nós devemos observar os outros fatos que revestiam, os fatos, os fatos políticos, o momento político enfim, que se encontrava naquela época quando da edição da portaria 1104. Esse pensamento também foi externado ontem no TCU pelo ministro Benjamim Zimmer, ele externou isso ao relator Sherman Cavalcanti, relator do processo do Tribunal de Contas, dizendo que quando se trata de um ato expedido por um estado de exceção que não se deva olhar somente o ato em si, e sim, todo aquele conjunto político que havia a época da edição desse ato. Pra isso a gente destaca..., pra que a gente possa fazer essa análise, a gente destaca esses seguintes legislação e também fazendo uma ponte com o momento histórico que a Luciana descreveu, toda aquela questão que havia na Marinha, ou seja, nas FFAA.

Primeiro nós temos a Portaria 570 que, ela garantiu o acesso das praças à estabilidade, ou seja, o militar poderia ir pedindo reengajamento até atingir a estabilidade com 10 anos e assim prosseguir, ter uma progressão maior. Aí já passamos para a Portaria 1103, de 64. Essa portaria ela é bem incisiva. Ela expulsou 11 praças da FAB por participarem ou serem dirigentes da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira. Ela já tem o conteúdo político porque teve investigação sumária e foram realmente expulsos. Aí tá nominado o nome desses..., a relação dos praças. Na Portaria 1104 ela revogou a Portaria 570, a anterior, e editou, com base na Lei do Serviço Militar e todos os atos que colidam com as novas instruções, ou seja, ela trouxe novas instruções e impediu os cabos que atingissem a estabilidade, limitou o tempo desses cabos em 8 anos, no máximo. A seguir tivemos a Portaria 1105 que substituiu um oficial encarregado do IPM, tivemos o Decreto 55629, de 26 de janeiro de 65, que suspendeu a ACAFAB pelo prazo de 6 meses e esse decreto ele traz uma peculiaridade que vale a pena a gente ler. Ele suspendeu as atividades da ACAFAB por 6 meses e trouxe assim: **“Considerando que a suspensão da referida associação complementar uma série das medidas adotadas pelas autoridades federais para erradicar do meio social e, sobretudo, das classes militares os organismos subversivos – decreta...”**, e aí que fica suspensa a ACAFAB, ou seja, a gente pode observar aí que ele veio depois da Portaria 1104 mas ele dá a entender que aquilo ali foi o fechamento de várias medidas que a Força Aérea fez para que se pudesse erradicar a subversão do meio militar e por fim temos o Boletim Reservado 21 que ele traz a solução do IPM da ACAFAB e ele também é bem, demonstra bem esse conteúdo e fala muito sobre subversão, que lá na ACAFAB eram feitas reuniões de cunho político e tudo mais, e decreta o fechamento da instituição, da Associação e também recomenda que as autoridades militares tomem cuidado com a concessão de reengajamentos para..., se não me engano, são 80 e poucos militares, em torno de 80 militares, 80 cabos, que quando esses cabos viessem solicitar o reengajamento, que se tomassem cuidado contra a conduta civil, conduta política, tudo isso. Aí eu destaco aqui alguns pontos principais da Portaria 1104: ela limitou o tempo de serviço dos cabos em 8 anos contados a partir de sua inclusão, impedindo que eles tivessem o acesso à estabilidade que seria só com 10 anos; ausência de qualquer regra de transição, para aqueles com tempo inferior de 6 anos, porque isso? Porque ela trouxe regra de transição pra quem tinha de 6 a 8 anos.

Essas pessoas que tinham de 6 a 8 anos quando da edição da portaria elas podiam fazer mais um pedido de reengajamento e dentro desse tempo eles poderiam fazer concurso para Escola de Especialistas da Aeronáutica e aí, eles poderiam, se aprovados, passariam para o Quadro de Sargento, mas para aqueles que teriam, na edição da portaria, menos de 6 anos, não foi adotada regra de transição nenhuma, simplesmente eles passaram sob a vigência da 1104. Em princípio possuía aspectos meramente administrativos, no entanto, revestia-se de motivação política. Esse entendimento já foi externado, inclusive, pelo ministro Nelson Jobim num julgado do STF, Claudia vai falar nisso posteriormente. E, quanto ao engajamento, quanto a conveniência da Administração, convém a gente falar que sim, realmente, nós nunca entendemos o contrário, a concessão do reengajamento pela autoridade militar era uma faculdade, a autoridade militar pode conceder ou não, só que a gente entende, o grupo entendeu que, quando você tem um militar que já está há 8 anos na Força, ele vem pedindo reengajamento sucessivos de 2 em 2 anos, natural seria que ele realmente continuasse na Força, porque se ele fosse realmente um militar alterado ele já tinha sido excluído a bem da disciplina, ou seja, enquadrado no regulamento mesmo, não precisaria de mais nada. A Comissão de Anistia vem julgando vários requerimentos de militares indisciplinados, que foram excluídos a bem da disciplina, que não possuíam um comportamento bom, então por isso que nós entendemos que, se ele continuou os 8 anos e veio sendo concedido engajamento e reengajamentos a ele, é que ele possuía condições de continuar na Força Aérea. Aí, conjuntamente nessa análise, nós temos o Ofício Reservado 04 que foi bastante falado lá pela manhã pelo que ouvi. Esse Ofício Reservado ele é fruto de um Grupo de Trabalho que dedicou especial atenção a situação dos Cabos com mais de 8 anos. Propôs estímulos a eles para ingresso na Escola de Especialistas. Isso aí foi antes da edição da Portaria 1104 e esse estudo ele coloca, o estudo do Grupo de Trabalho ele coloca que, assim, eu vou transcreve aqui: “**Não nos parece que haja inconveniente que sejam sargentos até o final de carreira em lugar de permanecerem cabos**”, ou seja, eles não queriam que essas pessoas fossem excluídas dos quadros, queriam que realmente que eles prosseguissem na carreira e não ficassem como cabos pelo resto da vida. Aí temos também o Boletim Reservado 21, de 11 de maio de 65, que foi o inquérito, o fechamento do Inquérito Policial Militar que realmente determinou a cassação, o fechamento da Associação dos Cabos da Força Aérea Brasileira. O inquérito policial para apuração de atividade subversiva na entidade da ACAFAB que teve a participação direta nos acontecimentos subversivos que foram levados a efeito no Sindicato dos Metalúrgicos. Aqui sua motivação política, nós transcrevemos alguns citações do nosso voto que a gente sempre usou aqui na Comissão de Anistia, eu acho que não convém ler, esse material encontra-se na pasta dos senhores e aqui eu vou fazer uma cronologia dos fatos, do que aconteceu aqui na Comissão de Anistia:

Em 16 do 07 de 2002, a Comissão de Anistia editou a Súmula 2002.07.0003 que entendeu que a Portaria 1104, expedida pelo Ministro da Aeronáutica é ato de exceção de natureza exclusivamente política.

Em 12 de março de 2003, tivemos um Parecer da Consultoria Jurídica da lavra do Assistente Jurídico Sergio Ernesto ?????, o qual foi aprovado pelo Consultor Jurídico do Ministério da Justiça. Esse Parecer ele conclui que a 1104 é ato de exceção para os que entraram antes da edição da portaria. Esse Parecer, inclusive, ele trata, não trata somente da 1104, fala também do caso da Petrobras e de Aeronautas.

Início: 00:30:37

José Lavinias da Rocha Filho – Analista da Comissão de Anistia:

Em 25 do 05 de 2003, logo assim que o Ministro Marcio Thomaz Bastos assumiu, ele solicitou à AGU um Parecer à respeito da legalidade e abrangência dessa Súmula anterior que vinha sendo adotada. **Vale frisar aqui que quando da edição dessa Súmula lá em 2002, os requerimentos passaram a ser julgados, deferidos indiscriminadamente tanto para aqueles que entraram antes da edição da Portaria quanto para aqueles que entraram após.** E aí, veio um Parecer da AGU chamado JD-3. Esse parecer tem entendimento que a..., ele diz o seguinte: que a portaria 1104, a princípio, ela não teria uma motivação política e que, de fato, certamente não teria para aqueles que ingressaram após a edição da portaria. **E aí, a partir de..., logo depois, em 12 de fevereiro de 2004, nós tivemos a decisão do Ministro Márcio para poder instaurar..., decidiu-se que realmente seria só pra aqueles militares que ingressaram antes da edição da portaria 1104 e considerando que tinha alguns requerimentos naquela época que já tinham sido deferidos pela Comissão e tiveram as suas portarias assinadas e publicadas, pra aqueles militares que tinham sido..., ingressaram após a edição da Portaria ele resolveu abrir o procedimento de anulação. E assim foi feito em 495 processos.**

17 do 02 seria uma consequência, seria um despacho do Ministro da Justiça indeferindo requerimento de anistia de praça que ingressaram no Serviço Militar após a edição da Portaria 1104. Como consequência dessa decisão também tivemos o julgamento dos cabos que ingressaram após a edição da Portaria na Comissão de Anistia. Até então nós vínhamos somente agrupando. Foi um julgamento que ocorrido em 05 de maio de 2004, na época foram 3100 processos indeferidos numa sessão só e, residualmente, em sessões posteriores outros casos que ficaram pra trás também foram indeferidos.

Em 24 do 06 de 2004, julgamento da 6ª Sessão Ordinária da Terceira Câmara em indeferimento em bloco. Aí é o que eu disse justamente sobre subsidiariamente os que ficaram. Esses requerimentos encontram-se no arquivo e não tiveram publicação de portarias, simplesmente foram indeferidos.

Em 31 do 10 de 2006, tivemos o despacho do ministro do TCU no sentido de não proceder ou evitar o pagamento do retroativo dos anistiados. Todos aqui já sabem, o TCU veio sustando a motivação política dessa portaria e num sentido liminar orientou que o Ministério da Defesa não fizesse pagamento do retroativo, somente da prestação mensal.

Agora já passo pra Claudia aqui sobre a referência no Poder Judiciário.

Início: 00:33:50

Claudia Grisel C. Ramos Leão – Analista da Comissão de Anistia:

Boa tarde a todos. Essa decisão é uma referência muito importante pra a Comissão de Anistia porque ela praticamente ela, em suma, resume todos os julgados em primeira e segunda instância, inclusive, no Superior Tribunal de Justiça. Essa aqui é uma ementa, inclusive ela foi..., o relator foi o ministro Nelson Jobim, na presidência de Celso de Mello e ela foi julgada por unanimidade e os fundamentos da respeitável decisão consta que: **“o conteúdo político da mencionada portaria é indubitável pois editada num momento histórico em que se procurava punir os oficiais considerados subversivos por suas concepções político e ideológicas através de mascarados atos administrativos. A inicial é forte ao insistir no caráter de exceção da Portaria 1104, maquiada como um simples conjunto de regras de natureza administrativa”**. Eu pontuo aqui uma questão muito importante. É, porque é que se fez uma relação sempre na Marinha e com a Aeronáutica? Porque na Exposição de Motivos daquele documento 138 havia uma preocupação

em punir os remanescentes, estavam insatisfeitos com a simples punição daqueles que foram apurados, ou seja, que foram indiciados num Inquérito Policial Militar, então, ele queria, inclusive, autorização pra punir todas as praças remanescentes, e assim, eles foram fazendo nas três Forças Singulares como uma forma de que, aquela mobilização do soldado ou dos praças, assim como queiram designar na esfera administrativa, não desencadeasse mais processos revolucionários dentro das Forças pra não trazer insatisfação e que os remanescentes ficassem ali como uma forma de novos movimentos. Então, essa Portaria 1104 ela nunca pode ser analisada de forma isolada. Se ela for analisada de forma isolada ela corre o risco de se falar que é uma legislação ato administrativo simples, mas se for olhar todo o momento histórico, de todos os ofícios sigilosos, inclusive as medidas adotadas na Aeronáutica, como falou o meu colega Lavinias, que foi a Portaria 1103, a 1105, o próprio Decreto do fechamento da Associação de Cabos, você tem que essa Portaria 1104 ela foi realmente maquiada como uma..., um ato administrativo, mas ela tinha um conteúdo político muito forte. Essa parte final é mais os fundamentos. Acho que tem um material na pasta dos senhores, acho que não convenhamos a gente alongar muito.

A auditoria do Tribunal de Contas, ela suspendeu todos os processos julgados pela Comissão de Anistia em que o motivo do licenciamento se deu pela Portaria 1104, exatamente porque eles não consideram um ato de conteúdo político mas um ato administrativo simplesmente. Mas no despacho liminar do relator ele teve a cautela de não suspender as prestações mensais por causa do seu caráter alimentar e somente proibiu, vedou o pagamento do retroativo financeiro como uma forma de cautela apenas, até que o Tribunal se posicionasse definitivamente sobre a matéria. A resposta da Comissão de Anistia, à época, quando solicitou informações da Comissão de Anistia sobre esses casos, tivemos o cuidado de indicar que seria uma divergência interpretativa mas não poderíamos afirmar nunca que seria uma irregularidade ou uma ilegalidade, até porque o assunto foi objeto do Poder Judiciário, então eu lhe pergunto: será que o Poder Judiciário então estaria recaído em irregularidade? Em fraude também? Me permitam, apenas aqui, fazer uma pontuação que eu creio que é muito importante nesse momento de que..., eu coloco até um pouco em questão o poder de fiscalização instituído pela Constituição Federal ao Tribunal de Contas quanto a matéria porque na medida de que esse assunto já foi objeto de lide no Judiciário, já foi objeto de exame, ele não pode recair sobre o poder fiscalizatório alegando-se irregularidade ou fraude, porque, eu volto a fazer a mesma pergunta: Então o Judiciário estaria..., a Suprema Corte do nosso país, ao adotar nos fundamentos dessa decisão a questão de conteúdo político? É só uma pontuação apenas e uma indagação de que na minha avaliação crítica.

Eu faço um passo muito importante....

Início: 00:39:53

José Lavinias da Rocha Filho – Analista da Comissão de Anistia:

Abordando aqui sobre o posicionamento da Comissão de Anistia até o TCU se pronunciar, nós temos o seguinte: essa **Súmula 0003** que nós falamos, ela continua em vigência, não foi alterada; o **Parecer AGU JD-3**, para aqueles que entraram após a edição, a Portaria é mero ato administrativo. Nesse sentido é que a Comissão de Anistia vinha se posicionando, deferindo, concedendo a declaração de anistiado político e demais direitos apenas àqueles que ingressaram na Força Aérea Brasileira antes da edição da Portaria 1104. Entende que pra aqueles que entraram posteriormente seria somente um ato administrativo, já sabiam, como se fosse assim, à miúdo, já sabiam as regras do jogo. Um posicionamento também vale ressaltar é o de “**dentro da nota**” e “**fora da nota**”. As vezes os senhores podem ouvir por aí, a denominação que se deu internamente

na Comissão de Anistia “**dentro da nota**” seriam aqueles que ingressaram antes da edição da portaria, e “**fora da nota**” seriam aqueles que ingressaram após.

Seguindo o mapeamento dos processos pra situação que nós temos atualmente dentro da Comissão de Anistia, temos o seguinte quadro:

Dos julgados, nós temos 2734 deferimentos, todos com prestação mensal, permanente e continuada;

3117 indeferidos, ou seja, aqueles que ingressaram após a edição da Portaria 1104. Esses requerimentos não foram..., não tiveram suas portarias publicadas e encontram-se no arquivo, e;

495 portarias anuladas ou com procedimento de anulação em aberto. Seriam aqueles requerimentos que quando da entrada do ministro Marcio Thomaz Bastos já tinham seu..., já tinham sido deferidos aqueles que ingressaram após a edição do ato; e

Não julgados, atualmente nós temos em torno de 120. Mas, a cada dia continua chegando alguns requerimentos, pouco, mas muito pouco, perto do que já chegou.

Início: 00:41:58

Dr. Paulo Abrão:

Quantos desses indeferidos aí, que não foram finalizados, que foram indeferidos, só julgamento e não foi publicado portaria?

José Lavinas:

3117.

Dr. Paulo Abrão:

São 3117? Na prática....

José Lavinas:

Só teve indeferimento na Comissão.

Dr. Paulo Abrão:

Só foi julgado, mas não foram finalizados e não foi feita a portaria?

José Lavinias:

Não. Só tem voto, tem Certidão de Julgamento, mas não tem finalização.

E os “não julgados” em torno de 120, como eu disse, continua chegando, mas, em quantidade muito menor.

Início: 00:42:42

Dr. Paulo Abrão:

É por isso que eles têm tanta esperança que a gente vai mudar tudo, entendeu? Os indeferidos não foram publicadas a portaria. Oh Lavinias, o Conselheiro Vanderlei está perguntando por que é que não foi publicada as portarias? Você sabe dizer se alguém tem essa informação? Janaína? Jana por favor.

Início: 00:43:10

Janaína Abigail – Secretária da Terceira Câmara (dos militares) na Comissão de Anistia:

Na verdade eu nem sei se posso falar no microfone porque nós recebemos uma orientação. (risos)

Dr. Paulo Abrão:

Orientação da onde? Como é que é isso?

Janaína Abigail:

Do Ministro de Estado da Justiça à época, Dr. Marcio Thomaz Bastos, no sentido de que..., só pra rememorar: **nós tínhamos julgados antes do Dr. Marcio Thomaz Bastos processos de cabos pra deferir e a todos indistintamente, tanto os “dentro da nota” como os “fora da nota”, ou seja, independente de ter sido incluído antes ou depois da Portaria 1104.** Quando o ministro da Justiça assumiu, Marcio Thomaz Bastos, mudou o Governo, Fernando Henrique para o Presidente Lula, nessa ocasião, o Chefe de Gabinete dele, Claudio Alencar disse o seguinte, por meio de um ofício: devolvam-se os 497 Avisos já encaminhados de processos de cabos **“fora da nota”** que foram deferidos e **que gerou aqueles processos de anulação que foram realizados dentro do gabinete do Marcio Thomaz Bastos** e os de indeferimentos que..., os processos que estavam aqui, que estavam nessa mesma situação dos resgatados, eles falaram o seguinte: vamos indeferir com base nessa situação e não vamos publicar porque nós estamos mudando pro Governo Lula e estamos no primeiro semestre dessa gestão e não podemos, enquanto Comissão de Anistia, apresentar 3000 indeferimentos.

Dr. Paulo Abrão:

Aí passou o primeiro ano, passou o segundo ano, passou o terceiro ano, passou o quarto ano, passou o quinto ano, passou o sexto ano e a bomba agora está pra nós?

Janaína Abigail:

Exatamente.

Dr. Paulo Abrão:

Ah, legal.

Mais alguma coisa amigos?

Início: 00:45:08

Claudia Grisel C. Ramos Leão – Analista da Comissão de Anistia:

Só pra finalizar aqui, a referência legislativa, que eu acho que é o ponto bem forte dessa questão toda, da onde que seria o enquadramento legal da Portaria 1104 como ato de exceção de conteúdo político. Nós fomos buscar em publicações do Senado Federal quando da justificativa de apresentação da Emenda Aditiva ao artigo 2º, inciso 12, inciso 11 aliás, da nossa Lei 10559, o que viria a ser licenciamento por ofícios sigilosos e pegamos o bing da questão aqui, muito forte, a justificativa foi exatamente essa, era pra declarar como anistiado político a maioria das praças da Marinha e Aeronáutica que foram licenciados com base nos atos 424, 425, 0365, na Marinha e a Portaria 1104 na Aeronáutica, com fundamento em legislação comum, quer dizer, eles utilizaram o artifício do ato administrativo mas de conteúdo político, quando na realidade, ditos atos e portarias estavam eivados de vícios nulos por contrariar o Princípio Constitucional da Equidade e Isonomia, podendo as FFAA excluir qualquer praça sem fundamentação plausível, bastava ser considerada um subversivo, em desrespeito ao Princípio do Devido Processo Legal. Então, a vontade do legislador na Lei 10559 foi colocada no inciso XI, do artigo 2º, porque consta expressamente foi publicado devidamente essa justificativa como emenda aditiva e ela constou expressamente da nossa redação. Por isso que é muito importante analisar a Portaria 1104 realmente com todos esses conteúdos e, se me permite o presidente falar apenas uma questão aqui, pontuar a questão do julgamento que foi muito polêmico lá no TCU exatamente isso, porque pegaram a Portaria 1104 e analisaram ela de forma muito simplista, sem uma análise sistemática e juristas ali muito bem conceituados fizeram uma análise muito bem crítica da situação dizendo que ela tem que ser apresentada diante de todo um contexto sociológico, histórico, que não pode se olhar apenas números. A questão do porque os cabos recebem..., isso seria valores altos pra União, aquela coisa que se discute muito, a questão do superávit e foi muito polêmica a questão, que eu acho que o presidente talvez trará novas informações, eu queria só pontuar isso que foi muito polêmico, que não existiu uma unanimidade entre os conselheiros, dos ministros conselheiros nessa questão de se deliberar o conteúdo do relatório de auditoria, que ele realmente

causou muita surpresa e até uma..., eu acho aqui que nosso Grupo de Trabalho que acompanhou lá no TCU, uma certa indignação quanto a formalidade dos procedimentos administrativos, do contraditório, o direito à palavra aos advogados, palavra aos interessados, até porque o Regimento Interno, eu acredito, daquele Colegiado, tem que se enfrentar diante da nova Súmula 3 do Supremo Tribunal Federal que fala do contraditório e isso não foi permitido a nenhum dos anistiados lá, em nenhum momento que a gente conseguiu verificar e a questão em si, a questão do mérito que pelos fundamentos do relator devolveria pra Comissão pra se fazer uma revisão, uma revisão de todos os julgados e traçando pra Comissão, quer dizer, usurpando a competência do Senhor Ministro de Estado da Justiça quando da análise de mérito na motivação exclusivamente política, porque seria deste Colegiado, com a assessoria deste Colegiado a competência do Ministro de Estado da Justiça e ele colocou critérios, aliás, não colocou critérios de anulação, disse que teria que ser anulado, mas não se colocou os fundamentos e que aqui se estabelecesse o contraditório, ora, como aqui pode se estabelecer o contraditório se já foi determinada a anulação? Mas essa questão não foi..., foi convertido a decisão do relator, não foi sujeito a deliberação e foi convertido em diligência para que um ato daquele Colegiado, um ato administrativo colegiado resolva como será a análise sistemática daquela Corte, então ainda está polêmica e talvez o presidente pode dar maiores informações. Só essas questões presidente, agradeço à todos e o Lavinias vai fazer o fechamento com as sugestões do encaminhamento dos trabalhos.

Início: 00:50:58

José Lavinias:

Bem, Sr. Presidente, para fechar aqui, a sugestão que nosso grupo traz é que essa Comissão, esse Colegiado continue considerando a Portaria 1104 como ato de exceção para aqueles que foram incluídos anteriormente à edição da portaria e, conjuntamente, uma releitura da Súmula 0003, no que tange aos que forem incluídos após a edição da mencionada portaria, tendo em conta, precisamente, que a Súmula somente fala que a 1104 é ato de exceção então fica aberto, tanto pra quem entrou antes como pra quem entrou depois. É isso aí, senhor presidente.

Início: 00:51:36

Dr. Paulo Abrão:

Obrigado. Só uma dúvida. A Súmula 0003, o texto dela passou aí?

José Lavinias:

Não.

Dr. Paulo Abrão:

A redação dela, a redação atual....

Início: 00:51:58

Conselheiro Vanderlei Oliveira, Representante do Ministério da Defesa:

Ela é muito simples. Ela diz apenas a portaria número 1104 é considerada instrumento de exceção.

José Lavinias:

É ato de exceção de natureza exclusivamente política.

Início: 00:52:12

Dr. Paulo Abrão:

É porque lá no auditório eu tive a sensação que eles quiseram sustentar que a Súmula, do modo como ela está, necessariamente nos obriga também a anistiar pós 64.

José Lavinias:

É justamente isso. Por isso que a gente.

Início: 00:52:23

Dr. Paulo Abrão:

Me parece que não. Ta bem. Não precisa. Ta bem. A Súmula? Você acha Vanderlei?. Ta bom, então tá. Eu não sei, mas, pra 120 processos que faltam só, a gente mexer na Súmula e vai criar um.....

Bom pessoal, só quero complementar então aqueles informes dos números porque também se foram julgados, lembra aquele quadro que tem a quantidade dos processos julgados? Só um minutinho, pera aí.

Quando é que foi a data ali que a gente indeferiu, numa única sessão, 3117, qual foi a data?.... Quando?

Início: 00:53:10

José Lavinias:

05 do 05 de 2004.

Os indeferimentos de “fora da nota”, o senhor pergunta? – É – . 05 de maio de 2004.

Início: 00:53:19

Dr. Paulo Abrão:

Mas o Governo Lula inicia quando?

José Lavinias:

2003.

Início: 00:53:22

Dr. Paulo Abrão:

Não, então não bate aí na informação que você trouxe. Você disse que no Governo anterior foi indeferido e aí o seguinte, por ter começado ele resolveu não publicar a portaria porque seria desgastante.

Início: 00:53:33

Janaína Abigail:

Seria desgastante para a imagem do Presidente da República que na época era o Lula.

Início: 00:53:36

Dr. Paulo Abrão:

Não, mas foi indeferido no Governo Lula, então?

Janaína Abigail:

Foi indeferido nessa data: 05 de maio de 2004.

Início: 00:53:46

Dr. Paulo Abrão:

Então já era o Marcio, então não tem essa história.

Tá, mas aquele ato de indeferimento? A sessão de indeferimento?

Bom, mas tudo bem. Aí fizeram a sessão de julgamento em 2004, já com Marcio Thomaz Bastos..... o Lavenère também está junto?...

Início: 00:54:28

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

A decisão de não publicar foi uma decisão do ministro. O ministro disse de não publicar as portarias.

Início: 00:54:34

Dr. Paulo Abrão:

Eu entendi. Mas eu só queria entende o contexto porque isso ficou parecendo que ...

Eu tinha entendido que tinha sido julgado no Governo anterior e o Governo novo entendeu não publicar porque seria desgastante publicar no Governo novo.

Não, na verdade, no Governo novo a Comissão de Anistia nova e....

Início: 00:54:49

Janaína Abigail:

Houve mudança de entendimento Dr. Paulo Abrão, antes, no Governo anterior, entenda-se Fernando Henrique Cardoso.

Início: 00:54:54

Dr. Paulo Abrão:

Eu sei, mas eu to falando do indeferimento, do ato de indeferimento.

Janaina Abigail:

Foi no Governo Lula.

Início: 00:54:59

Dr. Paulo Abrão:

E aí, fez-se uma sessão de julgamento em 2004 pelo indeferimento? Julgou? Indeferiu tudo?

Bom, mas então continua a pergunta: Porque que na sequencia não se publicou?

Início: 00:55:10

Janaina Abigail:

Por dois motivos: Num primeiro momento, porque o Presidente da República à época, Lula, estava modificando, enquanto Comissão de Anistia, o entendimento anterior de deferimento pra indeferimento porque aqueles processos já tinham sido mesmo deferidos, e....

Dr. Paulo Abrão:

Mas essa mudança se perfectibilizou no dia que se fez a sessão e indeferiu 3111

Início: 00:55:29

Janaina Abigail:

E abriu o processo de anulação de portarias de 497. E a orientação que nós recebemos foi essa: Não se publica nesse período porque pode causar uma imagem negativa da Presidência da República e o segundo motivo, no decorrer do período, foi o seguinte:....

Início: 00:55:46

Dr. Paulo Abrão:

Mas a imagem negativa já não tinha ficado posta quando julgou e indeferiu 3111?

Início: 00:55:50

Janaina Abigail:

Pois é, mas nós recebemos a orientação.

Dr. Paulo Abrão:

É, e eles não ficaram sabendo que

Início: 00:55:56

Janaína Abigail:

Com certeza. Mas, foi a informação que nós recebemos e num segundo...., deixa eu só falar o segundo momento: o segundo momento ficou determinado que nós não publicaríamos, inclusive nas reuniões que fazíamos, tendo em conta....,

Dr. Paulo Abrão:

Que reuniões, com quem?

Início: 00:56:09

Janaina Abigail:

Nas reuniões com Dr. Marcelo e a parte administrativa da Terceira Câmara à época. Nós nos reuníamos, porque o que aconteceu? Começaram a mercantilizar a Comissão de Anistia e entrar com centenas de processos que originou aquelas 20 mil devoluções de processos que não tinham enquadramento na nossa lei.

Início: 00:56:26

Dr. Paulo Abrão:

Aí a gente resolve não publicar pra desestimular a entrada de novos requerimentos?

Início: 00:56:34

Janaína Abigail:

Desestimular a entrada de novos recursos, porque a equipe administrativa era incompatível, não tinha condições, porque nós já tínhamos..., nós já sofríamos críticas por julgar militares em larga escala, se nós continuarmos a fazer isso nós estávamos subvencionando as associações que na verdade oh, só tinha isso por trás, e aí nós iríamos estar (risos) entrando cada vez mais, entendeu? (risos continua)

Início: 00:57:01

Dr. Paulo Abrão:

Eu não entendi não, mas está bom.

Início: 00:57:06

Dr. Paulo Abrão:

Não, eu, aliás, tem essa explicação mas acho que ela não me convenceu não. Porque, afinal de contas, eu também não vejo essa... a não publicação como uma forma de desestímulo as associações de ganhar dinheiro, também não vejo nenhum nexos de causalidade nisso daí.....Eles vão entrar com recurso.... Mas, ao não publicar a portaria todo esse pessoal também continua vinculado às associações, continuam contribuindo para as associações continuar aqui dentro para poder publicar, ou poder mudar, também não altera nada. Aliás, pra acabar com esse tipo de coisa o melhor era ter publicado.

Início: 00.57.49

Dr. Paulo Abrão:

Publicar agora? É uma decisão que tem que ser tomada. (risos) Porque não é só esse. Nós temos um rol... nós temos... depois nós vamos entrar em discussão. Mas deixa eu só terminar aquela..., uma coisa que eu gostaria de falar, também pros Conselheiros terem ideia, só que eu acho que só faltou, daqueles números, dos 495 anulados aí, o Gabinete.... o Sylvio não está aí? Ah, então, dos 495 anulados, eu não estou com o seu relatório mais atualizado aqui Sylvio, mas, se você quiser sentar aqui ao meu lado e me colaborar, dos 495 que foi determinada a anulação, não aconteceu a anulação de todos também, então, assim, além dos indeferidos não ter sido publicado o indeferimento, dos 495 da anulação, nem todos no fim das contas deu certo. Por exemplo, dos 495, 76 teve a sua publicação de anulação de portaria publicada, 191, isso em agosto, é um relatório da época, quando assumimos, 191 foram finalizados, 130 ficaram pendentes ainda da Consultoria Jurídica do ministério emitir um parecer, 86 processos não foram localizados..esses....86 processos (não se sabe onde estão) não estão localizados e ainda tem 12 casos especiais que não foram, ah bom, tem 7 que era pra ter sido anulados desde 2004, tem 7 desde de 2004 que nem abertura de processo de anulação foi feita também. Então, claro que isto aqui já está um pouco desatualizado porque a gente já, alguma das coisas a gente já.....e qual é a situação que a gente também tem, desses que não foi iniciado, embora tenha uma portaria do ministro da época determinando que tinha sido..., que deveria ter sido iniciado o processo de anulação desses, e não foi iniciado e isso é 2004, nós estamos em 2007, ou seja, prescreve agora. Se a gente não

promover a anulação agora, esse pessoal ganha o direito pra sempre, ou seja, então, ainda temos que resolver essa situação do ponto de vista administrativo. Só pra gente ter..., então, noção da..., e aí agora, mais recentemente, bom aí teve uns 15 que a gente teve que anular a anulação? Aí teve um processo de anulação da anulação porque alguns conseguiram comprovar que não houve o devido contraditório para o procedimento administrativo de anulação. A gente teve que anular a anulação e dessa anulação da anulação não se retomou o processo de anulação, de novo. (Nossa Senhora, que horror!) Mais ou menos isso. O cenário hoje é um pouco mais otimista porque algumas coisas a gente já.... pelo menos a gente já pegamos os processos todos do gabinete, já levamos lá pra dentro do gabinete da presidência e trouxemos pra dentro da Comissão de Anistia pra gente poder, tentar ver como é que a gente consegue alinhar. Obrigado Sylvio. No fim nem precisou. Só que... mas eu acho que isso era importante também que os Conselheiros soubessem pra entender a complexidade da questão dos Cabos da FAB hoje. Então tá.

Eu ainda vou pedir pro Conselheiro Vanderlei, como é o nosso Conselheiro que está aqui presente que é o único que na época participou desse processo inteiro, que ele possa também fazer uma complementação. Conselheiro Egmar?

Início: 01.01.50

Conselheiro Egmar:

Paulo é o seguinte, eu, por motivos, problema do meu trabalho no meu escritório, eu vou ter que viajar e vou ter que me ausentar agora dessa sessão, lamentavelmente não vou poder participar e ver a discussão sobre esse tema e os outros pontos de pauta. Queria antes de sair informar à Comissão que foi construído pelo presidente um Grupo de Trabalho coordenado pela Flávia pra analisar uns, me parece, que uns 40 processos de camponeses: Trombas de Formoso lá de Goiás, mais camponeses na ativa na atividade de Carmo do Rio Verde e Sebastião da Paz lá de Uruaçu mais os processos de Pontalina, de camponeses também e a equipe é formada pelo Marxell, o Diego, a Natália, Carol, coordenado pela Flávia e eu e a Luciana como Conselheiros e concluímos o trabalho, viu Paulo, então a ideia da Flávia ela discutiu com você, de botar os processos em julgamento na sessão dia 13 me parece né? Então a análise prévia, bem criteriosa por parte dessa equipe de analistas com a pequena colaboração minha e da Luciana.

Dr. Paulo Abrão:

Quer complementar Luciana? É isso, tá tudo bem? Podemos confiar no trabalho de vocês e botar isso em julgamento no dia 13?

Luciana Ramos:

Isso, super trabalho dos assessores.

Início: 01.03.25

Dr. Paulo Abrão:

É eu sei.

Fico feliz que vocês também vejam isso de perto.

Bom, então tá Egmar, muito obrigado inclusive pelo empenho e por esse informe porque dos tantos Grupos de Trabalhos que nós constituímos alguns estão caminhando e chegando no final. Tem um do PNA ainda pra avançar, tem outros mais ai.

Então tá bem, Conselheiro Vanderlei, por gentileza.

Início: 01.04.05

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

Senhor Presidente, eu pergunto: essa sessão está sendo gravada?

Não, eu queria era que fosse depois feita a degravação e que fossem passadas essas informações para os Conselheiros que não estão presentes aqui, nós temos Dra. Verônica, tá acidentada, e não pode está presente, a Dra. Roberta, Dr. Egmar teve que se ausentar, né? Porque acho que essas informações que vou passar elas complementam um pouco. Na realidade nós estamos diante de um caldeirão de informações, a questão dos Cabos da Aeronáutica, ela é muito complexa, ela é extensa, mexe com muita legislação, inclusive de portarias, legislações próprias da Aeronáutica, então a questão é realmente muito complexa e depois eu não teria mesma a paciência de repetir isso tudo se por um acaso tiver que fazer a mesma explanação, pelo seguinte, eu vou falar, pedir ao presidente pra falar por pelo menos 20 minutos e eu vou me deter aqui no seguinte: primeiro falar um pouquinho sobre a minha responsabilidade, depois sobre a questão específica que estamos analisando, do tema em si, depois gostaria de falar um pouquinho sobre a decisão do TCU também e apresentar alguns caminhos a seguir, alguma luz no fim do túnel, o que a gente poderia fazer no futuro.

Bom, sobre a minha responsabilidade, eu cheguei na Comissão de Anistia em 2002 e então passei a compor a Terceira Câmara. A Terceira Câmara era responsável pelos processos dos militares e, em 2002 foram feitos poucos julgamentos desses casos dos cabos, talvez, não chegue a meia dúzia. O primeiro deles foi, a Janaína está me escutando né? O primeiro deles foi o do Siqueira, que hoje falou lá na Comissão de Anistia e esses processos a gente não chegou a discutir, em 2002, com muita propriedade o tema e a decisão do Siqueira, ele é um que está como Suboficial com proventos de Segundo-Tenente. Seria uma decisão pra ser refeita. Então, já comecei a elencar aí alguns problemas. Ele é um líder, falou hoje junto com aquelas outras pessoas e são esses casos que a gente tem que ir convivendo e tentando resolver.

Bom, mas estava eu então na Terceira Câmara e começamos a analisar esses processos dos Cabos da Aeronáutica. Os componentes da Terceira Câmara, os que começaram efetivamente a enfrentar essa questão, Dr. Marcelo Lavenère – Presidente e os Conselheiros eram o Dr. Ulisses Riedel, o Dr. Roberto Aguiar e eu como Representante do Ministério da Defesa, e nós quatro começamos então a enfrentar esse problema.

Começamos a..., tem um voto meu que foi falado hoje de manhã, é um voto antigo, antes daquele Parecer da AGU que é de junho, mais ou menos, de 2003, que dizia pra considerar que as pessoas

que entraram na Aeronáutica quando já estava em vigor a Portaria 1104, que nesse caso, não haveria a motivação exclusivamente política, não se estenderia à eles porque eles já sabiam que 8 anos depois de entrar na Força que eles teriam que sair. A Portaria 1104 já estava em vigor. A eles já foi aplicada na hora que eles entraram. Bom, então naquele julgamento lá que falaram e aonde eu entendia que a perseguição deles iria até 82 porque a Portaria 1104 só foi revogada em 1982, ela é fruto de um entendimento antes da orientação da AGU. E porque que a AGU se pronunciou? Justamente porque a gente ficou com aquela questão ali né? Poxa, vai até 1982? Será que é esse o caso mesmo? Então a AGU foi e se pronunciou, não apenas sobre os cabos da Aeronáutica mas também sobre outras questões de militares que tinha a questão dos sargentos querendo chegar a oficial, não é, então, se essa... e que a gente tinha decisões nesses casos de sargentos chegando a oficial que contrariavam precedentes do STF, então foi muito importante naquele instante consultar a AGU, como a esfera administrativa, né, a Comissão de Anistia é uma Comissão administrativa, então, nada melhor que o Advogado-Geral da União dissesse como interpretar aquela legislação e eles, então, foram bastante abrangentes, disseram nesse Parecer de 2003 que a Lei 10.559, de 2002, ela, na realidade, era uma Lei de anistia, uma nova Lei de anistia mais ampla, regulamentava o artigo 8º e ia um pouco mais adiante e podia ir um pouco mais adiante porque existe o artigo, acho que é o 84 da Constituição que diz que o Congresso pode legislar sobre anistia, então ele foi e legislou e estendeu, ampliou um pouco mais aquela anistia e então explicava que no caso do.....isso ficou.... deu a entender que no caso dos Sargentos entrando na carreira de oficiais, que nós poderíamos, inclusive, dentro desse novo entendimento, fruto da Lei 10.559, de 2002, contrariar, inclusive, os precedentes do STF porque existia uma legislação nova, não é, e passamos a fazer isso. E no caso dos cabos eles então estabeleceram, olha, quem foi atingido, quem já estava na Força e foi surpreendido pela edição da Portaria 1104, a estes então, talvez se possa, não foi taxativa, né, a estes talvez se possa estender uma anistia, agora, os outros que entraram na Força, já na FAB, já com a Portaria 1104 em vigor, a estes não, porque estes já sabiam na hora que entraram quais eram as regras do jogo, tá bom. Então nós ficamos com esse problema aí, Ulisses Riedel, Roberto Aguiar, eu, Dr. Marcelo na presidência, eu fiz um pronunciamento no dia 13 de fevereiro de 2003, deve está nos anais aí, aonde no auditório, com cerca de 200 anistiandos estavam presentes naquele dia e, nós, numa reunião da Terceira Câmara e eu fui muito taxativo falando para os anistiados e falando pros meus companheiros componentes da mesa, a posição que eu tava assumindo naquele momento que eu achava que era a melhor que podíamos assumir, isso é, quem já estava na Força que a gente reconhecesse a anistia dessas pessoas e quem não estava que então não reconheçêssemos a anistia, cumprindo o que tinha orientado a Advocacia-Geral da União, e isso passou então a ser feito, não é. Bom, isso tudo só pra chegar no primeiro tópico, à minha responsabilidade. Saiu o Dr. Ulisses Riedel, a conselheira Vera Lucia, Vera Ojuara já estava na Comissão como suplente foi efetivada, passou a compor a Terceira Câmara e nós fizemos a anistia toda desse pessoal. Isso já acabou desde 2005, 2005?, é, acabou em 2005, tem 120 processos aí, o que são processos novos que estão chegando, mas, já numa quantidade muito pequena porque quase todos eles já vieram, já passaram por aqui, tá. Então continuamos aí. Agora foi embora a Vera, foi embora o Dr. Roberto, foi embora...., o Ulisses já tinha ido, Dr. Marcelo também foi, de maneira que estou eu aqui como remanescente daquela turma como uma pessoa que passou por todos esses atropelos aí, referentes ao tema e não pretendo sair, não sou de fugir da responsabilidade, sei que ela é muito grande, mas estou aqui pra ajudar, quem tava conosco ontem no Tribunal de Contas pode perceber que eu sentei e só saí de lá quando acabou o julgamento do processo, mesmo que alguém tenha chegado e dito “Olha só vai ser daqui a três horas”, podia ser daqui a 10 horas, mas, certamente eu não sairia de lá enquanto não tomasse conhecimento do que que aqueles ministros estão pensando, do que que eles falaram, ficaram informações muito importantes que certamente vão servir de subsídios pro nosso trabalho daqui pra frente. Então quero dizer no início é isso, assumo a responsabilidade, que a gente divide essa responsabilidade, então, com toda a Comissão de Anistia. Eu entendo que isso é um trabalho de grupo. Muitas vezes está com o processo e a gente vem meio as cegas, foi o que eu senti ontem até no Tribunal de Contas quando o ministro Shermann pegou aquele processo e teve um

momento de grande emoção, quase chorou lá e algumas vezes a gente passa por esse problema, a gente vem com o processo e, tomara que Deus dê uma luz na hora e que a gente consiga ir juntando aqui os conhecimentos de cada uma das pessoas e aí chegue numa solução que seja boa ou menos ruim e, engraçado, foi exatamente isso que aconteceu ontem, porque a decisão era sofrível, mas, um deu opinião, outro deu outra opinião, o advogado falou, o presidente da Comissão de Anistia também e aí, saiu uma solução que não era a melhor porque não resolveu, mas, que pelo menos não fez com que o Natal de cerca de 3000 pessoas fosse um desastre. E o ministro Sherman até começou dizendo, falando exatamente dessa percepção de que, atrás disso tudo está uma questão social, tem 3000 pessoas. Eu as vezes encontro essas pessoas por aqui e tem um anistiado, ele toda sessão ele tá aí e toda sessão ele levanta e vem falar comigo e, é um cabo anistiado, me dá um abraço e agradece, entendeu e me diz o seguinte: “Doutor, há quatro anos que eu não bebo mais”. Pensem nisso. Isso é a questão social que está por trás. Ele é uma pessoa que estava abandonada, tava na sarjeta, entendeu, e recuperou então a sua autoestima, ele vem todo empertigado, de gravata, e faz questão de dar um abraço em mim toda vez. E outras coisas que a gente percebe no dia a dia com essas pessoas. Então, é isso que temos aqui pra dividir essas responsabilidades.

A questão em si, vamos lá, ela é histórica também. A Aeronáutica ela foi criada na década de 40, estávamos na Segunda Guerra Mundial e o avião apareceu como uma grande arma. Até então os exércitos tinham que se ver pra poder trocar tiros não é, e, a partir do avião, o avião passou a ir lá adiante, se antecipar à tropa e atacar antes mesmo que os exércitos se enxergassem já pra proporcionar baixas naquele outro exército. Então, isso faz com que as pessoas da Aeronáutica, eu vou muito agora pelo lado espiritual e psicológico. Isso faz com as pessoas da Aeronáutica, e principalmente o oficial aviador, já falei isso outras vezes, eles se acham um próprio semideus, não é, ele tem a força, ele tem um avião de milhões de dólares nas mãos. Quando você olha para um avião daquele, você tem a cápsula aonde fica o piloto, é só 5% daquela máquina mortífera, 95% é armamento, é combustível, é só morte, entendeu, então aquilo é um poder muito grande, a velocidade que aquilo tem, o poder de destruição tá, e é natural que a pessoa se sinta realmente semideus, né, ele tem o poder de destruir, acabar com vidas, poupar vidas as vezes, tá, Então é interessante perceber também, que essas pessoas se sentiam donos da Força e a Aeronáutica, ela foi formada por pessoas oriundas das outras Forças. Como foi formada na década de 40 e tinha que ter o primeiro contingente ali pra pilotar aviões e tal, foram recrutados oficiais e praças do Exército e da Marinha e fizeram cursos e aí criou-se, ta aí a Aeronáutica. Esse aspecto do orgulho, do ser aviador, ele é importante para entender essas resistências e essas coisas da época.

Vamos lá pros soldados. Nós estamos na década de 40, década de 50, não havia internet, então os soldados, eles tinham todo um cerceamento, falou-se hoje de manhã, era de casar, de votar e da estabilidade. Eu diria, eu acrescentaria mais de estudar. Não era fácil uma praça estudar, (especialmente na Amazônia Conselheiro Vanderlei), oficial não entendia isso: porque é que o cabo quer fazer curso superior? Aquele negócio do Osmar lá que queria ser médico, “não tem nada que ser médico”, ele tem só que dá serviço aqui. O regime de trabalho, as vezes, era um regime de trabalho danado. No tempo das férias, a pessoa dava serviço num dia, descansava no outro, descansar não quer dizer ir pra casa, tem que dar o expediente e aí, depois do expediente vai pra casa, mas, no outro dia o cara já vinha já sabendo que ia estar de serviço e que naquele dia não ia pra casa e aí ele dava aquele serviço, por azar, ele era o plantão de um alojamento e o pessoal ainda arrobava um armário lá e roubava um radinho de pilha, pronto! Já ia ficar três, quatro dias, fim de semana sem poder ir pra casa, tá?, então, essas coisas.... e eles tinham essa ansiedade do social, mas não tinham a possibilidade, não tinham....., os oficiais eram meio fechados, né?, o aviador, essa casta diferente, então eles não tinham a possibilidade de chegar e expor essa ansiedade de conquistas sociais deles. Aonde que eles iam conversar isso daí? No quartel? É impossível conversar isso num quartel. A gente tem que conversar aonde? Então vamos fundar uma associação aqui, aonde a gente pode se reunir, pode conversar essas coisas num grupo, pode

ver, verificar a possibilidade de levar isso a algum chefe nosso, essas reivindicações, pra ver se a gente pode resolver. Naquela época, então, naquele caldeirão de 1964 vocês pensam que isso não poderia ser visto com bons olhos. Depois ainda foram se juntar com a associação lá dos cabos e marinheiros e fuzileiros lá da Marinha que, por seu lado, foram se juntar com a dos Metalúrgicos e foram fazer reuniões, entrou o caráter subversivo, foram infiltrados, foram, aquelas ideias ali, eles perceberam que podiam tirar algum benefício a respeito dos seus pedidos de caráter social, podiam juntar as suas coisas, perceberam que uma mudança, as vezes, na política, no país, poderia lhes trazer o reconhecimento daqueles anseios de caráter social, então, tá aí criado aquele caldeirão que levou à Portaria número 1104, de 1964. Foram feitos estudos confidenciais. Em 1982 gente, eu não tenho o texto da Portaria aqui, acho que é 1378, de 1982, é a Portaria que revogou a 1104, mas nos considerandos lá dessa Portaria que revogou a 1104 ainda diz lá: “Considerando o parecer do gabinete do Ministro da Aeronáutica que acha que as pessoas, desde que comprovem que não professam algum credo contrário, poderão continuar as suas atividades, aí, ele baixa a Portaria. Então, mesmo naquele momento que está revogando a Portaria 1104, a gente vê indícios de que houve realmente a intenção de impedir que aquelas pessoas, naquele primeiro momento em 1964, que elas não continuassem na Força Aérea Brasileira. E então, por ter essa percepção, por ter manuseado esses documentos confidenciais, a nossa Comissão de Anistia, a Terceira Câmara chegou a conclusão quanto ao mérito, que realmente era caso de anistiar as pessoas naquela situação, os ex cabos da FAB. E então, precisamos fazer um exercício de ficção sobre as promoções, tá, penso que antes de falar das promoções, tenho que falar da Súmula. A tal Súmula nasceu antes dessa discussão toda nossa, tá. Já com Dr. Marcelo, Ulisses Riedel e eu. Antes do nosso convencimento quanto ao mérito deles, a turma, anteriormente, em 2002, tinha chegado a esse convencimento e o Plenário foi e baixou aquela Súmula e que ela é uma Súmula é..., é o risco que tem quando a gente escreve uma Súmula. Ela é muito resumida né, ela só diz que a Portaria 1104 é considerada uma ato de exceção de...caracterizado como um ato de motivação política, tá. Na realidade não quer dizer que todas as pessoas que tenham sido licenciadas da FAB tenham que ser anistiadas porque foram licenciadas conforme a Portaria 1104, porque o que caracteriza efetivamente a perseguição foi o fato de que a Aeronáutica estipulou um prazo, especificamente para os cabos, um prazo de 8 anos, em que se a pessoa continuasse como cabo, seria licenciada da Força. As outras FFAA não fizeram, não estabeleceram prazo. A gente viu aí, até na exposição, que a Marinha foi, e utilizando a própria Lei do Serviço Militar, aquele expediente era do Ministro da Marinha ao Presidente que era o Castello Branco, Humberto Castello Branco, aonde o Ministro da Marinha dizia: “Olha, eu tenho aqui cabos e marinheiros nessa situação, eu quero usar um dispositivo que tem na Lei do Serviço Militar, que diz que o Presidente pode abreviar o período do Serviço Militar. E eu quero abreviar. Ele diz que o Presidente pode dar essa autorização pra abreviar esse período, porque eu preciso disso porque eu quero mandar embora todo mundo que tenha a ver com esse problema lá da associação dos cabos, dos metalúrgicos, daquela reunião lá. Então a Marinha foi e utilizou o próprio dispositivo da Lei. Ela poderia simplesmente ter esperado mais um tempo e, a medida em que as pessoas fossem pedindo pra renovar os seus tempos de serviço, ela não concederia. Mas ela quis ser efetiva, ela quis punir naquele momento mesmo, então ela foi pro Presidente e disse: “Olha, tem um dispositivo aqui que diz que pode abreviar, então eu quero abreviar pra mandar logo essas pessoas embora e não ficar esperando que chegue o prazo pra eles pedirem pra reengajar. Então o Presidente foi e, tem uma cópia desse documento que eles nos deram hoje, tá, e tá lá, um documento histórico: “Autorizo, 26 de agosto de 1964, assinado por Humberto Castello Branco”, tá, então a Marinha fez isso. O Exército não precisou fazer. O Exército ele, certamente, ele fez a coisa na medida em que as pessoas foram pedindo pra reengajar, o Exército não concedeu. O Exército fez também pacificamente; a Marinha pediu pro Presidente porque queria se livrar mais cedo das pessoas, mas o Exército foi se livrando dentro da legislação que tava em vigor, não precisou fazer portaria nenhuma. Aí a Aeronáutica foi e fez uma Portaria. Atrás disso tudo, a gente percebe também que tem um pouco de covardia né gente? Aquelas pessoas que estavam no comando da Força Aérea, que estavam perto aqui das autoridades e que tinham cabos naquela

situação, ora, é muito mais confortável eu chegar pra uma pessoa e dizer: “Olha, gosto muito de você, posso até dizer, gosto muito de você, mas, infelizmente, tem aqui a Portaria 1104 que demite em 8 anos e você chegou em 8 anos, então, infelizmente, tô chorando aqui, mas eu vou ter que te mandar embora. É muito mais confortável fazer assim, do que eu chegar e dizer: “Olha, você está pedindo pra reengajar mas eu não vou conceder”, senão o cara vai ficar com raiva de mim, entendeu? Então vai um pouquinho também de covardia, de olhar olhos nos olhos e dizer: “Eu não quero você aqui não” e, assino em baixo, pode ir embora, ta? A gente começa a divagar, né? Bom, então, o mérito tá resumido. A ficção aí é que os cabos da Aeronáutica, a carreira deles, a Marinha é uma Força aonde a carreira das praças ela é regulamentada já de há muito tempo. Eles têm uma escola de formação, uma escola de aprendizes de marinheiro, e o ensino lá sempre foi equiparado ao segundo grau e eles já saíam da escola de aprendizes para os navios e logo tavam fazendo uma especialização em motores, em máquinas, em navegação, lá em qualquer coisa e, a carreira deles, desde muito tempo que é regulamentada pra eles chegarem até suboficial com proventos de segundo tenente. Então, não há nenhuma crise com a Marinha com relação a isso. Bom, acontece que há diferenças no Exército e na Aeronáutica. No Exército há, inclusive até a denominação, na Marinha a gente chama de praça, que são os cabos, soldados, são os sargentos, todos são praças. No Exército já não são praças. Praças são só cabos e soldados. Os sargentos e subtenentes já são chamados de graduados. Isso já os distingue, dentro da classe, né, e, pra eles chegarem a sargentos, eles têm que fazer um concurso e tem que fazer o curso de sargento, tá? E, com relação a Aeronáutica a questão também aí se repete, sendo que na Aeronáutica existiam..., os sargentos eram especialistas e uma casta um pouco abaixo dos aviadores. Eles se achavam realmente..., o curso, tinha um concurso puxadíssimo, esse concurso era de nível nacional, aberto pra civis e militares e as pessoas então já entravam ali e faziam aquele curso e vinham da vida civil já como sargentos. Então na Aeronáutica também se usa essa expressão, graduados para os sargentos e suboficiais e praças para os cabos e marinheiros. Então, nós nos defrontamos com esse problema, essa diferença entre as Forças e os cabos, então, eles não teriam a possibilidade de chegar a suboficial, como a primeira turma lá em 2002 foi e reconheceu meia dúzia de processos indo até suboficial. Deu mais de meia dúzia de processos. Desses 495 tem muitos que são pessoas que erradamente foram, tiveram a promoção reconhecida a suboficial. Mas nós então em 2003 estudando melhor o assunto, e realmente não havia a possibilidade de passar de cabo pra sargento a não ser que em 1971 a Aeronáutica, tendo em vista que existiam muitos cabos já antigos que não iam nunca ser sargentos, iam passar pra a inatividade como cabos mesmo, no sentido de motivá-los, né, em 1971 a Aeronáutica foi e criou um Quadro especial de sargentos e, por conta disso, esse quadro especial era especificamente pra colher esses cabos antigos e lhes dar a oportunidade de ser promovido mais um degrau, pra deixar de ser cabo pra ser sargento. Depois de 20 anos você continuar cabos, né, então deu essa oportunidade deles irem a sargento e, o próprio texto desse decreto de 71 criou a expectativa de que a Aeronáutica ia proporcionar um curso a essas pessoas desse quadro especial e, não entendo que a gente vá proporcionar um curso a essas pessoas e depois vá deixá-las na mesma graduação. E é por isso que defendíamos que pelo menos mais uma promoção a gente teria que reconhecer a essas pessoas, mesmo porque, pra ficar igual ao que estávamos reconhecendo também no Exército. É por isso que vai a segundo sargento com proventos de primeiro, porque a gente também considera que fecha mais de 30 anos. Então é isso. Tá explicada a ficção que nós fazemos pra chegar a segundo sargento. A Súmula ela precisa ser refeita já de há muito tempo e eu alertei isso, fiz um estudo, fiz um relatório, mas também chegou ao final acabou a Terceira Câmara não tem mais processos,... tem 120 aí, mas em compensação com 3000, realmente é 3% né, não sei se realmente vale a pena a gente mexer na Súmula, e eu quando fiz esses estudos, há dois, três anos atrás, eu mandava, inclusive uma sugestão de texto explicando direitinho que não é só por ter sido enquadrado na Portaria 1104; é por ter sido enquadrado na 1104, mas também ser cabo e completar 8 anos de tempo de serviço, essas três condições elas têm que ocorrer ao mesmo tempo, né, e nós temos mesmo que a Súmula não explicita isso, mas a gente tem adotado esses critérios a partir de 2003 em todos esses processos que aí estão.

Eu tratei especificamente da questão. Agora vamos ver aqui o TCU.

Me permitam tecer alguns comentários aqui sobre o TCU:

Eles falaram lá, o relator, sobre regras de transição. O ministro Sherman, ele se contrapôs a um argumento da própria Comissão ao reconhecer....., a Comissão diz lá num daqueles parágrafos dos votos, que não havia regras de transição aí ele se contrapôs. Havia regras de transição sim. É talvez porque o nosso parágrafo não diga, não explicita que regras de transição, a gente tava querendo falar e as regras de transição que ele tratou ali.... é porque de 6 até 8 anos, as pessoas que tinham tempo de serviço entre 6 e 8 anos aí foi garantido que podia pedir mais um reengajamento, foi garantido que podia fazer o concurso para a Escola de Sargentos, foi garantido que se tivesse na Escola de Sargentos que poderia concluir o curso, então, houve regras de transição, mas aí, eu coloco até entre aspas o que eu escrevi lá na hora: são regras de transição para postergar o falecimento da pessoa, o cara já ia cair mesmo, mas, olha já que tem essas circunstâncias então a gente deixa ele ir um pouco mais adiante mas, quando ele completar 8 anos vai cair. E a regra de transição que a gente fala no voto é porque aquelas pessoas que tavam a luz da Portaria anterior, elas ficavam na Força e ficavam cabos a vida inteira, tem, talvez, centenas de pessoas que passaram na inatividade na Aeronáutica, isso é um argumento que podemos usar lá no TCU, essas pessoas passaram para inatividade como cabos, ganhando proventos de Terceiro Sargento, que é o que manda o Estatuto dos Militares, né, e então, quem entrou em 64 e teve a Portaria 1104 pela frente, à essa pessoa não, a essa não foi permitida que continuasse na Força, né, até completar a estabilidade, até chegar na inatividade, se fosse do seu interesse, tá? Então, eu entendo que ele se contrapôs ali, mas se contrapôs apenas na postergação da morte lá do cabo.

Uma coisa ficou clara ali e as pessoas que se pronunciaram, tanto os advogados que falaram, um advogado falou e os outros mais gritaram, porque o Manes tentou falar também, não é, o mesmo Manes que falou hoje e alguns atropelaram ali, na hora bateram palmas lá, o ministro presidente lá já não gostou, mandou a turma não se manifestar, e então, mas o próprio presidente da Comissão de Anistia quando falou e o advogado também quando falou, eles foram específicos a respeito do mérito da questão. O mérito da questão, questiona-se se compete ao TCU, o mérito da Comissão, ao nosso ver, ele é..., o mérito da questão, o mérito da anistia, se é pra conceder ou não, ele é da Comissão de Anistia, acho que a gente não pode abrir mão disso. E também, havia ali uma incoerência quanto ao fato de refazer a decisão. A decisão dele foi completamente estapafúrdia: 180 dias pra cumprir, revisão assegurado o contraditório, cancelar as prestações mensais e os atrasados, até que fosse resolvida a questão da revisão, ressarcimento de tudo que foi pago pelos anistiados, pelos anistiados, caso se configurasse que realmente não era caso de anistia. Essa era a decisão. Aí vejam bem: Nós que demos a decisão, nós demos a decisão porque tamos convencidos de que é um caso de anistia, agora vem alguém de fora e diz: “Olha, eu quero que as pessoas voltem todas aí pra vocês, que vocês têm que dar o direito deles de se defenderem, né, e vocês reanalisem isso daí.... Meu Deus, eu vou reanalisar e vou reafirmar e aí, se eu reafirmar, com que cara que vai ficar o TCU que me mandou reanalisar a coisa? Uma decisão completamente né....

Início: 01:40:55

Conselheiro Rodrigo:

Só pra reforçar esse argumento Vanderlei, o Tribunal de Contas é um órgão vinculado ao Poder Legislativo que tem a finalidade de fiscalização, esse conteúdo dessa decisão representa ofensa à própria Constituição, na medida em que o Legislativo interfere em ato privativo do Poder

Executivo, então, se entendem pela ilegalidade, que vá até o Judiciário, quando na verdade o Judiciário já se pronunciou, então, e aí, corroborando Ana Maria, porque que em outros casos não se faz, e a gente pode acompanhar não tem problema nenhum de tá gravado, é importante que isso fique consignado, a gente percebe aí no TCU, atualmente, na sua atual composição e, no decorrer desses anos, figuras notórias, notórias, de defensores do regime, então é..., é um tipo de ... talvez ainda... não somente é inconstitucional, como contaminado de um ranço ideológico.

Início: 01:42:15

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

Só pra registrar aí na gravação. Tem outro aspecto aqui, mas quem falou foi o Rodrigo pra ficar gravado aí na gravação, pra registrado na gravação.

Bom, e engraçado que, vejam bem, o relator, ele não fez coisa que seria básico fazer, né? Na realidade nós temos atores aqui, em toda essa construção que não foram escutados, que são os próprios anistiados, não tiveram o dever de se pronunciar, o direito de se pronunciar, o direito de defesa, né? e porque não tá previsto no Regimento do TCU que haja o contraditório, tá, não tá, e ele também não escutou meu Deus, seria básico escutar quem decidiu né?, se eu estou me contrapondo a uma decisão, não concordo com ela, então chamo quem deu essa decisão e me explica como é que vocês chegaram a essa decisão aí já que eu vou me contrapor a ela, entendeu? Então, isso tudo também foi dito lá, tá, tanto o que o conselheiro Rodrigo falou, um advogado chegou e falou que é inconstitucional, que não sei o que, que STF, o STF tem que julgar isso daí se for assim, entendeu? Essas coisas todas foram faladas lá, nem que seja por alguém que tava dentro e que de repente achou que devia falar e fez essa interferência, tá?, mas o caldeirão é esse daí gente. A fala do nosso presidente foi importante e disse: olha a Comissão de Anistia tá aqui, quer participar, tamos nos colocando à disposição e aí que veio a outra decisão, né, a decisão que valeu, a decisão deles foi no sentido de adiar o processo, colocá-lo em diligência pra permitir... ou em sindicâncias, para permitir o contraditório e, para permitir esse contraditório eles vão ter que fazer uma norma prevendo o contraditório porque, hoje, não existe previsto, então eles vão ter que fazer uma norma, pra então, alguns advogados, né? porque não vão escutar, não tem, não vão ter a possibilidade de escutar 3000 pessoas, eles vão eleger lá 2, 3, deputados, possivelmente indicados pelas associações, pra eles, então, usarem da palavra e a Comissão de Anistia, se for preciso. Então, esse processo foi pra adiante. Já teci, então, as considerações sobre a decisão do TCU. E, quanto aos caminhos, é, mais uma consideração, e aí, o Dr. Paulo, interessante, viu Dr. Paulo, é interessante escutar esta consideração: Um ministro lá levantou a voz e disse assim: Ah, são milhões de reais...

Início: 01:45:45

Dr. Paulo Abrão:

É, no fim né, o presidente, quando debati com ele falou

Início: 01:45:49

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

Não sei de onde ele tirou essa informação. Ele deve tá fazendo confusão juntando, as vezes, as anistias de valor maior com essas anistias que são pequenas, ele tá colocando tudo num bolo só e “são milhões de reais”, então eu fiz uns cálculos rapidamente com 3000 anistiados a 4000 reais isso dá 12 milhões de reais a mês, ele falou de bilhões “são bilhões de reais”, dá 12 milhões mensalmente. Eu acho que a Comissão tem que se contrapor. São 12 milhões mensalmente. 12 milhões...., quanto é que é o salário lá da casa ou o gasto com jornal? Entendeu? Nessa hora a gente tem que chegar olha, são 12 milhões de reais,... mas 12 milhões de reais vocês gastam com assinatura de jornais e revistas aqui.

Dr. Paulo Abrão:

Sabe que a gente entendia um outro recado né? Acho que ele, ele, ele quis dá outro recado não só desses, entende?

Conselheiro Vanderlei:

Hã, foi pros outros.

Início: 01:46:47

Dr. Paulo Abrão:

A anistia são milhões de reais e as meninas, a Janaína e a Claudia teve lá no Chefe de Gabinete do Presidente do Tribunal de Contas, por um acaso pra fazer uma sondagem, né, e eles apontaram uma coisa semelhante a isso, sabe, assim do tipo voltaremos esse ano, o ano que vem....

Início: 01:47:06

Conselheiro Vanderlei Oliveira.

Ai fica essa sugestão da gente se contrapor com números. Primeiro a gente tem que saber quantos são exatamente, depois, quanto é que é efetivamente essa despesa e o que é que isso significa em relação ao mundo de dinheiro que se gasta por aí tapando buraco, entendeu? E a questão social que está por trás disso tudo aí.

Agora eu queria fazer só umas considerações de hoje de manhã...

Início: 01:47:45

Conselheira Beatriz:

Só uma questãozinha Conselheiro Vanderlei, só uma pergunta: eu não entendi direito quando o senhor fala que a gente tem que se contrapor e mostrar que, que... a questão social. É uma questão social ou indenização, em função de uma arbitrariedade cometida, isso é o que eu não entendi, a sua argumentação.

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

E muito menos eu entendi a vossa, (risos). É porque as vezes nós não falamos com o mesmo objetivo.

Início: 01:48:18

Dr. Paulo Abrão:

Deixa, conselheira Beatriz, por gentileza, eu preciso sair e eu vou, pro debate poder continuar, eu tenho um voo agora as 5 horas, eu tenho que sair nesse momento, eu queria apenas a Conselheira Sueli pra assumir a presidência dos trabalhos é só alguns informes que é preciso que eu mesmo faço, tá. Bem rapidamente, nós estamos projetando o calendário de janeiro, a gente para e projetando um calendário de retomarmos os trabalhos em 20 de fevereiro, esse é mais ou menos o indicativo, tá bom? Suas férias é em fevereiro?

É, janeiro a gente para as sessões de julgamento, tem férias coletivas aqui pros funcionários. Vão ficar só os funcionários que, evidente, são os recém contratados. Vamos dar férias coletivas pra invés de ficar prejudicado o trabalho o ano inteiro na Comissão com equipes especiais, eu preferia dar férias coletivas a gente também dá um descanso e aí a gente retoma o trabalho em mais ou menos 20 de fevereiro,... 20 de fevereiro é uma atividade especial de reinício dos trabalhos, que tá já na bica aí de acontecer eu só não vou revelar antecipadamente porque, eu só gosto de falar as coisas quando tá certo, e aí, nessa sequência, a gente retoma, tá bem? Esse calendário é o que estamos planejando. A gente vai ter uma outra sessão, eu acho. Dia 20, dia 20 é a nossa confraternização com todo o mundo aí, né, os conselheiros, os analistas, os nossos colegas, os funcionários, vamos fazer uma grande confraternização. Na sessão do dia 20 de manhã é Petrobras, sessão temática aí à tarde a ideia é a gente fazer uma sessão... uma sessão especial de prestação de contas, alguma coisa entre nós, um balanço e aí à noite a gente faz a nossa confraternização, dia 20 de dezembro. A conselheira Ana Maria tá dizendo que vai fazer um pato de tucupi pra nós. São 100 funcionários da Comissão de Anistia, Conselheira Ana Maria.

Bom, o Tribunal, ontem o que ocorreu exatamente no Tribunal de Contas, a gente já falou aqui meio que alguns pedacinhos mas eu acho que a Janaína e a Claudia e o Vanderlei podem dar o relato assim... preciso, o que aconteceu lá, o que é que foi dito do início até o final, né. O pessoal... aquele.... o primeiro julgamento do Tribunal de Contas, lembra que nós trouxemos, a primeira decisão, onde eles mandaram nós revisarmos as duas mil e tantas primeiras... julgamentos da Comissão pra ver se tinha havido adequação ou não do retroativo. Nós sinalizamos isso aí, encaminhamos no prazo pro Tribunal de Contas, dentro de 60 dias sinalizamos e, no fim das contas, as duas mil e tantas reduziu pra não sei quantas que era só até 22 de agosto mesmo, Lavinhas sabe tudo isso aí de cor, mas nós tivemos que revisar três portarias, então apesar de toda trabalhadeira, Lavinhas tem que agradecer aí que ficou ali um a um, de cada um dos processos, Roberta Alvarenga procedeu, foram só dois, não é isso Roberta? Então no fim das contas, só dois, para além daqueles que o Tribunal de Contas julgou, que ele apontou erro, pegaram certinho,

foram certo assim na amostragem deles, e aí, dos outros dois mil e tantos, então, dois, foi muito árduo isso. Quero agradecer à Comissão de Anistia, à Roberta, à Lavinias porque não é duro a gente revisar tudo, Comissão,... parece que não tá acontecendo outras coisas, mas tá acontecendo mil e quinhentas outras coisas ao mesmo tempo paralelamente nós já encaminhamos.... Marcelo Torelly também ajudou nesse processo, tem que registrar e já encaminhamos no prazo para o Tribunal de Contas a nossa resposta em relação à isso. Não sei se é comum no Tribunal de Contas determinarem 60 dias para tomar um procedimento e eles serem cumpridos. Então fiquei muito feliz a gente conseguir fazer isso. No dia.... aí nesse dia 20 à tarde numa prestação de contas nossa o ideal seria a gente também aproveitar e fazer um momento de homenagem à todas aquelas pessoas que, de certa maneira, nesse ano, colaboraram com a Comissão de Anistia, eu acho que a gente não pode esquecer que é um tanto de coisas que nós conseguimos avançar esse ano é fruto do trabalho de muitas pessoas, dentro da Comissão, fora da Comissão, dentro da Administração Pública, fora da Administração Pública. Ontem eu encaminhei aquele e-mail pros conselheiros. A Câmara dos Deputados instituiu aquela Comissão Especial para acompanhar, essa é a expressão que tá lá, a Lei 10559 e outras leis de anistia. Aquilo, procurei todas as informações sobre aquilo, de ontem pra hoje, ao mesmo tempo que tava no TCU e, então, é fruto daquele seminário de anistia e direitos humanos que foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos e foi uma requisição das associações de anistiados e anistiados em geral. Aquelas mesmas associações que organizaram aquele seminário foram as mesmas que durante esse tempo articularam dentro do Congresso Nacional a formação de uma Comissão Especial pra acompanhamento sobre anistia, ou seja, a motivação, pelo menos não veio de quem é contrário à anistia necessariamente. A alegação deles é que isso é um instrumento que eles têm de poder pressionar o Ministério da Defesa pra cumprir as decisões da Comissão, Ministério do Planejamento para cumprir e também a Comissão de Anistia pra.... eu ouvi assim: a Comissão de Anistia vai ter que se enquadrar. Eu, muito particularmente, acho que é um tiro no pé, acho que é um tiro no pé e o tiro pode sair pela culatra. Eles mesmos anistiados e anistiados, como os maiores interessados, abrir uma Comissão Especial dentro da Câmara dos Deputados que vai ser composta por parlamentares, que vai ter um rodízio entre eles, de todos os partidos, vai ter um dia que necessariamente vão ter dois deputados ali um Jair Bolsonaro da vida, uns três ou quatro, vão começar a convocar a gente. Agora mesmo vou ter que parar o trabalho para ficar prestando contas lá na Câmara dos Deputados. Eu tenho minhas dúvidas, essa é minha avaliação pessoal. Eu acho que o tiro pode sair pela culatra sim e ao invés de ser algo pra ajudar a anistia, como eles tão achando que vão ser, não seja, mas já foi criado, tá aí, o ano que vem inteiro pode ser que a gente tem que ficar o ano inteiro sendo chamado na Comissão Especial de Acompanhamento da Anistia na Câmara dos Deputados pra.... não, mas eu acho que também não é o caminho não.... Conselheira Sueli vai presidir os trabalhos, a Flávia e a Simone vão apresentar, em 10 minutos cada uma, o Projeto Educativo e o Projeto do Memorial porque... e eu preciso fazer isso hoje, tá, porque? Porque nós estabelecemos como prazo para colher sugestões dos analistas, do pessoal todo, é importante que todo mundo assista, e dos conselheiros até o dia 30, porque, depois do dia 30, no dia 5 eu tenho que apresentar isso pro ministro pra ele poder aprovar a nossa proposta final, quero levar isso como uma proposta da Comissão de Anistia. Por enquanto a gente recebeu uma sugestão da conselheira Luciana, não sei se outras chegaram diretamente no e-mail. Então pra que seja uma proposta nossa final até o dia 30, dia 5 eu apresento pro ministro da Justiça. Nós vamos apresentar pra ele, pra ele poder aprovar pra gente poder começar implementar a partir do ano que vem, senão não dá mais tempo, eu sei que o meu avião tá saindo e eu tenho que sair correndo, tá?. Conselheira Sueli vai assumir os trabalhos, obrigado.

Início: 01.56.17

Conselheira Sueli Bellato:

Boa viagem presidente.

É, então, retomando os trabalhos tem algumas inscrições, algumas pessoas, me parece que o que o Conselheiro Vanderlei estava tratando a gente fez um “Black” para o presidente fazer uso da palavra, mas agora eu retomo então a palavra ao conselheiro Vanderlei para fazer a conclusão.

Início: 01.56.43

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

Bom, continuando, então, eu ia fazer algumas considerações sobre a reunião de hoje de manhã lá no auditório. Ali foram apresentadas algumas reivindicações e eu queria já tecer alguns comentários porque acho que a minha obrigação, que todas as informações sejam levadas em consideração por todos os senhores. Vejam bem, eu tenho uma posição aqui, eu não tenho que convencer ninguém. Eu tenho é que dar os meios pra que os próprios conselheiros, cada um, tenha o seu convencimento, tá? Não to aqui pra fazer a cabeça de ninguém, então, eu vou sempre mostrar as duas moedas. A perseguição deles até 1982 tem um voto que é favorável, que é o voto que eles falaram, que é de um processo de 2001, é um dos processos mais antigos, possivelmente um dos primeiros que foram avaliados e aonde eu fiz um voto reconhecendo que a perseguição deles vai até 1982 mesmo, tá? E a partir de 2003 eu passei a emitir votos aonde, e aí já existia o parecer da AGU, né, que limitou, e, a partir dali, eu passei a estabelecer então um outro voto, tá? Então.... 1982....agora só atinge as pessoas que já estavam na Força em 1964, então, aí vai até completar 8 anos, 72, tá? E aí essa turma que acha...., que entrou na FAB de 72 até....., 82 menos 8 dá 76, essa turma que entrou na FAB de 72 até 76, eles acham que devem ter direito, ainda mais que há três mil e tantos processos que foram indeferidos mas não saiu portaria, então, aí tem, deve vir algum direito aí. Bom, aí o Siqueira levantou e falou sobre a promoção a suboficial. Ora, os primeiros reconhecimentos foram promoção a suboficial e aí entraram aqueles em questionamento, e direito ao contraditório, etc, e estão refazendo essa decisão. Eu lembro aos senhores para levar em consideração que essas pessoas, esses cabos, principalmente os que entraram na Força depois de 1964 e que, portanto, já sabiam que iam trabalhar somente durante 8 anos e depois iriam embora, a eles não foi feito nenhum impedimento de exercer toda e qualquer outra atividade, tá? A expressão que, inclusive usaram durante a exposição foi “demitidos”, não é demitidos, a expressão aí é licenciados, eles não são demitidos, eles são licenciados da FAB. E são licenciados com todas as suas obrigações cumpridas, eles levam o Certificado de Reservista, tudo direitinho. Eles podem ir procurar qualquer trabalho, eles poderão fazer qualquer concurso, eles poderão entrar em qualquer lugar, pode fazer até concurso pra oficial e entrar na carreira de oficial, tá? Então não há impedimento de exercer toda e qualquer atividade, até mesmo militar, tá? É uma questão interessante de levar em consideração. Ele pediu também, porque nós não somos tão rigorosos, isso é, o cabo ao completar 8 anos, foi licenciado tem direito à anistia. Mas não pode ser isso assim tão rígido, né? Porque a gente sabe que pessoas que estavam em vias de completar 8 anos, que pediam reengajamento e a pessoa, o comandante lá da organização ia conceder um reengajamento pra a pessoa ficar só 2 meses, aí ele já não concedia o reengajamento, tá? Então nós passamos a aceitar como razoável que as pessoas que tinham 7 anos e meio, por exemplo, e tiveram que sair da FAB, nós consideramos que 7 anos e meio era 8 anos, que se enquadrava nos casos de anistia. O que é que eles querem? É que quando a gente cede um pouquinho os caras vão querendo cada vez mais, né? Então, o que é que eles querem? Que as pessoas que tinham 7 anos, seis anos e meio, que essas pessoas também sejam anistiadas. A gente até aceita, mas desde que haja uma comprovação de uma efetiva perseguição política, e aí, tudo bem. Mas, se não existe, só porque saiu pela Portaria 1104, aí não, né? Então, são essas reivindicações que foram feitas pelo Siqueira. Houve uma reivindicação lá, apresentada por uma

pessoa chamado Sena, a respeito dessa tese de ir até 1982. Penso que essa é uma questão que mais dia, menos dia, a gente tem que, pelo menos, ter um convencimento à respeito daqueles três mil cento e setenta e tantos processos que realmente, aquilo tá correto e que é preciso fazer a portaria e resolver esse problema de vez. Ressaltar a sensibilidade do Dr. Jorge Vital, publicamente, entendeu? A sua sensibilidade de sair do seu lugar pra ir ver, porque o Siqueira, com toda aquela idade e todo o problema de locomoção, por duas vezes ele chegou a falar “eu não to bem”, e o Dr. Jorge foi lá pra prestar um auxílio ao companheiro. Eu quero registrar aí, tão gravando né? A sua sensibilidade, entendeu? Senti que aquele momento ali podia ser perigoso né? E oferecer uma ajuda a ele, graças a Deus não precisou. A Dra. Luciana, ela falou sobre o erro da Súmula Administrativa e já falamos sobre isso, né? Não é só enquadrar na Súmula Administrativa. Foi licenciado por conta da 1104 que é caso de anistia não, são três condições: ser cabos, completar 8 anos e ter sido licenciado pela Portaria 1104. Tem que preencher as três condições ao mesmo tempo. Se preferirem, “concomitantemente”, fica bonito né? E, a outra questão eu ia comentar mas já foi resolvida porque alguém chegou lá e falou 495 processo em revisão sendo que 278 já tinham sido resolvidos mas eu acho que os números da nossa Comissão são mais confiáveis. Quem falou foi um dos interessados. Senhores era essa então a contribuição que eu tinha pra fazer, graças à Deus pude vencer as emoções, não precisei chorar no dia de hoje e tamos aí.

Início: 02:04:57

Conselheira Sueli Bellato:

Muito obrigada conselheiro Vanderlei.

Eu para encaminhar essa outra etapa, Dr. Jorge vai me ajudar aí nas inscrições, mas eu só queria sugerir, consultar inclusive os conselheiros se é possível nossa reflexão ser orientada no sentido de buscar solução da situação. Certamente nossas emoções teria muito que dizer, cada um de nós possivelmente tem muito lá dentro querendo expressar. Vou propor então que a gente não faça nenhuma censura das emoções mas que elas sejam objetivadas também na busca da solução da questão dos três mil e poucos que estão sem portaria e da situação que está posta, pra que nós possamos,....são 16:30, 16:35, ainda ouvir as assessoras sobre o Projeto Educacional e Memorial e quem sabe, pelo menos se nós pudermos também pautar tem assuntos sérios aí na pauta: questão da acumulação de indenização, há processos sem julgamento por questões de entendimento, possivelmente o conselheiro Henrique gostaria também está tratando daquela questão das indenizações dos Estados, tem situações que nós estamos também acumulando processos por falta de decisão. Então eu só vou propor, não sei se há um limite, se os conselheiros querem determinar o teto da reunião, dos nossos trabalhos, se vamos trabalhar na medida do esgotamento da pauta, se é possível. Não é possível né? É muito assunto.

Início: 02:06:47

(?????)

Presidente, só pra recordar: a última sessão do Plenário que me recordo que foi até quase 10 horas da noite foi, assim, bastante improdutiva. Nós estávamos julgando processos, mas a gente vai discutir temas e precisamos estar bem, então, levar até esse horário....

Início: 02:07:06

Conselheira Sueli Bellato:

Então, então eu proponho que nós não percamos a reflexão dessa contribuição importante que tanto tivemos na parte da manhã como da assessoria e agora do conselheiro Vanderlei, que a gente possa aproveitar no sentido de encaminhar para solução da assinatura da portaria e a situação inclusive dos nossos entendimentos a respeito da própria Portaria 1104. O outro tema que seria, que é fundamental que o presidente frisou bastante da importância de ser tratada ainda hoje é a apresentação dos Projetos Educacional e Memorial e se.... Janaína vai me dar alguma contribuição?, É isso? E a assessoria ainda pede também mais dois minutos por um assunto importante, porque existe uma situação também a respeito dos Bombeiros de Nilópolis, é isso? E que é uma situação que se for colocada nós poderemos estar resolvendo a situação de aproximadamente uns 200 processos? Uns 200 processos de uma situação rápida de ser tratada na medida que eles possam fazer uma exposição, tá bem? Ficamos com esses três assuntos? E, remetemos o outro pra próxima pauta da reunião administrativa, tá bem?

Início: 02:08:2M

Conselheira Tereza Beatriz:

Uma questão de ordem que eu não entendi é o seguinte: É o seguinte, a proposta do Memorial e da Educação, eu não sei se eu perdi, fiquei um tempo meio distante, eu não sei se houve algum envio, eu não vi na lista. Eu particularmente mandei, até a Flávia disse que recebeu só aquele piquitico da questão do premio, mas eu mandei, tanto dos dois, eu mandei pontualmente, ponto por ponto as questões gerais, as questões específicas, então eu não sei,... eu acho que esses dois projetos são projetos assim de fundo de extrema importância. Eu acho que se a gente for discutir esses projetos a gente não vai ter condições de discutir mais nada porque nós já tamos 5 horas, ainda vamos terminar as coisas e eu fico com medo porque a gente sempre interrompe as discussões e a gente tem dificuldade de retomada, daqui há 15 dias já tem outra pauta, então eu estou achando que essa pauta apresentada é muito idealista porque, a não ser que a gente vá dizer o seguinte: a pauta não tem prazo e nós vamos até cumprir, o que é o problema levantado, que eu acho que todo mundo concorda.

Início: 02:09:53

Conselheira Sueli Bellato:

Acho que a conselheira Tereza Beatriz tem razão, agora essa questão do Projeto Memorial, ele tem uma pressão causada pelo tempo, o presidente tem que ter uma definição com o ministro da Justiça na próxima semana e conosco ou sem nosco, vai para o ministro na próxima semana, então, parece que se reveste de maior legitimidade, se as assessoras puderem, brevemente colocar um pouco a situação e nós remetermos o aprofundamento do assunto, naquilo que não for decisão material administrativa para, também, uma próxima sessão, mas aquilo que precisa, questão de orçamento, que precisa ser decidido agora, o quem sabe.....

Conselheira Beatriz:

Não, eu to querendo discutir questão do conceito mesmo, não do orçamento.

Conselheira Sueli Bellato:

Então, será que eu não entendi conselheira Beatriz, será que eu não entendi isso? O que eu to entendendo é que a senhora está dizendo, que depende mais tempo posto, não é?...acho que não deve ter sido a primeira conselheira, é, é, então, na presidência dos trabalhos eu digo que, como eu to entendendo que a senhora expõe que há necessidade de mais tempo para tratar do assunto e que essa pauta poderia ser muito extensa, porque ela é utópica, ela demanda muito tempo....

Início: 02:11:19

Conselheira Beatriz:

Não,não, não, deixa eu esclarecer. Eu acho que a gente tem que discutir as duas questões porque elas são fundamentais e a gente não tem uma ilusão de que a gente vai discutir um pedacinho de outras questões, quer dizer, a gente vai ter que escolher. Eu entendo que é extremamente importante discutir isso.

Início: 02:11:39

Conselheiro Henrique:

Senhora presidente, deixa eu procurar saber o objetivo. Quem sabe então agora a gente vai direto pra esse comunicado que o setor de análise quer fazer, depois tratamos do memorial que eu acho que não vai dar pra falar dos Cabos da FAB, eu acho que fica difícil, sinceramente, falar dessas três coisas agora.

Início: 02:12:00

Conselheira Sueli Bellato:

Tem as pessoas que estão inscritas eu estou supondo que não são questões de ordem, é a inscrição natural conselheiro Henrique, então eu estou tentando encaminhar o trabalho ta bem? Questão então de ordem para poder otimizar o tempo e ordenar a pauta.

Início: 02:12:17

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

Eu penso que a questão dos cabos da Aeronáutica a gente tem que ser muito objetivo, não é? O que é que a gente precisa? Não temos, na realidade, um problema no momento pra resolver, o que a gente precisa é saber se estamos juntos, se há um consenso de que realmente é caso de anistia os ex cabos da FAB. Isso é o que interessa saber. Depois num segundo momento, se aquele pessoal que entrou após a Portaria 1104, se à eles também se estende essa anistia ou não.

Início: 02:12:56

Conselheira Sueli Bellato:

O Conselheiro Vanderlei já tem duas propostas: Uma que sugere que não tratemos agora dos cabos da FAB e passemos diretamente para a questão do memorial. Então, a primeira coisa é uma decisão, se nós vamos tratar da questão da FAB ou se passamos imediatamente para os outros temas como a exemplo do Projeto Memorial.

Início: 02:13:18

Conselheira Ana Maria:

Eu lamento profundamente se nós não pudermos, minimamente, tirar das emoções, como disse V. Excia., mas, pelo menos, expressarmos as questões que estão sendo debatidas diante desse tema. Então se não vamos discutir agora, realmente fica muito prejudicado, sabe, porque é um tema que está latente, todos nós estamos discutindo e eu realmente me sinto, fico muito angustiada se nós não pudermos, aí as emoções vão aflorar.

Início: 02:13:55

Conselheira Sueli Bellato:

Então, conselheira, particularmente esta é minha impressão: de não perder a riqueza da manhã e as falas que nós pudermos nos beneficiar até esse momento. Mas, o que é que eu estou tentando fazer? Submeter à Vs. Excias. para ver o que é o mais razoável e tentarmos encaminhar.

??????

Eu acho que nós vamos ter desvantagens nas duas circunstâncias, vamos ter desvantagens nas duas, infelizmente. Agora acho que fazer as duas juntas!!!

Conselheira Sueli Bellato:

Flávia deseja falar? Só um momentinho por favor.

Início: 02:14:25

Conselheira Flávia:

Nós já sabíamos ontem que a pauta de hoje ia ser bastante extensa. Em conversa com o Dr. Paulo Abrão, ele tinha sugerido então de que eu e a Simone reduzíssemos um pouco o tempo de apresentação do ponto de vista de não entrar num grande detalhamento, até porque todos os conselheiros e conselheiras já receberam um projeto escrito, toda parte descritiva, e que a gente fizesse essa apresentação em até 20 minutos, 10 minutos para o Projeto Educativo, 10 minutos pro Projeto do Memorial e abriríamos um breve tempo de espaço para colher informações, quem tivesse interessado nesse momento de já passar algumas sugestões, a gente já coletaria essas sugestões agora, porém, todos já sabendo que o prazo para envio das sugestões é até amanhã. Então eu acho que a gente imagina assim, e não era da ideia de Dr. Paulo Abrão de que a gente estendesse por muito tempo os debates das discussões relacionadas aos dois projetos, embora eu considere que sejam importantes, mas todos os conselheiros e conselheiras já estão com os projetos em mãos, e a gente pode ir agregando, incorporando as sugestões até o final dessa semana, na medida em que a gente for recebendo as sugestões por escrito.

Início: 02:15:36

Conselheira Sueli Bellato:

Consulta, então, o Plenário diante da fala, inclusive, da Flávia, diante da importante contribuição, se nós poderíamos tomar mais 30 minutos, podendo ser até 40, encerrarmos questão FAB e após esse momento, ouvirmos as assessoras à respeito do Projeto Memorial e encerramos com apenas esses dois assuntos, hoje, na pauta. É acordo, é consenso ou próximo de um consenso, pode ser? Em assim sendo, aprovado no silêncio e na inanição, estão inscritos Conselheira Marina, Henrique e Conselheira Ana Maria. Então, Marina não está inscrita, é isso? Então Conselheiro Henrique, pela ordem.

Início: 02:16:44

Conselheiro Henrique:

É só pra ir ao encontro da fala do conselheiro Vanderlei e passar a seguinte informação aos senhores. Em todo momento que um militar temporário ele é licenciado, só como informação, ele recebe um soldo por cada ano que prestou serviço, como se fosse um Fundo de Garantia. As Forças não colocam esses militares à vida civil, esse retorno à vida civil sem que lhes conceda um ano de soldo por cada ano de prestação de serviço. Então, ninguém vai, ninguém retorna ao ambiente civil sem nenhum amparo financeiro. Então, se ele prestou 8 anos ele vai receber 8 soldos. Só essa informação que eu queria passar.

Conselheira Sueli Bellato:

Importante! Obrigada. Conselheira Ana Maria.

Início: 02:17:42

Conselheira Ana Maria:

Senhora presidente, eu me manifestei pedindo pra que esse tema realmente fosse mantido, inicialmente não quero fazer as emoções fluírem, mas, pra dizer ao Conselheiro Vanderlei que, certamente, todos nós, eu particularmente quero dizer que a decisão de V. Excia. naquela câmara, hoje, solitário, é a minha decisão. O senhor não está sozinho. Esta Comissão ou se solidariza com todas as situações que foram tomadas ali, certas ou erradas, pra que nós possamos, daqui pra frente, tentar acertar ou então não somos uma Comissão, não somos um grupo que estamos trabalhando juntos e tentando acertar da melhor forma possível. Então, queria dizer exatamente isso, que o senhor não se sinta solitário porque as decisões que foram tomadas não de ser amparadas por toda esta Comissão, pelo menos por mim, com certeza. A segunda questão é que nós devemos enfrentar, e aí a Comissão como um todo, é que, na verdade, o ônus político, quando você assume um cargo público, você não pode ter só bônus, você tem que ter os ônus também. Infelizmente, este ônus, agora, passou pra nós, não foi assumido pelo ministro anterior que deixou pra que nós assumíssemos. E nós temos que assumir. As portarias não de ser publicadas e nós temos que assumir esse ônus. E não adianta questionar porque não foi, porque que agora nós vamos ser. Vamos ser sim os responsáveis pela publicação das portarias e temos que assumir esse ônus enquanto governo. Porque nós fomos aqui escolhidos para representar o Ministério da Justiça na Comissão em que representa o Governo brasileiro. É o Governo brasileiro quem pede desculpas aos anistiados pelo o que foi feito. Então, na verdade, nós temos que assumir os ônus, publicar as portarias, porque creio eu que o entendimento ali posto, é o melhor entendimento. Evidente que faltou naquele momento, como todo o mundo estava iniciando em 2001, 2002, o entendimento que nem todo mundo que saiu via a portaria sofreu perseguição política. Então, se todos aqueles processos foram analisados com esses requisitos eu não nenhuma dúvida que nós temos que assumi-los e fazer publicar a portaria. Então, na verdade, eu acho que esses casos, a gente tem que trabalhar nessa perspectiva e, se nós tomamos como parâmetro o Parecer da Advocacia-Geral da União então, na verdade, esse parecer vem exatamente dizendo que os parâmetros que foram utilizados pela câmara, pela Terceira Câmara naquela ocasião, são os parâmetros que foram postos no parecer da Advocacia-Geral da União e que nós temos que assumi-los. Essa é minha posição, então, esse é o meu encaminhamento, na perspectiva que nós façamos, e as revisões todas que temos, que tem que ser feita, que são essas revisões decorrentes dos encaminhamentos do Parecer da Advocacia-Geral da União. Não vou nem entrar na questão do Tribunal de Contas da União porque o Tribunal de Contas da União, como já foi dito aqui e levantado pelo senhor e pelos demais conselheiros, na minha opinião, não tem competência pra fazê-lo. Essa é a grande verdade. Eu não vou nem adentrar a nesse mérito. Era isso que eu gostaria de dizer, senhora presidente.

Início: 02:22:09

Conselheira Sueli Bellato:

Muito obrigada, conselheira Ana Maria, eu também estou inscrita, sou a seguinte depois de V. Excia., e eu quero dizer que me encontro contempladíssima pela fala da Conselheira Ana Maria e, ontem, dois sentimentos que aí eu que mesma que disse vou tentar não colocar, né, pra mim, mas, dois sentimentos me passaram no Tribunal de Contas e hoje novamente. O conselheiro Vanderlei com a experiência fantástica que ele tem e que muito nos ensina, ele tinha alertado de um risco que poderia os cabos, os então cabos da FAB estarem solitários no Tribunal de Contas porque os oficiais talvez não estivessem. E nós nos surpreendemos porque nós encontramos oficiais lá, não é, conselheiro Vanderlei? Então eu tenho pra mim que também tem um outro papel, que este falava muito com o conselheiro Marcio, esse assunto hoje de manhã. Que esta Comissão vem fazendo no sentido pedagógico, inclusive de unidade dessa nação que foi esfacelada e tão marcada nas suas organizações também disciplinares, que era difícil acreditar que eles encontrassem naquela sessão do Tribunal ontem outras patentes que não fossem os dos próprios cabos, e tinha. Estavam lá os oficiais também. E, aí, eu pego a segunda parte da fala da Conselheira Ana Maria. Nós, eu aí, já cheguei na Comissão em 2003 numa fase já, mais privilegiada dos que me antecederam. E eu posso imaginar, pelas condições que nós tivemos de trabalho, o que foi que os anteriores não passaram. Porque nós não tínhamos espaço, não tínhamos passagem, não tínhamos hotel pra ficar em Brasília e quantas vezes a minha vinda foi suspensa de São Paulo pra cá por falta de recursos e, por isso, o grupo majoritário era o grupo de Brasília, porque nós não dispúnhamos, não é Dra. Viviane, de recursos pra está pagando uma outra vinda, tinha uma outra verba que saía pelo Gabinete do Ministro, então o Dr. Pimentel tinha uma situação mais próxima ao Gabinete, mas, nós outros não tínhamos. Então quando eu vejo, as vezes um olhar um pouco menos, menos fraterno na análise do que a gente já viveu na Comissão, eu acho que ela... é a mesma exigência que se faz, a contextualização da nota da Portaria 1104, também se há que fazer em relação à essa Comissão. Acho que também há que se fazer, porque nós trabalhamos em condições, e aí o meu chapéu, a minha homenagem vai pra assessoria que trabalhava toda lá naquela outra, no outro anexo, em péssimas condições, com o presidente também ao lado das pilhas de processos. Nós não tínhamos esse espaço do anexo, do prédio principal. Era todo confinado em péssimas condições e goteiras lá no prédio seguinte. Então acho que quando a gente sabe o que é que a gente já viveu, tem erros, tem sim, deve ter muito erros, mas esta turma, mesmo com mais recursos, possivelmente nós também teremos erros. Então eu acho que pra dizer que eu assino embaixo de tudo o que os Conselheiros da Terceira Turma fizeram, porque fizeram com esforço que, certamente não tem a sensibilidade do Tribunal de Contas para contabilizar o que foi feito. Foi feito dentro de um contexto de uma ética e de uma ordem de honestidade que poucos, talvez, no Tribunal de Contas passa saber que existe. Então, pra dizer que eu também, nesse sentido, comungo com essa posição, vamos soltar esses que não são os mais difíceis porque esses que já estão feitos, foram feitos com qualidade de trabalho tanto pela assessoria como pelos senhores conselheiros, mas penso também que temos que dá um passo em relação àqueles que estão sem decisão, e vamos enfrentar. Se não temos mais a Terceira Turma, que redistribuamos nas turmas que existe.

O próximo é o Conselheiro Marcio.

Início: 02:27:06

Conselheiro Marcio:

Senhora presidente, senhores conselheiros, caros assessores e funcionários eu quero fazer uma retomada histórica até... conselheiro Vanderlei foi perfeito a partir de sua chegada, eu quero fazer uma retomada antes dele que eu sou o único que posso fazer. O único sobrevivente do... disso né, e até a Súmula porque quando o Conselheiro chegou já havia a Súmula. Essa Súmula foi fruto, eu

não encontrei aqui, eu não encontrei aqui este trabalho que foi feito de levantamento e fizeram, inclusive, com a participação, até do testemunho do Brigadeiro Rui Barbosa Moreira Lima. Não tem o “Barbosa” não? Pensei que tivesse, pensei que o pai tivesse tido essa vaidade de colocar o nome de Rui Barbosa no filho. Mas, hoje, ele não rua, a dificuldade que foi pra buscar não é, a forcips, o documento secreto, quase que coagiu as autoridades atuais a fornecer o documento que era um dos documentos secretos do mal feito e daí já se vê também a razão política da coisa né? Porque é que estavam escondendo essa coisa tão simples? Porque não era né. Porque não era. E, de fato, daquele estudo, que foi um estudo alentado, eu não encontrei aqui, mas foi um estudo anterior, alentado, feito com base nas portarias e nas discussões anteriores a ela e o objetivo era fazer realmente uma espécie do genocídio do cabo velho. Porque nós tivemos que o Rui Moreira Lima foi atingido exatamente por sua solidariedade, quebrou o elitismo dentro das FFAA. Que uma coisa é a hierarquia de comando outra coisa é elitismo, quer dizer, a solidariedade, ele foi solidário com as praças e, importante isso, dentro desse, esse objetivo que tinha de perseguir o cabo velho, com a razão seguinte, o cabo quando atingia a estabilidade, ele era estável, começava por aí, segundo, ele tinha uma vivência as vezes muito maior que o sargento. Então ele tinha uma liderança dentro das praças, uma liderança muito grande. Então o objetivo, a Portaria 1104 tem norma outras, que trata de outras coisas. Esta parte, como se viu, conforme pronunciamento do Conselheiro Vanderlei, esta era a parte destinada vamos acabar com essa classe, porque essa classe que nos dá problemas, vamos botar pra fora esse pessoal pra não se tornarem os cabos velhos, porque os cabos velhos é os que dava problemas. Era aqueles que tinham experiências, tinham vivência, sabiam, muitas vezes, mais que seus superiores e que criavam essa, né, daí esse verdadeiro, vamos dizer, genocídio de praças que foi feito por meio dessa Portaria, que nesse aspecto foi uma razão política sim. Vamos tirar esses líderes, impedir que cheguem..... que criem essa liderança aqui dentro, que era a liderança do cabo velho. E devo até que alertar aqui, ali falou no Parecer nesse limite, com relação a nesse limite. Eu nunca cheguei a votar isso, porque isso não chego ao Plenário, não é, mas eu cheguei a me sensibilizar com o voto do Conselheiro Vanderlei que mostrava até 82, mostrando que até ali estavam de olho nas praças e, a rigor, ali ainda continua a perseguição, porque “você pode desde que você me assine uma declaração”, um patrulhamento ideológico, né?. Agora, o posicionamento da AGU, do Ministro da Justiça também que assinou, chegou a assinar coisa nesse sentido com base em pronunciamento da Consultoria Jurídica e depois da AGU, dizendo o seguinte: “que, com relação aos admitidos posteriormente, eles já entraram sabendo as regras, então, quer dizer, a guilhotina já estava posta, e daí que houve esse limite, esse entendimento que limitou a anistia aos que já estavam na Força à época da Portaria 1104. Eu confesso que eu nunca votei com relação à extensão após 64, sensibilizei-me quando conheci o voto do conselheiro Vanderlei; que eu pensava até que era um estudo subjetivo, que não chegasse.... Hoje fui saber que foi seu voto não e, mas, confesso também que considero plenamente razoável o entendimento que foi firmado pela AGU, pelo Ministério da Justiça, pela Comissão de Anistia e me recordo até que, eu mesmo analisando isso, eu dizia, bem, a essa altura colocaram a cabeça na guilhotina, não é, porque a 1104 estava lá, dizendo ninguém mais vai, então quem entrou já sabia, ninguém foi surpreendido. Então, daí que esse posicionamento adotado pelo Ministério, pela AGU e pela Comissão de Anistia, a mim, me parece sólido por seus fundamentos, e pelo Judiciário, muitas vezes pelo Judiciário. Realmente é um entendimento solidificado à duras penas, porque começou de uma pesquisa difícil e de um estudo.... eu me recordo aqui que foi estudo da assessoria com o presidente da Comissão Paulino, na época, que se empenhou nesse estudo. Foi esse estudo que antecedeu a Súmula. Então a gente vê que cada vez que a gente pensa, a gente vê... demais longe veio toda essa pesquisa para chegar a essa conclusão. Era apenas esse testemunho que eu queria dar, no sentido de que esse posicionamento adotado, acho que por todos, menos pelo TCU, ou, pelo menos, pelo relator do TCU, esse entendimento tem uma solidez muito grande. Agora com relação ao....só uma questão de encaminhamento, sobre assinatura de portaria, é o ministro quem resolve, porque a Comissão só vai até conceder, na realidade, o máximo que poderíamos dizer sobre um assunto desses, seria que

entendemos que essa anistia vale e que vale nesses limites. Com relação à progressão vai ter que ver depois, tem recurso sobre isso e tudo mais, então era só isso que eu queria dizer.

Conselheira Sueli Bellato:

Conselheiro Vanderlei é o último que vai inscrito. Conselheiro Rodrigo.

Início: 02:34:24

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

E até referente ao caso do encaminhamento, vejam bem, nós temos 120 processos parados, nós vamos ficar parados? Eu creio que não. O TCU não emitiu nada a respeito de que devêssemos parar, de julgar e ficássemos esperando, porque creio que esse processo agora, com esse pedido de diligência vai levar mais dois, três, quatro anos pra resolver, então vamos ficar com os processos parados? Penso que não. Penso que devemos continuar decidindo esses processos já que chegamos, parece, ao consenso de que o entendimento anterior é válido e que deve continuar sendo então, não é, continuar a atividade da Comissão de Anistia. Anistiando as pessoas. Afinal estamos aqui para isto. E, os 3117 processos então, é porque eles estão na Comissão de Anistia. Eles não foram encaminhados ao ministro. Que seria o caso de encaminhar ao ministro. Se ele quiser assinar ou não, mas, no momento não está sujeito a decisão dele assinar ou não. No momento ele está aqui conosco e o anistiando esperando que a gente dê uma decisão. Então, é só dá um encaminhamento objetivo. Essa questão tem que saber: a gente para ou não para? Precisa parar? Não precisa, então vamos adiante.

Início: 02:36:02

Conselheiro Rodrigo:

Começar só dessa questão da Portaria. Quero acompanhar ali um pouco a fala do Marcio e também a fala do Vanderlei dizendo o seguinte: “com relação, acho que isso consensual, entre os conselheiros, as conselheiras da Comissão, de que..., eu particularmente, tenho muita tranquilidade em firmar posição de que entendo de que o TCU não tem legitimidade para apreciação do mérito. Nesse aspecto, então, eu desconheço, eu não me vinculo, não me sinto minimamente obrigado ou influenciado a decidir por conta do posicionamento do TCU. Tenho muita tranquilidade com relação aos limites, as atribuições de cada um desses espaços. O TCU é espaço legítimo a determinadas tarefas que não essa, e, eu acho que é muito importante consolidar aqui um pouco dessa fala da conselheira Sueli também, de que as portarias elas estão no gabinete do ministro. Isso é ato privativo do ministro, então não cumpre à nós entrarmos nesse mérito, até porque, eu entendo que não há nenhuma cizânia, não há nenhuma separação entre o atual ministro, o anterior ministro, entre a anterior Comissão, atual Comissão ou mesmo dentro da Comissão, conselheiros antigos, conselheiros mais novos, entendo que não há, nós não fazemos, não temos, que fazer essa separação. Nós somos um único grupo. O ministério, é um ministério vinculado ao Governo do Presidente Lula. As responsabilidades elas são recíprocas, as responsabilidades elas são recíprocas e a Comissão também. É algo que é inequívoco de que no último período foi o período em que a Comissão mais avançou, isso é fato inconteste, é fato inconteste, e aí, entra as

questões que a conselheira Sueli falou ali também, a questão da condição de trabalho que você tinha. Tanto as condições de trabalho dos conselheiros e conselheiras, quanto do nosso setor de análise, de finalização, enfim, de todos os setores que fazem efetivamente a Comissão funcionar. Então, acho que é importante ter essa conta, e, equívocos podem ter acontecido, como acontecem agora, agora é,... a demonstração de uma, qualquer uma eventual cisão só interessa àqueles e àquelas que têm a intenção de fragilizar os trabalhos, as ações da Comissão de Anistia e acho que é fundamental que nós possamos demonstrar que existem sim, podem existir divergências de opinião, ao final de contas a gente vive numa democracia mas, de que nós somos um grupo coeso enquanto Comissão de Anistia. Nesse sentido eu me sinto contemplado igualmente com as decisões que foram proferidas à época pela Terceira Câmara, nesse caso me sinto contemplado. Não tenho a menor dúvida de que a Portaria 1104 se constitui em ato de exceção, já há uma demanda importante de trabalho que foi vencida e é mérito de todos aqueles e aquelas que, inclusive, numa situação mais difícil do que a que nós temos hoje, conseguiram ultrapassar. Se, nos casos de situações posteriores à Portaria 1104, pode acontecer. Casos que tenham sido apreciados, pode acontecer casos que tenham sido apreciados e que haja perseguição política e tem que ser apreciados, mas acho que tem que andar também os 120 processos. A gente tem que demonstrar que a Comissão de Anistia ela é efetivamente preocupada na resolução, ela não está comprometida em dizer sempre sim ou sempre não mas que ela está comprometida com uma resposta honesta, franca, precisa, àqueles que vêm aqui requerer a tutela desse espaço. Então, finalizando, gostaria de deixar claro o entendimento que tenho com essas questões, primeiro de que não cumpre à nós, aqui nesse momento, enquanto Comissão, uma decisão com relação às portarias, isso é ato privativo do Gabinete do Ministro, não há que se falar igualmente em.... aqui, a Comissão não tem que entrar no mérito, porque que não publicou antes ou porque que vai publicar agora, etc., nós precisamos assumir... nós temos que assumir essa irresponsabilidade que só interessa àqueles e àquelas que querem fragilizar esse nosso espaço. A terceira questão é de que não me sinto e tenho tranquilidade e acho que mais um tanto de colegas aqui também não se sentem vinculados com a posição do TCU e a gente não vai entrar no mérito do porque agora, mas, daria uma discussão pra mais um bom tempo e, em função disso, entendo absolutamente legítimas as decisões que foram proferidas até agora e acho que a gente precisa reconhecer o mérito, reconhecer o esforço que não somente o gabinete do ministro, mas também o nosso presidente tem demonstrado. Nunca nós tivemos na... e era,...isso é notório na história da Comissão nós tivemos aí uma Comissão tão favorável de trabalho como nós temos agora. E a gente tá findando num ano de muito trabalho, pra todos e todas, um ano de transição, eu tenho certeza que no próximo ano nós vamos avançar ainda muito mais, mas, sobretudo, num espaço de fortalecimento da Comissão de Anistia, mesmo que haja manutenção de divergências, de posições que nós tenhamos aí a manutenção de uma unidade de órgão, uma unidade institucional da Comissão de Anistia como um espaço comprometido com o reconhecimento dos equívocos que foram, das atrocidades, dos absurdos que foram praticados durante o período de exceção mas também de um olhar muito cuidadoso, né, com relação a se houveram ou se não houveram essas situações, enfim, é reforçar, fortalecer o espaço daqui da Comissão.

Início: 02:43:35

Conselheira Sueli Bellato:

Obrigada Conselheiro Rodrigo. O conselheiro Prudente fez uma menção mas não tinha pedido a palavra nós entendemos.

Início: 02:43:43

Conselheiro Prudente:

Na verdade eu e o conselheiro Rodrigo, de certa maneira, discutimos, confabulávamos aqui antes e as palavras do Conselheiro Rodrigo, na verdade, são basicamente o entendimento que a gente tava externando, tanto em relação a questão da Portaria como em relação a condução que foi realizada ao longo dos trabalhos pela Comissão e suas respectivas mudanças do qual entendemos que..., eu entendo e ratifico as palavras do conselheiro no sentido de que esse é um todo, é um corpo, é um coletivo e nesse sentido a gente deve resguardá-lo, valorizá-lo enquanto forma as possíveis reações, inclusive as diversas, garantido, de certa maneira, a autonomia de entendimento até na medida ilustrada que o companheiro, o conselheiro Rodrigo fez da independência que nós temos em relação a posição do TCU em razão do que ele já colocou, do qual o papel do TCU e qual o papel nós temos. Então, de certa maneira eu ia me manifestar, partir, mas eu ratifico as posições...obrigado.

Início: 02:44:57

Conselheira Sueli Bellato:

Nós estamos encerrando aquele tempo que nós estabelecemos de comum acordo, mas eu quero cumprir um dever que eu entendo que é ético para com os senhores e senhoras, que é a preocupação da assessoria em relação ao tempo oportuno, o tempo que nós vivemos politicamente e aí eu reporto 2003, muitos de nós, lembrem-se Vs. Excias., ouvíamos dizer “será que o Presidente Lula chega ao final do mandato”? Agente as vezes esquece um pouco os períodos históricos e o ano de 2003, quando nós chegamos, fomos convidados pelo Governo Lula para compor a Comissão de Anistia, havia, tanto da parte dos anistiandos como dos conselheiros, uma incerteza daquele momento político em que nós vivíamos. Passamos, eu quero com isso recuperar a fala do conselheiro Egmar antes da saída dele. Se naquele momento a conjuntura política nos sugeriu cautela, é o mesmo Governo que está presente na hora da decisão destes processos. Continua sendo o Governo Lula que se, naquele momento, por suas autoridades, teve determinada conduta, é este mesmo Governo que continua respondendo por suas condutas, então quando nós dizemos que os processos estão na mesa do ministro, eu chamo a atenção que não está na mesa do ministro, ele está na Comissão de Anistia, ao nosso indicativo de encaminhamento parece que está sendo que se mande ao gabinete do ministro para que ele decida, afinal, se emite a portaria ou não. Mas, a parte essa fala, eu quero passar também, com a licença de Vs. Excias., a palavra pro nosso secretário, que é o que vive no dia a dia também essas impressões do TCU. Dr. Jorge com a palavra.

Início: 02:47:15

Dr. Jorge:

Muito obrigado. Bom, em relação, primeiramente em relação a esses processos, eles, por uma conveniência entendida pela direção da Comissão de Anistia, para que não atrapalhasse o procedimento dos demais processos que estavam sendo deferidos e como havia um contingente muito grande de processos indeferidos, melhor entendeu a Comissão de Anistia daquela época, eu não estava aqui, eu tenho notícia do que estou falando, melhor entendeu que deixasse de lado

esses processos para que não atrapalhasse os que verdadeiramente tinham direito à anistia. E foi ficando e até hoje não se levou ao gabinete do ministro. Então esses processos, o gabinete não tem conhecimento desses processos. Nós, na gestão anterior, do Dr. Marcelo Lavenère e também na gestão do Dr. Paulo Abrão, a gente tem avaliado a oportunidade de colocar esses milhares de processos ao ministro da Justiça. Tem avaliado no mesmo sentido, será se vamos atrapalhar, prejudicar aqueles que, efetivamente, têm direito a anistia, estão aguardando um posicionamento da Comissão de Anistia pra poder resolver um procedimento que deveria ter sido feito e não foi feito ainda? Então, nós não temos ainda uma resposta pra isso e é preciso que, brevemente, a gente tenha uma decisão do que fazer com esse contingente de processos. É possível que a gente vá por uma linha em que, sem parar a demanda atual, a gente consiga, paulatinamente, ir dando encaminhamento a esses outros processos que foram indeferidos e que estão há tanto tempo aguardando pela portaria ministerial. Então esse é um ponto. Outro ponto que eu queria, se os senhores conselheiros me permitem, aproveitar pra dizer, é que o Tribunal de Contas, ao longo dos anos tem se aperfeiçoado muito na sua responsabilidade republicana de controle externo, de tal forma que, no passado, a sua atuação tava muito adstrita às contas, mas hoje, o Tribunal de Contas tem competência de exame da aplicação da lei, nos casos concretos, tem essa competência. Era só essa a informação que eu queria deixar.

Conselheira Sueli Bellato:

Traduzindo, ela pergunta?

Dr. Jorge:

Não... traduzindo, é que o Tribunal de Contas ele pode examinar se o órgão aplicou corretamente aquela lei que fundamentou o ato e as contas. Isso. Ele tem essa competência.

Início: 02:51:27

Conselheira Sueli Bellato:

O que nós reportávamos é a questão do mérito. Ele não pode se sobrepor ao papel da Comissão de Anistia. A questão de mérito quem analisa é a Comissão de Anistia pelo Ministério da Justiça. Dele, fica adstrito, como bem o senhor disse, a um ou outro patamar que é a questão da competência numerária. Eu acho que nós temos agora jamais condições de indicar. Esclarecido que os processos não estão ainda, agora na fala do Dr. Jorge, ele sugeriu o encaminhamento também. São três mil processos. Será que nós não devemos mandar para o gabinete do ministro, numa medida, sei lá, nós mandamos dos vereadores agora, de 500 em 500, mais ou menos, não foi? Se nós não pudéssemos estar começando a fazer uma partilha desses processos e estar soltando de 500 em 500 esses processos ou mandamos os 3000 e a autoridade máxima que vai decidir sobre a portaria é o próprio ministro, a conveniência, inclusive, de assinar ou não. Conselheiro José Carlos.

Início: 02:52:40

Conselheiro José Carlos:

Mas se eu entendi também, parece que tem uma dificuldade operacional, não é isso Dr. Jorge? O setor de finalização, não é isso?. Pra mandar...para que seja feita a portaria. Pelo que entendi na sugestão de que haja uma paulatina remessa desses processos é que seria então a proposta do.... eu entendi assim, não sei se é isso.

Início: 02:53:06

??????

Pra complementar, eu tava tentando entender mais a situação e tava conversando com a Janaína e realmente, assim, a publicação de indeferimento de 3000 processos e posteriormente, o ingresso de recursos dos requerentes de 3000 processos pode gerar, realmente, uma paralisação de boa parte das atividades da Comissão. Há a possibilidade.... que essa era....publicar aos pouquinho?

Início: 02:53:40

Conselheira Sueli Bellato:

Só vou fazer uma pergunta: tem várias inscrições, é nesse sentido? Porque aí eu peço pro Dr. Jorge segurar um pouco...

Início: 02:53:46

Dr. Jorge:

Eu queria que os conselheiros não nos entendessem como uma proposta que eu fiz aqui, quer dizer, eu acho o assunto ainda não está amadurecido suficientemente para a gente fazer uma proposta, porque é um volume muito grande de processos e que tem dois momentos preocupantes: Um que é a elaboração da minuta da portaria do ministro; e o outro momento preocupante é o que decorre dessa publicação, o que poderá decorrer. Pode chover recursos na Comissão de Anistia e a gente vai ter que dar encaminhamento a tudo isso. Hoje, com o movimento, com a rotina que a gente possui, a gente já trabalha no limite, no setor de protocolo, no setor de análise, no setor de finalização. Se chove um volume grande de requerimentos nesse momento, é preocupante, é preocupante. Então, a gente tem que analisar uma maneira que não permita uma... um excesso para a Comissão de Anistia.

Início: 02:55:11

Conselheira Sueli Bellato:

Estão inscritos os conselheiros Vanderlei, Narciso e Prudente. Então com a palavra, o primeiro, Vanderlei.

Início: 02:55:19

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

E aí eu vou jogar nas mão do Dr. Jorge o abacaxi. Eu acho esse um problema administrativo que o Dr. Jorge pode muito bem administrar. Se só dá pra resolver 100 processos num mês, resolve 100 processos. Se só dá pra resolver 50, resolve 50. Mas eu penso que ficar parado é até injusto pra quem fez uma petição, colocou na Comissão de Anistia, nós fizemos uma avaliação, demos um resultado e ele tá lá esperando, as vezes, até pra tomar decisão de fazer um recursos, entendeu? Eu penso que a gente tem que continuar com o trabalho. Tem limitações, a gente diminui a velocidade, mas não parar. E, isso inclusive, vamos dizer, altera a estatística até da própria Comissão. Nós temos três mil e tantos processos que para o mundo exterior tá parado na Comissão de Anistia. São processos que, na realidade, nós já os examinamos, temos uma decisão, só que elas não chegaram no final. Então, eles contam lá ainda como não examinados, ou como examinados mas sem portaria, entendeu? Isso é..., vamos dizer, depõe até contra o nosso trabalho. A gente não tá falando para o mundo o trabalho que a gente fez porque ele não tá aparecendo, entendeu?

Início: 02:56:47

Dr. Jorge:

Ele consta como apreciado pela Comissão.

Início: 02:56:50

Conselheiro Vanderlei Oliveira:

Ele consta aqui na Comissão mas para o mundo exterior só vai aparecer na hora em que sair a portaria publicada. Pro mundo exterior a gente não falou ainda. E eu relembro a questão dos processos que estão parados. Os 120 processos que estão parados, e a informação da assessoria é que... a não, enquanto não sair uma decisão do Tribunal de Contas mas o Tribunal de Contas não falou para parar de julgar esses processos e é por isso que é importante, e a gente firmou o consenso de que a decisão é essa mesma, então vamos continuar analisando os processos. Se algum dia o Tribunal de Contas disser que é pra parar, mesmo assim a gente vai questionar, mas, não falaram pra parar, ninguém falou pra parar. E paramos de analisar os processos. Mais uma vez a gente não está tratando o anistiando, a pessoa que requereu com a devida consideração porque vamos ficar com os processos aí, as vezes ele tem direito, não é?

Conselheira Sueli Bellato:

Conselheiro Narciso.

Início: 02:57:56

Conselheiro Narciso:

Nessa linha que o conselheiro Vanderlei coloca, só que uma questão. É preciso a gente lembrar de que a ideia de criar uma Comissão da Anistia é não deixar todos os processos serem decididos pelo gabinete do ministro, porque se... a lei poderia até dizer: o ministério da Justiça defere, não é isso? Então a Comissão é justamente pra fazer esse trabalho de tentar dirimir algumas questões pra quando chegar lá já tá um entendimento mais ou menos firmado. Então se a gente junta tudo, bota num pacote, a gente tá dizendo que a gente não serviu pra resolver o assunto. Então, a função da Comissão é justamente fazer esse processo e fazer na..... eu creio que o entendimento que está se forjando de...na regularidade, numa velocidade adequada...porque também tem que ser numa velocidade adequada que a assessoria lá suporte. Não pode chegar lá e tum! Já fizemos a nossa parte. Comissão. Qualquer lugar podemos dizer, numa entrevista, em qualquer lugar que já...não é o caso, porque é uma coisa só, lá e cá é uma coisa só, então, tudo é assessoria do ministro. É bom lembrar, a Comissão não é um tribunal, é assessoria do ministro. Então, a gente tem que lembrar como fazer isso de modo a não estrangular em nenhum dos pontos porque também aí não vai atender nenhum anistiado. Se estrangulou, pronto, acabou-se, ele não fez nada. Se livrou da sua consciência, tirou o peso da sua consciência e botou na dos outros. Não resolveu o problema. Então eu acho que é nesse sentido e resolver administrativamente. Se for necessário uma consulta à assessoria jurídica pra alguma questão pra ter um entendimento mais... do ministério que seja um entendimento político porque vai entrar também a questão política numa análise dessa. Que se pleiteie isso junto à assessoria porque é necessário que seja uma coisa que, no meu entendimento, que englobe o trâmite normal, o fluxo normal e que englobe o entendimento do ministro, porque esse negócio vai ficar.... o Governo muda, o Governo não pode colocar aqui porque vai ser tudo nesse Governo do que foi decidido do anterior, isso não tem razão de ser e a gente tá só não decidindo. Eu acho que é administrativo, se precisar, uma consulta de um entendimento jurídico que se faça e, por enquanto, vamos fazendo paulatinamente sem quebrar o fluxo.

Conselheira Sueli Bellato:

Então, o último inscrito para esse assunto é o conselheiro Prudente e a gente encerra, então, esse tema para passar ao tema da apresentação dos projetos educacional.

Início: 03:00:51

Conselheiro Prudente:

Presidente, eu queria só fazer uma proposta de encaminhamento, tá? Que na verdade uma proposta de encaminhamento desdobra em três pontos: Primeiro, a primeira questão, o primeiro ponto seria tirar a orientação em relação ao tema para então a gente continuar julgando, que eu acho que é a primeira questão. A primeira questão nós temos, fruto de toda essa discussão, tirar a orientação. Dois, tirada a orientação que pode ser aqui depois do debate que se faça da questão do memorial, então, aí nós decidimos se vamos continuar ou não julgando os processos, segundo encaminhamento. E o terceiro encaminhamento, que é o encaminhamento que já é fruto, talvez, consensual, é o encaminhamento no sentido de que nós não decidamos aqui qual vai ser a forma administrativa porque isso já..... eu acho que o presidente, Vossa Excelência e também o Sergiojuntamente com o Vidal e a equipe de assessoria vai saber conduzir a melhor maneira. Se vai ser parcelado, se vai ser mensal, se vai qual forma, o procedimento dessa situação. E também, no meu modo de entender particularmente, eu acho que não cabe a nós discutirmos, decidirmos isso,

porque é uma atribuição sob a qual a gente não tem a condição plena de observar e analisar como até foi dito pelo Jorge Vidal, a situação que a gente pode gerar então, eu acho que é uma situação que também cabe como encaminhamento, que é o encaminhamento no sentido de a presidência...os presidentes, acompanhado das respectivas assessorias deem um prosseguimento tendo em vista que o próprio presidente já manifestou isso antes de sair. Então são esses três encaminhamentos que eu faço à V. Excia.

Início: 03:02:40

Conselheira Sueli Bellato:

Eu agradeço e me parece que essa última fala do conselheiro Prudente é um pouco o resultado de toda nossa reflexão do que nós fizemos até aqui e eu até estendo mais, que nenhum processo se paralise. É muito triste nós sabermos que processo que nós julgamos, quer seja, há uma semana, quer seja há um mês, quer seja há dois anos, estão paralisados, dependendo de alguma outra avaliação, quer dizer, qual é o sentido do corpo que nós tratamos todo o tempo se de repente depois que a turma faz o esforço de fazer o julgamento, para em alguma mesa. Então, eu acho que há compreensão, eu estou de pleno acordo, eu acho que também penso que representa o pensamento dos conselheiros, a fala do conselheiro Prudente e que nós poderíamos, se Vs. Excias. estiverem de acordo, concluir com esta fala. Está bem assim?

Início: 03:03:36

Conselheiro Rodrigo:

Só. Eu tenho uma divergência. É com relação a uma... ao que não estaria havendo uma atenção devida aos anistiandos, anistiandas. Eu não concordo com isso. Porque? Foram milhares de processos que foram apreciados, tanto deferidos quanto indeferidos. O que nós temos é um pequeno número residual de processos que ainda não foram apreciados e, eu acho que esse tempo, até agora, não foi relativa a maioria dos processos, e fez com que a gente pudesse chegar numa... na maturidade de uma discussão que a gente chegou hoje, que eu confesso a vocês, que discussão plenária, um ponto em que eu vi que pode ter ocorrido ou tenha divergência, foi um nível de diálogo mais civilizado, mais maduro que nós tivemos, dos que eu presenciei até agora. Acho que foi muito.... esse momento foi aqui, não aqui, agora, hoje, agora a tarde. Tô muito satisfeito com esse encaminhamento, mas eu não concordo que haja desprestígio aos anistiandos ou que os anistiandos não estejam sendo tratados com o devido respeito, com a devida atenção. Tem um tanto de gente aqui trabalhando. Talvez sejamos nós os conselheiros, conselheiras os que menos trabalham ainda nesse contexto. Então dizer que não tão sendo tratados com a devida atenção é desprestigiar o trabalho de toda uma máquina. Então só isso que eu tenho, uma divergência.

Início: 03:05:16

Conselheira Sueli Bellato:

Fica a divergência registrada, mas nesse momento parece que não é o caso de nós nos estendermos nessa discussão. Então, se Vs. Excias. estão de acordo, eu gostaria de passar então a palavra para nossas assessoras que são.... quem é que vai fazer, a Tatiana, perdão Dr. José Carlos.

Início: 03:05:34

Dr. José Carlos:

Não, eu só fiquei com uma dúvida. Pelo que eu depreendo há um entendimento de que nós continuamos com o mesmo entendimento que vinha sendo assumido pela Comissão com relação aos cabos da FAB, ele permanece, ou seja, não há necessidade que se faça uma votação ou algo parecido, acho até que seria incoerente, só pra deixar claro.

Início: 03:05:52

Conselheira Sueli Bellato:

E o que me chamou atenção também dessa discussão, conselheiro, é que o procedimento é o procedimento do regimento da lei 10559 de que se continue dando as prioridades, inclusive aos casos de doença, de maioria, mas que não se paralise, que isso que angustia a falta de uma definição para os anistiados e para nós também. Então, eu pediria a palavra...apresentação de... quem é que vai fazer... a Tatiana também está no grupo, é isso? É? Então é a Tatiana, Flávia e Simone. Então, com a palavra nossas assessoras.

Início: 03:06:29

Flávia:

Obrigada presidente. Primeiro lugar boa tarde a todos e a todas. Então, hoje a gente vai ter um espaço pra fazer a apresentação tanto do Projeto Educativo como do Projeto do Memorial. Eu vou apresentar o Projeto Educativo embora ele tenha sido construído conjuntamente entre eu e a Tatiana Tannús. E posteriormente a Simone vai apresentar o Projeto do Memorial da anistia política no Brasil.

Ambos os projetos eles estão em fase agora de término, de elaboração e eles devem ser implementados a partir do ano de 2008 e serem executados até o ano de 2010. Os conselheiros e as conselheiras devem ter recebido uma miniatura das lâminas do Power Point. A ideia é que vocês possam ir acompanhando e, na medida do possível, querendo fazer as anotações necessárias. Não receberam uma igual a esse aqui? Acho que foi distribuído sim. Isso mesmo. Então, quando nós pensamos o Projeto Educativo, na verdade a palavra “educação”, a palavra “educativo” ela tava, justamente, ela foi justamente pensada sobre três outras palavras. Era importante que esse projeto, ele efetivamente tivesse um viés voltado pra cidadania, pra democracia e pros direitos humanos e, não por acaso, pelo menos provisoriamente, o nome do projeto ficou como anistia política, educação para cidadania, democracia e os direitos humanos. Quando nós pensamos o Projeto Educativo, a primeira coisa que nos vem em mente era justamente como a gente podia ampliar e potencializar a dimensão da Comissão de Anistia que até então ficava voltada meramente para uma dimensão julgadora, embora de extrema importância, imaginávamos que a Comissão de Anistia poderia ir além. Nesse ir além, por que não, então, pensar num projeto voltado para educação dos direitos humanos de modo a fomentar a sua dimensão pedagógica e educativa contribuindo não só para uma formação histórico, humano e política da sociedade em geral, mas,

especialmente do público voltado para a juventude. E, nessa perspectiva também, a partir desse Projeto Educativo, como uma contribuição pro exercício de novas formas de democracia e de cidadania. As próximas lâminas elas vão apresentar então que o Projeto Educativo ele se divide, ele se desdobra em seis ações. Importante que se diga que todas essas ações elas estão relacionadas, elas estão articuladas com o Projeto do Memorial da anistia política. Na nossa apresentação aqui do Projeto Educativo a gente não vai fazer o link nesse momento, exatamente com cada ação. É que cada ação se toca, porque umas se tocam mais, outras menos, junto com o Projeto do Memorial, mas, a Simone, quando for fazer a apresentação, ela vai ter essa tarefa, justamente de, demonstrando onde é que as ações de cada projeto eles vão se complementar.

A primeira ação, então, que nós temos é a Caravana da Anistia. Como o próprio nome diz a ação da caravana ela permite com que a gente percorra todos os estados da Federação Brasileira com o objetivo de realizar seminários, campanhas de arrecadação de documentos e realizar sessões reais de julgamento, na intenção de, justamente, de difundir os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Anistia, em diferentes espaços, embora, a maior parte desses espaços sejam relacionados às instituições de ensino superior. A ideia é que as caravanas, elas atinjam um número de 60, então, até o ano de 2010, a ideia é percorrer... é realizar 60 caravanas, dessas 60, 50 serão realizadas no Brasil percorrendo todos os estados da Federação e 10 serão realizadas fora do Brasil. Esses espaços onde vão ser realizados fora, inicialmente a gente tem algumas, já alguns países mapeados, ente eles, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai que são países que também vivenciaram um período de resistência à ditadura militar. O formato do seminário, quando a gente coloca ali essas três atividades que vão ocorrer dentro das caravanas da anistia, é importante que, de um modo geral eles vão ter o seguinte padrão: vão ser dois dias, sendo o primeiro dia formação pro seminário pela arrecadação de documentos e o segundo dia formado pela sessão real de julgamento que é onde vai ter... vai haver a efetiva participação dos conselheiros. Esse seminário, nós imaginamos que eles vão, dependendo da localidade, dependendo da realidade daquela comunidade, eles vão ter um formato diferenciado. Alguns seminários vão ter uma característica mais cultural, de repente alguma apresentação de peça de teatro, alguma exibição de filme e posterior debate ou apresentação de algum estudo de caso ou ainda uma espécie de palestra mesmo, a partir de um convite e de alguma personalidade ou de pessoas anônimas mesmo da região, mas que tenham tido um importante papel na contribuição histórica e na luta pela democracia no Brasil. Então, ali, rapidamente, nós temos a previsão de execução, o início está previsto pra março de 2008, onde vai haver a primeira caravana. Ainda não definimos o local e o término em dezembro de 2010. Então, o desafio é grande porque são 60 caravanas ao longo de três anos.

A ação seguinte que nós temos, ali a número dois, é o Projeto de Anistia Cultural. Esse projeto ele já se encontra encaminhado. Já há dois meses a gente está trabalhando na prática mesmo com ele, é um projeto que ele se aproxima um pouco da caravana, porque ele tem o objetivo de aprofundar e divulgar os temas desenvolvidos aqui pela Comissão de Anistia mas, não fora daqui, justamente com os servidores do Ministério da Justiça. É um Projeto cultural da Anistia aqui dentro do ministério, pros servidores do ministério, pros trabalhadores daqui e, em especial, pros trabalhadores da Comissão de Anistia. Esse Projeto cultural ele foi pensado sobre dois formatos: um relacionado com o que nós chamamos de “ciclo de debates” e o outro relacionado as “mostras culturais”. O Ciclo de Debates, ele vai haver...ele vai ser feito a partir de uma de um debate mensal; cada mês vai ser convidado uma determinada pessoa ou uma personalidade e nós vamos estipular um determinado tema. É como se tivesse temáticas mensais e pra cada temática uma pessoa convidada. Dentro do projeto que foi entregue escrito, nós já estipulamos ali uma série de temas que nós consideramos importantes e algumas sugestões de pessoas pra falarem sobre esses temas. Já fica, então, a provocação aí pra que os conselheiros também nos ajudem a pensar quem seriam essas pessoas. Dentre os temas a gente tem a Operação Condor, O Papel das mulheres na resistência da ditadura militar, o Papel dos Estudantes, Guerrilha do Araguaia, enfim, temos que

ter passado o nosso trabalho no dia a dia, em que a gente acha que vale a pena aprofundar e também dar uma maior visibilidade junto aí os servidores. E as mostras culturais, a ideia que elas ocorram anualmente, seriam períodos de uma semana durante o ano. A gente escolheria ainda em que momento seria, em que no primeiro ano, por exemplo, seriam mostras de exibição de filmes, uma semana de exibição de filmes relacionados com o tema, no segundo ano, quem sabe uma amostra fotográfica, no terceiro ano, quem sabe alguma mostra de charges, enfim, estamos abertos a sugestões. A previsão de início do Projeto da anistia cultural está prevista pra fevereiro mais especificamente 21 de fevereiro de 2008, já está marcado. Término colocamos não definido porque a gente imagina que, como é um projeto pioneiro, na medida em que a gente for desenvolvendo ele, a gente também vai fazendo uma avaliação. Se ele está sendo bem recebido, se está valendo a pena, enfim, então, por enquanto o término é não definido e esperamos que, pelo menos, ao longo do ano de 2008 a gente consiga cumprir o calendário que a gente está se propondo a fazer. A ação número três é o Premio Nacional de Monografia sobre a Anistia Política que consiste nada mais que um concurso nacional de monografia, à priori, pra estudantes de direito de graduação e recém graduados, aí quando chamamos recém graduados com até um ano de formado, com o intuito de despertar o interesse, sensibilizar a comunidade estudantil a cerca da temática, mas, principalmente fortalecer a produção de pesquisas e estudos nesse campo tendo em vista que nós consideramos que ainda essa produção é bastante precária. Nós já temos recebido algumas sugestões pra que a gente possa...,tenha a intenção de ampliar pra outros cursos. E vamos avaliar, vamos amadurecer a ideia. Vai depender também da viabilidade de recurso pra ver essa possibilidade.

A ideia é que haja um prêmio nacional por ano, então até 2010 seriam três edições. Os primeiros colocados receberiam uma premiação simbólica, mas, em espécie e os demais colocados receberiam o prêmio a partir de uma obra artística e, inclusive, o próprio orientador do trabalho também seria contemplado com essa obra.

Previsão de execução que a gente inicie em agosto de 2008, término também em 2010.

Antes de passar, só pra publicação de materiais de divulgação queria falar rapidamente, faltou uma lâmina que é um segundo premio que nós tínhamos pensado e por falha minha ficou faltando essa lâmina, que é um premio que nós estamos chamando Premio de Documentário sobre a anistia política, enfim, fomentar a produção de documentário, realizar lançamento de um edital pra que seja contemplado alguns projetos e que desses projetos saia um documentário sobre anistia política. Seria interessante se a gente conseguisse premiar esses documentários o quanto antes em tempo da gente inclusive passar esses documentários ao longo das caravanas. Não sabemos se isso será possível porque também é um projeto complexo, mas, pelo menos no último ano a ideia é..., no último ano de caravana a ideia é que esses documentários sim estejam sendo exibidos.

A quarta ação diz respeito ao que nós chamamos de publicações. Aí entram as publicações tanto de material de divulgação da Comissão de Anistia como publicações específicas de materiais educativo. Em relação a publicação de material de divulgação a gente tem uma preocupação de que o nosso trabalho ele seja também visibilizado, seja divulgado, tanto os seus objetivos e projetos através de pelo menos folders, cartilhas e cartazes. Então os folders teriam o caráter mais informativo, mais direcionado, as cartilhas teriam um caráter não só educativo mas também exemplificativo e os cartazes, enfim, fazer alguns cartazes aí pra que gente pudesse também tá divulgando a existência da Comissão de Anistia, o que é que ela faz, o que é que ela se propõe, também essas matérias são extremamente importantes para que a gente possa levar eles para as caravanas. Então vejam que não é uma ação, depois a outra, depois a outra. Elas, mais ou menos, vão ocorrer concomitantemente dada a importância de todas elas e dado o fato que umas complementam as outras. Eu vou correr um pouquinho porque o meu tempo tá esgotando.

Além da publicação de material de divulgação da Comissão de Anistia, a gente também tem pensado na publicação de materiais educativos, como a gente tá chamando, tanto pra jovens como pra crianças. Pra jovens a gente tinha pensado numa publicação em formato de caderno temático ou de cartilha mesmo, com temas que a gente pudesse trabalhar a questão da história brasileira, principalmente no período de repressão militar, a importância da participação popular, principalmente da juventude e a construção de novas formas de democracias, a luta pela liberdade de direitos fundamentais e aí, alguns objetivos ali contribuir para uma formação cidadã e participativa dos jovens, reforçando os valores humanos e sociais, despertar e estimular a sensibilidade desse grupo aí. Ao mesmo tempo a gente tinha uma preocupação e nos perguntamos se seria só uma discussão com a juventude mesmo ou se esse tema que a gente tem trabalhado tanto aqui, ele também não pode ser desenvolvido de uma forma mais lúdica, mais pedagógica, mais ilustrativa, também com um público que não seja jovem adulto, também que seja com o público infantil. E aí, inspirados numa experiência recente lá em Portugal, através do Centro de Documentação 25 de abril, em parceria com o Ministério da Justiça a gente percebeu que sim, que seria perfeitamente viável pensar o material voltado para as escolas e que pegasse um público infantil. Lá em Portugal eles tiveram essa experiência, chamado “25 de abril” para os mais novos e “25 de abril de 1974” é a data da revolução dos cravos. Foi um marco no país que, justamente, determinou,....informou....foi determinante pro fim da ditadura, lá, principalmente a ditadura de Salazar, e o que eles fizeram foi basicamente o seguinte: eles fizeram um trabalho de formação com os professores sobre o tema, os professores juntamente com o “Centro de Documentação 25 de abril” sentaram pra conversar com as crian...., os professores já vinham trabalhando com as crianças a temática, o Centro de Documentação 25 de abril foi depois conversar as crianças e todas as perguntas que elas fizeram, quer dizer, as perguntas partiram das crianças, foram transformadas depois, num DVD. Então 32 anos, 32 perguntas sobre o 25 de abril porque, na época, fazia 32 anos da revolução dos cravos e 32 perguntas foi o número de perguntas que as crianças fizeram. O DVD é bastante ilustrativo, didático e ele é interativo também. Então, só mais ou menos pra vê também que a gente tem buscado outras experiências pra justamente fundamentar o projeto.

A penúltima ação é o seminário internacional 30 anos de anistia do Brasil que se comemora em 2009. A ideia é que, então, em agosto de 2009 a gente realize um grande seminário com a participação de intelectuais brasileiro e latinos americanos, mas, também de movimentos junto à ONGs ligados ao tema com o objetivo de resgatar a história da repressão militar, a resistência dos movimentos sociais e estudantis e, porque não, proporcionar uma reflexão, um debate sobre a significação da anistia no Brasil. Também há uma oportunidade de que a gente pensa divulgar amplamente o nosso trabalho enfocando principalmente a ação dos direitos humanos e comparando as experiências entre o Brasil e os outros países.

Por fim, a última ação, é quase que um fechamento mesmo de todas elas. É o Portal da Anistia, um grande portal que se torna um centro de referência virtual com o objetivo de disponibilizar efetivamente o conteúdo de diferentes documentos que a gente tem tido aqui, que a gente tem trabalhado, justamente para poder depois disponibilizar pras futuras pesquisas e estudos que possam ser feitos. A gente até dá um premio nacional de monografia e depois não proporcionam onde essas pessoas possam buscar esses materiais. Também com o objetivo de visibilizar e compartilhar o próprio acervo histórico nosso da Comissão de Anistia, é uma ação, essa sim, como vocês podem ver, com total interação do Projeto do Memorial da anistia política que a Simone vai falar, ela vai tocar também na questão do portal e a ideia é que a gente comece a trabalhar no conteúdo desse portal já imediatamente a partir do ano de 2008.

Então, gente, basicamente o Projeto Educativo consiste nesses objetivos, com essas seis ações. A gente teve que fazer uma passada aqui muito superficial, muito breve, mas vejam que, embora sejam apenas seis, cada uma delas tem um grau de complexidade muito grande. A gente está trabalhando agora, já que elas foram pensados no seu enfoque geral, agora a gente está

trabalhando dentro do detalhamento de cada uma delas. Talvez algum de vocês tenha sentido isso dentro do projeto: não, mas, como assim, como vão fazer isso? Isto está sendo pensado? A gente está trabalhando arduamente todas as semanas em cima desse planejamento e, como já referiu Dr. Paulo, contamos com a sugestão de vocês, na medida do possível e depois quando colocarmos em prática logicamente todas as ações contamos com a participação de todos os conselheiros e conselheiras também. Obrigada, eu passo a palavra então pra Simone.

Início: 03:24:08

Conselheiro Narciso:

Presidente, presidente, é só pra eu ter um... não sei qual vai ser a dinâmica mas é que eu fiquei com dúvida né, seriam perguntas, não sei se... e aí seria pra o que a Flávia apresentou, não seria do que eu não entendi. Eu não sei se ...

Início: 03:24:22

Conselheira Sueli Bellato:

Eu não sei se a Simone vai esclarecer. Eu não sei, eu consulto porque como ainda tem a Janaína, será que não é melhor ouvirmos as três e, de repente,

Início: 03:24:32

Conselheiro Narciso:

Aí de repente terminou e ninguém me esclarece dúvida nenhuma e aí a gente vai embora e acabou

Início: 03:24:36

Conselheira Sueli Bellato:

De jeito nenhum, no final esclarecer pra de repente não antecipar alguma coisa que está prevista na fala de uma delas porque a própria Flávia disse que tem links que serão esclarecidos agora na fala da Simone, mas, ta bem

Início: 03:24:51

Conselheiro Narciso:

Eu tenho quase certeza que não estarão, mas tudo bem

Início: 03:24:55

Conselheira Sueli Bellato:

Então conselheiro Narciso, quem sabe com essa certeza é melhor formular porque depois vai correr risco não é.

Início: 03:25:01

Flávia:

Só um momentinho, eu esqueci de passar a palavra pra Tatiana ela também queria fazer uma breve observação sobre o projeto.

Início: 03:25:08

Conselheira Sueli Bellato:

Mas eu vou passar a palavra ao conselheiro Narciso, se vocês me permitem pra que veja, e ele, na fala dele vocês observarão se estará contemplada ainda na exposição que as outras duas farão. Então, por favor, conselheiro Narciso.

Início: 03:25:21

Conselheiro Narciso:

Quem for, pode responder. Se na caravana não teria, antes mesmo de, porque eu ouvi essa conversa, não sei se... um vídeo institucional, independentemente dos... como se fosse o folder em vídeo, e por... é... a monografia... isso é um...ficou decidido: a monografia será de estudante de direito. Discutimos a respeito de interdisciplinaridade, não sei o que,...isso não foi avaliado a possibilidade de a monografia ser por mais de uma pessoa, ser um trabalho por mais de uma pessoa e se não foi dispensado o contato com o Ministério da Educação com relação aos livros didáticos, com relação a esse acervo.

Conselheira Sueli Bellato:

Tá, Conselheiro José Carlos

Início: 03:26:11

Conselheiro José Carlos:

Eu também tenho alguns comentários bem rápidos, tão rápidos quanto os do Conselheiro Narciso, com relação ao prêmio de monografia, eu pergunto: eu vi que o objetivo era apoiar a pesquisa, também estimular a pesquisa. Eu pergunto porque então não pensar no nível de pós graduação, de oferecer um prêmio pra um..., pra só limitar pra aluno de graduação que esteja terminando o curso ou que esteja no primeiro ano, porque não tem um prêmio também pra trabalhos com um nível de pesquisa mais aprofundado que é o que costuma acontecer no âmbito de pós graduação, se esse é o objetivo e com relação.....

Início: 03:26:54

Conselheira Beatriz:

A minha dúvida é o seguinte: Eu não sei se são só esclarecimentos porque essa já é uma questão de debate, porque eu acho que já existe ...

Início: 03:27:04

Conselheiro José Carlos:

Da mesma forma que o conselheiro Narciso comentou que viu falhas na interdisciplinaridade, quer dizer, que seria interessante haver... que a proposta foi naquele sentido.

Início: 03:27:14

Conselheira Sueli Bellato:

E aí ficou combinado que as três verão se é... se trata da Flávia voltar a responder ou poderá ser contemplado na fala das outras duas que ainda vão falar.

Conselheira Beatriz:

Não ele fez uma pergunta com.... é, assim... vídeo institucional...

Conselheira Sueli Bellato:

E tá em suspenso....

Conselheiro Narciso:

É, se vai ter, se não vai ter, se é possível, só isso....

Conselheira Beatriz:

Só isso. É uma pergunta, mas aí eu entendi que a do conselheiro José Carlos já envolve uma proposta, já... ideias, etc...que já é uma segunda etapa

Conselheira Sueli Bellato:

Então formule a pergunta por favor conselheiro.... é se.... eu to entendendo se em grau de pós graduação

Início: 03:27:48

Conselheiro José Carlos:

É, sugerindo que se pense nisso. Com relação às caravanas, pelo o que eu entendi, serão 20 por ano. E se isso, enfim, é operacionalmente foi pensado, se vai ser possível, se vocês avaliaram as dificuldades disso, talvez não fosse melhor pensar uma quantidade menor, e, finalmente, se aquela sugestão para o ciclo de debates mensais de temas e pessoas vocês precisam disso pro projeto ou se pode ser feito oportunamente num outro momento.

Conselheira Sueli Bellato:

Então, ainda em suspenso tem o conselheiro Marcio

Início: 03:28:24

Conselheiro Marcio:

A minha é muito simples. É só se não é inconveniente nós usarmos aqui no último slide: “propiciar a criação de um sistema nacional de informação sobre anistia”, um SNI sobre anistia (risos). Eu acho que soaria, no mínimo, como uma brincadeira de mau gosto, sabe. Eu acho que esse nome aí convém mudar.

Conselheira Sueli Bellato:

Então eu volto a palavra às assessoras que saberão quem é que vai responder essas três questões que foram levantadas.

Início: 03:29:00

Flávia:

Na verdade, elas são bem pontuais mesmo do Projeto Educativo, embora uma delas também a Simone queira se pronunciar. Talvez eu esqueça de uma aí e vocês me relembram, tá? Em relação ao vídeo institucional, o conselheiro tem razão. A ideia era que ao longo das caravanas, desde a primeira caravana fosse exibido um vídeo institucional. Como a primeira caravana está previsto pra março, nós achamos que o vídeo institucional não vai estar pronto. Então a gente está trabalhando, pelo menos, na perspectiva daqueles materiais dos impressos, (cartazes, folders e cartilhas) e, mesmo assim, a gente está com um pouco de receio de que a gente não vá conseguir ter todos esses materiais. Aproveito só pra registrar que um dos materiais que vai compor as caravanas, um desses materiais de divulgação, é esse recente material que está saindo em parceria com da Comissão de Anistia com a Secretaria Nacional da Juventude. Não sei se todos ficaram sabendo, um dos cadernos temáticos da secretaria é justamente sobre liberdades democráticas e o conteúdo foi elaborado justamente pela Comissão de Anistia. Então, esse seria um dos materiais. Mas o conselheiro está correto e a gente, na verdade, pretende sim incluir o vídeo institucional. Foi até bom ter lembrado porque eu não sei se consta no projeto descritivo. E deve constar sim.

Relacionado ao Premio Nacional de Monografia, como eu falei ali na passagem dos slides, a priori, a ideia é que seja concedido a estudantes de Direito. Várias sugestões têm aparecido no sentido de que ele deva ser ampliado pra outros cursos como História e Ciências Sociais pelo menos, dada a própria transplinariedade do tema. Isso vai ser avaliado até porque a gente vai ter que repensar como é que isso vai ser feito, se a gente vai ter que abrir categorias ou se vai ser um ano pra..., a cada edição a gente lança com enfoque pra uma determinada área, porque, eu só queria relembrar a vocês, assim, que nós temos um recurso limitado pra todas as ações e cada premio desses envolve, inclusive, uma comissão julgadora que também é remunerada. Então a gente tem que ver como é que a gente poderia viabilizar essa proposta dentro do nosso orçamento. A alternativa já está sendo pensada, embora não tenha sido incorporada porque o prazo para envio das sugestões ainda não terminou, então a gente não quis agregar algumas sugestões e deixar as outras de fora.

Conselheira Sueli Bellato:

Eu queria garantir a palavra as assessoras porque conselheira Beatriz também tá pedindo a palavra.

Início: 03:31:35

Conselheiro Narciso:

Mas eu não me senti esclarecido, aí tudo bem, se for garantido, então fica registrado que não foi exatamente isso que eu perguntei.

Conselheira Sueli Bellato:

Então conselheiro Narciso...

Início: 03:31:45

Conselheiro Narciso:

Eu perguntei se não havia a perspectiva de o trabalho ser feito por mais de uma mão, não uma monografia em que já a interdisciplinaridade se desse entre eles nessa perspectiva de que quando fosse avaliado nós tivéssemos não um trabalho de bacharel, não um trabalho de bacharel mas que ele já fizesse o estudo histórico com alguém da história, não sei o que, e assinasse todos eles.

Início: 03:32:11

Flávia:

Sim, um trabalho apresentado em grupo nesse caso. É uma sugestão conselheiro. Sugiro que coloque no papel, nos envie, que a gente tem a possibilidade sim de agregar. A gente apresentou uma proposta. Essa proposta ela pode sofrer alterações sim.

Início: 03:32:20

Conselheira Sueli Bellato:

Esse foi o pedido apresentado a todos os conselheiro.

O pedido eu relembro, eu retomo a palavra da Flávia, foi isso, nós recebemos com antecedência para contribuímos e parece que só alguns de nós pode contribuir mas ainda tá em aberto como ela mesma tá colocando.

Início: 03:32:44

Flávia:

É. E no mesmo sentido sobre o premio, engraçado que é a ação mais polêmica, essa né? Mas no mesmo sentido sobre o premio, em relação ao conselheiro José Carlos, é uma proposta. Nós não pensamos efetivamente pra pós graduação. Nós pensamos alunos de graduação e recém graduados, mas, aceitamos também a sugestão.

Início: 03:33:07

Conselheira Beatriz:

É, já que eu entendi que esse era um tema específico,...

Conselheiro Narciso:

Ficou faltando sobre o Ministério da Educação.

Início: 03:33:13

Flávia:

Pois é. É que eu não terminei de esclarecer ainda. É que tem dois esclarecimentos ainda a ser feitos. Então em relação

Conselheira:

A dinâmica está difícil de coordenar, tá difícil.

Início: 03:33:23

Flavia

Então, eu tava terminando de esclarecer em relação ao prêmio.

Agora sobre o Ministério da Educação, o que seriam as chamadas Parcerias.

Na passagem das lâminas, vai acontecer o mesmo com a Simone, a gente não teve oportunidade de poder descrever, de poder detalhar quem são as parcerias de cada ação, porque, evidentemente que nenhuma dessas ações, exceto, talvez a do material de divulgação, e mesmo assim, nem essa, ela vai poder ser feita de forma isolada pela Comissão de Anistia. Ela requer parcerias e grandes parcerias. Nas caravanas então a infinidade de parcerias que a gente vai ter que estabelecer são inúmeras. No projeto, se vocês perceberem, sempre tem um tópicozinho chamado parcerias, que foram as parcerias que nós, na medida em que nós fomos escrevendo o projeto, nós fomos pensando. Evidentemente, dada a experiência de cada conselheiro, de cada conselheira, dada as experiências também de muitos analistas na área de Direito Humanos, a gente pode ter deixado alguma de fora, então, também vem nesse sentido. As publicações de material educativo, evidentemente, não podem ser feitas sem o MEC, assim como o Prêmio Nacional de Monografia, sem o MEC, sem o CNPQ, enfim, mas agradeço assim a possibilidade de estar justamente até esclarecendo a questão das parcerias e dizer que o Ministério da Educação, a Secretaria Especial

de Direitos Humanos, o Ministério da Cultura vão ser ministérios parceiros em muitas das nossas ações. Sobre o Ciclo de Debates.... ah, desculpa, a Simone também quer fazer um esclarecimento sobre as parcerias aí eu termino concluindo com o Ciclo de Debates.

Início: 03:35:01

Simone:

Não, rapidamente só pra focar que uma das coisas que a gente pensou e tá tentando articular junto com o Ministério da Educação é que as publicações que se derivem do Projeto Memorial e do Projeto Educativo é que venham a integrar ao domínio público do MEC. Que são publicações que fiquem a disposição da população gratuitamente e de todos tenham acesso. Obrigado

Conselheira Sueli Bellato:

Vou passar a palavra, então, pra ver qual é a dúvida da Conselheira Beatriz e vocês agregam, por favor, na contribuição de vocês.

Início: 03:35:38

Conselheira Beatriz:

Não, eu não tenho dúvidas. Vou deixar pra falar depois porque eu entendo que após a apresentação acho que existem as considerações gerais dos projetos e as questões específicas. Analisar a questão da Monografia isolada das questões das Considerações Gerais, eu acho que é um risco grande e uma particularidade que eu acho que esses projetos, eles exatamente tentam não se vincular.

Conselheira Sueli Bellato:

Agradeço até a fala da Conselheira Beatriz porque, é isso, ninguém prepara uma intervenção sabe o começo, meio e fim aonde vai. As três têm essa clareza. Então eu peço um pouquinho de paciência, que a gente..., anotem aí as indagações para ao final levantarmos então a questão e não interromper o pensamento das três.

Início: 03:36:29

Conselheiro Narciso:

Se for necessário não tem problema, pode caçar a palavra no futuro, mas eu achei que seria uma alternativa. Perguntei se poderia perguntar. Foi dada a oportunidade. O que eu não aceito é depois de eu perguntar ficar fazendo avaliação que eu deveria perguntar ou não.

Início: 03:36:47

Conselheira Sueli Bellato:

Eu peço as assessoras então que, se puderem terminar essa parte, eu tenho duas questões que podem estar pressionando e talvez parecendo grosseira, não queria ser grosseira com nenhum de Vs. Excias. Existe, as 19 horas, eu tava tentando me poupar de não interromper inclusive, mas alguns dos conselheiros conheceram a Biser, eu suponho que a Beatriz, Marcio Gontijo, que faleceu essa semana. E tem, foi uma grande companheira, anistianda, e a missa será na CNBB, as 19 horas. Eu realmente tinha uma expectativa de poder ir. Se não puder não tem problema eu vou ter outros espaços pra rezar e, certamente, outros conselheiros também. Mas tem essa questão e tem uma questão muito importante que é a questão que a Janaína também ainda deve colocar e como eu sei que os relógios de vocês também pressionam, eu peço desculpa e, em particular, se o conselheiro Narciso se sentiu agredido. Com a palavra as assessoras, por favor.

Início: 03:37:55

Conselheira Beatriz:

Eu quero só avisar que eu vou sair antes porque eu vou à missa. Eu vim sábado pra cremação e até esperava ter um espaço pra falar sobre a nossa Biser, mas eu.... então eu vou sair de qualquer maneira.

Início: 03:38:20

Flávia:

Então, só pra concluir a pergunta do conselheiro José Carlos sobre o Ciclo de Debates, se as sugestões de nomes pra compor as temáticas mensais aí, se elas devem ser agregadas agora ou mais pra frente. Se puderem ser agregadas agora, pra nós é melhor. Porque? Porque até fazer contato com essas pessoas e essas pessoas também confirmarem, demanda uma série de medidas. É o nosso caso, por exemplo em fevereiro, a gente já tem uma pessoa em vista e a gente já está fazendo contato com ela já há dois meses. Então se puder indicar pra nós de imediato, melhor, mas na medida também que forem surgindo outros nomes, nada impede que eles sejam agregados também dentro do projeto.

Início: 03:39:03

Tatiane:

Bom, a minha fala, na verdade, não é uma apresentação, é só um esclarecimento aos conselheiros e conselheiras que, ambos projetos já estão previstos no Plano Plurianual da Comissão de Anistia, 2008, 2011. Então, temos recursos previstos no PPA pra ambos projetos. Era só isso.

Início: 03:39:32

Simone:

Então eu vou passar rapidamente a apresentação do Memorial e vou tentar ser bem mais rápida pra gente cumprir todas as nossas obrigações.

Então o objetivo geral do Memorial é criar um espaço de memória onde a gente possa através de algumas ações, de ações científicas e cultural garanta essa reflexão sobre o que foi a anistia, o que é anistia, o que é a Comissão de Anistia, os trabalhos, e também uma reflexão sobre aquele período e, principalmente para a juventude, dá acesso as informações que nós temos aqui no nosso acervo e também disponibilizar e tentar agregar informações em outros acervos. A gente sabe que tem acervos sobre anistia no Senado e espalhados pelo Brasil todo. Então é tentar congrega em um espaço, que a gente chama espaço de memória ou casa de memória. A gente não quis definir isso como um museu, ou....., estamos colocando como uma ação centro de referência, mas um Centro de Referência, um Centro de Documentação. Mas a gente não quis definir isso como um museu porque são acervos específicos. Então a gente tá botando “Espaço de Memória”.

Bom, aqui são os dois eixos em que está alicerçado a ideia....., então, os dois eixos são onde a estrutura do Memorial está alicerçada. Seria um Centro de Documentação. Esse Centro de Documentação ia trabalhar....., a ideia é trabalhar os processos que estão aqui na Comissão de Anistia, dentro de uma ideia de gestão de documentação, trabalhar com toda essa área de arquivos e depois, com a questão dos depoimentos, vão ser....., constituir um acervo de depoimentos e aí os depoimentos que nós já temos nos processos, os depoimentos que estão sendo gravados há bastante tempo, das sessões e entrevistas também que seria um trabalho que a gente vai desenvolver melhor depois em parceria com as caravanas. Depois um acervo das sessões, que é esse acervo de som que já é feito desde o início da Comissão e as sessões transcritas e um acervo de imagem também, porque dentro dos nossos processos eu.....Ah, desculpem, eu não me apresentei. Eu to coordenando o Setor de Arquivo e Memória e, dentro dos nossos processos nós temos fotografias, temos filmes, temos CD's com várias entrevistas também. Então, também é tratar esse acervo de imagens. Depois o outro eixo seria um eixo de divulgação de todo esse material que a gente já tem e o material que vai ser, certamente, produzido em parceria com o Projeto Educativo e também em outras ações que a gente vai desenvolver mais adiante.

Bom, as principais ações:

Eu inverti um pouquinho da forma como está colocado que os conselheiro devem ter recebido nos seus e-mails. Eu tentei deixar pra mais pra trás a parte de parceria mesmo de ações conjuntas com o outro projeto. Então botei aqui como o 1 a construção na sede do Memorial. A ideia é criar um espaço físico em Brasília, nós já estamos com tratativas junto a SPU pra ver terreno e fizemos todo um movimento já no Congresso Nacional com a questão de Emendas pra construção física desse espaço, né? Esse espaço ele tem.... projeta espaço de...a instalação de interação, espaço pra conferência e exibição de amostras, o próprio centro....., os arquivos onde vão estar os acervos, biblioteca, sala de estudos, sessão administrativa e tratamento documental. Bom, a ideia é de que esse projeto descritivo, do físico mesmo, arquitetônico, se inicie em março de 2008 e aí o término até o final da gestão.

Dois, o Centro de Documentação propriamente dito, né, garantir o acesso à informação reafirmando o papel no resgate, valorização desse patrimônio e fomentar a pesquisa histórica e científica. A ideia é trabalhar com acervos textuais, audiovisuais, orais e topográficos. Também com ação com início em março de 2008 término no final da gestão.

Centro de Divulgação e aí são várias ações e começando pela revista a ideia é que se edite uma revista de circulação trimestral, sendo duas edições anuais regulares e duas edições temáticas, tudo com a ideia de difundir o trabalho da Comissão de Anistia e desenvolver um debate de aspecto jurídicos de tratamento processual e outras questões. O início, o lançamento seria pra março de 2008 também, a primeira edição. Cadernos Temáticos – a circulação seria conforme a demanda e, assim, reunir, sistematizar e divulgar trabalhos de interesse específico dos grupos de anistiandos da Comissão de Anistia e que foram objetos de ações especiais visando valorização da história e fomento a pesquisa. Bom, esses Cadernos Temáticos seria mais pegar questões pontuais: Araguaia ou os temas que tem surgido aqui na Comissão de Anistia que geralmente agora estão trabalhando pontualmente e fazer Cadernos Temáticos disso.

Edital parcerias de pesquisa temática – subsidiários, pesquisadores na área de humanidade e o estudo da temática da anistia, especialmente no que toca seus fundamentos e operacionalização. E aí trabalhar esses editais como questões da América Latina e difundir isso por outros países onde tiveram as mesmas questões que nós aqui, de repressão e tal. Essa ação, o perfil da Comissão de Anistia, a ideia é valorizar todo o trabalho das pessoas que já passaram pela Comissão de Anistia, os presidentes, os demais conselheiros e aqueles que hoje estão desenvolvendo esse trabalho e mapear isso e deixar a disposição também, seria num site, seria no próprio portal da Comissão de Anistia pra tentar expor pras pessoas a mentalidade: o que é que as pessoas que tratam, no dia a dia, com os processos pensam a anistia, como é que elas veem essa questão da reparação e tudo mais. Criar um Museu Itinerante, essa talvez seja uma ação mais difícil que nós vamos ter e a mais desafiadora, assim, porque a ideia é levar junto com as caravanas, e não só com caravanas, a anistia pros 4 cantos desse país. Isso foi um pedido até bem especial do presidente e a gente incorporou nesse projeto que não está no projeto que foi encaminhado pelos conselheiros e a ideia é pegar um ônibus ou um caminhão mesmo daqueles que a gente possa passar multimídia, e levar filmes, levar até artistas que passaram pela repressão. Levar a anistia de forma mais cultural, mais lúdica pros 4 cantos do país. Início no primeiro semestre de 2008. Nós estamos tentando ver como fazer isso.

Centro de Divulgação – Aí, é o seguinte, começa as parcerias mais pontuais com o Projeto Educativo. Sistematização das informações de âmbito nacional e Mememoral. Bom, a ideia... esse é um projeto bem querida minha assim. A ideia é aproveitar os espaços que vai ser oferecido nas Caravanas e colher depoimento das pessoas nos locais. Com isso formar nosso acervo de história oral. Então enquanto tiver tendo seminário ou tiver a sessão de julgamento real, uma outra equipe vai estar na mesma cidade colhendo depoimentos da população local sobre questões do dia a dia mesmo, aquela coisa da história social que a gente vai pegar em depoimento e forma o nosso acervo de história oral com isso. Campanha de doação de documentos – a ideia é aproveitar as Caravanas e recolher documentos. Tem muita gente que tem acervo particular e não sabe o que fazer com esse acervo na verdade e é um acervo muito rico que a gente, a ideia é disponibilizar isso para um maior número de pessoas.

Ciclo de Debates Nacionais e Internacionais – também em parceria com o Projeto Educativo e a ideia é aproveitar os debates que.... fazer os seminários juntos nacional e também fazer seminários internacionais com aqueles países, em parcerias com países que também passaram pela repressão

Publicações Ad Hoc – Promover ampla divulgação Pública do resultado das ações da anistia – também fazer publicações onde a gente possa divulgar o trabalho em números e em conteúdo de todo trabalho da Comissão de Anistia. O Portal da Anistia a Flavinha já passou, então todo esse acervo que a gente vai reunir, trabalhar, organizar, se pretende digitalizar isso e colocar a disposição, quer dizer, isso é todo acervo da anistia, dos processos. Nós temos hoje 60 mil processos, 30 já julgados e 30 por julgar, a ideia é trabalhar isso de forma de arquivos mesmo, da área de arquivos e digitalizar isso e disponibilizar num Portal pra toda a coletividade. Aí o cronograma de execução, tem algumas ações que já estão se desenvolvendo, que foram desenvolvidas agora em 2007 e a organização do Projeto Geral do Memorial que foi a confecção dessa proposta. Início das ações de organização do Centro de Documentação. Então a gente já está trabalhando lá no arquivo, no setor de arquivo desses documentos, é o que nós já temos lá. E a captação de recursos que é aquilo que falei que nós fomos pro Congresso Nacional. Em 2008 a gente tem uma previsão de organização parcial do centro de documentação. Pelo 20 mil processos são aqueles que já estão finalizados, que a gente pode já encaminhar pra digitalização e propiciar o acesso à coletividade. A obtenção do espaço físico junto à União, nós já começamos essa tentativa junto à SPU. A realização do projeto executivo, o Projeto arquitetônico e o início das ações relacionadas de 1 à 2 que vai começar tudo em março e, se Deus quiser, nós vamos conseguir manter o cronograma.

Tem, em 2009 organizações e disponibilização parcial dos arquivos que seria uma segunda etapa de mais de 20 mil processos digitalizados, um canteiro de obras mesmo. A construção do nosso Memorial e em 2010 disponibilizar todo acervo dos processos. O canteiro de obras continua e inauguração. Aí está o contato meu e do Marcelo pra qualquer

Conselheira Ana Maria:

Era apenas pra dizer que dada as dificuldades nós poderíamos estar propondo uma sugestão, uma parceria com os estados para viabilizar alguns desses projetos.

Conselheira Sueli bellato

Quando a Flávia falou das parcerias acho que tava introjetada essa ideia.

Início: 03:52:49

Tatiana:

Só um informe que a Comissão de Anistia já está tendo um cuidado com relação ao Memorial, que as sessões temáticas, por exemplo, elas são confirmadas com 7 dias de antecedência e já nessa confirmação que é feita por e-mail ou por telefone com os requerentes eles estão recebendo termos de doação que tem trazido já todo material que eles trazem pra temática, aqueles vídeos que a gente assiste, eles já estão fazendo esta doação ao Memorial da Anistia. Então isso já está sendo feito.

Início: 03:53:28

Conselheira Sueli Bellato:

Eu quero agradecer muito a participação, a contribuição das nossas três assessoras. A gente já está embarcando nessa caravana. Eu acho que quem... todos nós recebemos em nossos e-mails, vamos ter oportunidade agora de rever, certamente com outro sabor depois dessa exposição. Mas está aberta a palavra aos assessores que desejam fazer uso. Ah, perdão, aos conselheiros. Primeiro conselheiro José Carlos depois conselheira Beatriz. Só um instante, por favor.

Início: 03:54:10

Conselheiro José Carlos:

É só pra... É que na hora eu fiz algumas perguntas e acabei me passando e... queria dar meus efusivos parabéns à equipe que preparou os dois projetos. Acho que eles estão muito bons, qualquer outra contribuição que a gente possa fazer a título de complementação e, então, queria, pra gravar tudo, parabenizar.

Conselheira Sueli Bellato:

São nossas as palavras do conselheiro José Carlos.

Início: 03:54:38

Conselheira Beatriz:

Eu estou um pouco ansiosa por causa que eu tenho que sair. Eu fiz por escrito, enviei, mas parece que não chegou nem ao site da Comissão nem à Simone que só hoje estou conhecendo pessoalmente, mas já conheço muito da sua trajetória, do seu trabalho. Eu coloquei assim, eu fiquei muito contente com os dois projetos, é um velho sonho, eu acho que as coisas vão se colocando e vão se posicionando. Mas, eu, algumas considerações eu, não vai dar tempo, eu vou enviar amanhã pra vocês, ponto por ponto. Agora tem algumas considerações preliminares que eu gostaria de colocar em discussão, inclusive, pra me ajudar a entender. Eu percebi, durante a leitura dos dois textos, uma certa... eu não consegui dizer, pus até entre aspas, uma certa confusão entre um Memorial da Anistia e o Memorial da Comissão da Anistia. Porque? Porque o Memorial da Anistia ela pressupõe integrar as diversas Comissões que tratam dessa questão. Então todas as Comissões estaduais que indenizaram os ex presos políticos, as pessoas que foram torturadas. A própria Comissão de Mortos e Desaparecidos. E, o Memorial da Anistia já existem vários memoriais, quer dizer, como a gente vai fazer essa integração. Se for um Memorial da Anistia como a gente vai fazer essa integração e qual vai ser o trânsito entre elas? Quer dizer, existe um Memorial do Paraguai sendo construído, existe um Memorial dos ex presos políticos em São Paulo, existe um Memorial do Rio Grande do Sul, existe um Memorial dos Bancários, existe um Memorial que hoje até está sendo, hoje, amanhã... amanhã vai ser instalado, que é o Memorial da Oposição Sindical, que eles também estão querendo fazer, inclusive um espaço físico, em São Paulo também tem, é um espaço físico com uma série de coisas, junto à Secretaria de Cultura do Estado, quer dizer, existem várias iniciativas que se cruzam e que, no texto, a questão fica solta. Em sendo o Memorial da Anistia, a luta e a resistência democrática não ocorre somente no período

da ditadura, embora, a ênfase esteja sendo feita no período da ditadura e aí eu pus aí vide páginas 12 e 25, anoto as páginas que constam isso, existe uma questão que é um projeto que está em andamento da União, do Governo Federal, que é coordenado pela Ministra Dilma Rousseff, que se chama Centro das Memórias Reveladas e, esse centro foi sendo construído com a articulação.... tem muito a ver com uma parte desse trabalho, com a Universidade, com as entidades da sociedade civil, com o Arquivo Nacional, os Arquivos Estaduais, os Arquivos das Universidades, enfim, existe todo um trabalho que provavelmente era pra ter saído em outubro, mas, parece que não.... garantiram que não passa desse ano, quer dizer, novembro ou dezembro já está saindo, é um projeto completo, já tem verbas institucional e envolve também as Organizações do Cone Sul, envolve o Ministério Público, envolve, enfim, como....se for um Memorial da Anistia, isso tudo teria que tá englobado, não sei se vocês pensaram nisso. Então essa é uma questão. Se for o Memorial da Comissão de Anistia, assim como a Comissão de Mortos e Desaparecidos lançou o seu livro com a memória, etc., esse projeto, no caso seria muito mais amplo porque nós temos mais de 60 mil já perseguidos políticos já identificados formalmente através de processo, e, a gente, nos textos, eu vou falar mais dos textos em geral, nos dois textos, a centralização é na ditadura militar, mas é muito importante o entendimento de porque, já ouvi muitas vezes perguntarem “porque a anistia pega em 46, desde 46?”, quer dizer, em 46, em 45 teve uma anistia, 46, 47 e 48 nós estávamos num regime democrático e, no entanto, o Partido Comunista Brasileiro foi caçado em 1948 e foram pra clandestinidade todas as suas direções e todos os parlamentares caçados, etc. Então, essa é uma questão. Eu não vi no texto, nenhum momento, a..., eu vi no texto o tempo inteiro assim: movimentos sociais e movimento estudantil, mas, eu não vi no texto qual o papel dos partidos e das organizações clandestinas na luta contra a ditadura e pelas liberdades democráticas de 46, 48 pra cá. Porque na verdade se a gente analisar o período... eu acho que o Élio Gáspari foi muito feliz em separar as diversas coisas da ditadura envergonhada, revelada, etc., porque teve um determinado momento que todas as forças sociais elas se unificaram dentro dos partidos e organizações clandestinas, então, não há como se falar na resistência democrática sem se falar nesses partidos de organizações que se formaram inclusive, principalmente após o Golpe de 64 e que, aí que houve.... e com as diversas propostas políticas que, em alguns pontos se integravam, alguns pontos eram diferenciados, então, isso, por exemplo, eu não percebi no texto. Eu acho que.... e aí o papel também da igreja, o papel da imprensa alternativa, então toda a resistência democrática, eu acho que ela ficou muito assim, movimento social em geral e movimento estudantil e, no entanto, quer dizer, a imprensa alternativa, ela teve um papel extraordinário na resistência democrática e na luta pela liberdades democráticas. Tô falando muito rápido mas está escrito tudo direitinho. Então, num determinado momento, na folha 15, falo da memória da luta, memória da ditadura militar. Aí eu acho que houve um equívoco porque eu acho que não se pretende a memória da ditadura militar e sim a memória da luta pela democracia, pelo socialismo, pela igualdade, pelas liberdades, pelos direitos. Mas eu acho que houve uma, enfim, acho que é uma coisa que tá tranquilo. A caravana de Anistia ele só ficou claro no Projeto Educativo, porque, como a gente recebeu primeiro o outro eu fui pro primeiro e fiquei...mas como é que vai ser essa caravana? Não dava, aí só quando recebemos, no dia seguinte, recebemos o Educativo, aí que fez a ligação do que que era. Então a articulação com esse Centro de Memórias Reveladas que é um projeto do Governo e o que, que nos une nesse projeto se for.... e aí que não está claro, se for um Projeto de Memorial da Anistia, o que que nos une, como nos une, porque essas experiências já estão existindo de uma forma geral. Existe um projeto do Governo que já tem todo..., etapas, etc. definidas e todo uma viabilidade já pronta. Então, essa é a questão. A questão da interligação do trabalho conjunto com o Cone Sul em função da Operação Condor, quer dizer, e as diferentes formas de anistias, aí, imagem de memória. Eu me lembro que tem um momento do Projeto Educativo que fala assim: precisamos defender a, assim, reforçar a anistia do Brasil. Eu vou ver se acho aqui. Mas não se trata de reforçar a anistia do Brasil mas se trata de analisar o que que significou a anistia do Brasil e qual a sua relação com os outros porque no seminário, por exemplo, que teve com o Cone Sul, que teve representação pelo Ministério Público, ficou muito claro, quer dizer, tinha representantes do Uruguai, Peru, Argentina, Chile, enfim, mas ficou muito

claro que todos, todos consideravam que o Brasil é o mais atrasado. Tem também o texto do Comparato, do Hélio Bicudo, etc. Então a gente precisa também trabalhar essa questão pra gente ver como no Brasil foi quem.... o processo que é considerado por alguns setores e tudo mais mobilizados, como sendo o mais atrasado da América Latina. Então, acho que em algum momento tem, assim, a defesa de como valorizar, tá aqui, página 23, “valorizar o instituto de anistia do Brasil”, aí eu acho que já dá um juízo de valor, quer dizer, na verdade, seria mais assim, ao invés de qualificar seria analisar e avaliar e comparar o instituto de anistia do Brasil com os outros lugares em função também das conjunturas, conjunturas de cada país. Eu acho que, eu acho que é sem dúvida nenhuma, não tenho a menor dúvida. E na questão do Projeto Educativo, só pra terminar que não dá mesmo tempo, que eu acho que tem também essa mesma confusão de definição de um projeto da anistia ou é da Comissão. Essa eu acho que é o grande questão que eu acho que a gente precisava avançar mais, mas eu acho que o Eixo Educativo devia ser, no meu entender, assim, a educação pros direitos humanos mas a educação como um direito humano que é inclusive como os movimentos de educação no Brasil e na América Latina tão tratando hoje, e se unificando em termos desta questão, quer dizer, vendo aí, inclusive tem brigas homéricas com a saúde, com não sei o que, por causa que a educação como um direito humano envolve uma série de consequências, então, não só trabalhar a educação para os direitos humanos mas a educação como um direito humano, é isso aí. E a questão, acho que vocês também estão trabalhando, eu acho, eu também to fazendo sugestão, que eu acho fundamental principalmente num país que a maior parte da população não ler, não..., enfim, não tá acostumada a isso, usar outras formas de penetração e de trabalhar, trabalhar com o (???) oprimido, trabalhar com manifestações culturais, com música, com a questão da cultura, isto está previsto legal. Eu acho que tem aí, eu acho que só desenvolver sugestões e como que essas questões vão ser dadas, mas eu, eu me senti assim muito contemplada nas minhas, nos meus sonhos. Então, eu,... as questões que eu estou levantando fazem parte assim, to me sentindo assim, o momento inteiro eu fui lendo me sentindo parte desse projeto que vocês deram os primeiros passos.

Início: 04:07:35

Simone:

Eu queria falar rapidamente, só pra não deixar..., assim, tentar esclarecer alguma coisa e tentar colocar assim que eu me sinto muito a vontade pra falar desse Centro de Memórias Reveladas porque esse projeto também é fruto de um projeto que eu vivenciei na Secretaria Especial de Direitos Humanos em 2004, a gente começou a falar nisso, que foi o centro de referências e, desse centro de referências se evoluiu várias outras propostas e dentro dessas, o Centro de Memórias Reveladas. Em 2004 surgiu essa ideia, de fazer um centro de referência e naquela época ele era um centro de referência virtual, ele seria um...., o que diz o nome mesmo, centro de referencia, um espaço virtual onde a gente pudesse congrega ali links desses outros memoriais, de todos os lugares onde há acervo referente ao tema e tinha também a proposta de construção, de ter um espaço físico, mas isso era um segundo momento e era uma coisa que ia se pensar ainda. Esse projeto ficou parado na Secretaria Especial de Direitos Humanos por dois anos praticamente e agora está sendo levado ao cabo pela ministra Dilma com o Jaime do Arquivo Nacional que está encabeçando isso aí. A nossa proposta aqui surgiu....em princípio seria da anistia, entendeu?, só que como a gente está.... a gente está na fase do designe da coisa, de projetar, então a gente está na fase dos contatos, das parcerias, a gente está com a ideia agora de visitar os Centros de Documentação da América, que eu já tive a oportunidade de ir, mas alguns colegas não, então levar pra ver, tem a “Memória Abierta” na Argentina que faz um trabalho muito parecido com o que a gente está propondo aqui e também esses centros que já tem no Brasil, que já estão constituídos. Fazer contato com eles e ver a melhor forma de constituir esse nosso. Então ainda tá

nessa fase de designe. Eu acho essas colocações que a senhora colocou são fundamentais pra a gente tentar, assim, sentar e vamos pontuar, é da Comissão de Anistia? A princípio o Centro de Documentação é o nosso acervo aqui, agora no portal a gente pretende botar links de todos os memoriais que possa a pessoa quando acessa já faz aquele link, já vai pro outro, já viaja dentro do acervo daquele outro memorial. Então isso tudo é parcerias que a gente tem que saber descer.

Início: 04:10:17

Conselheira Sueli Bellato:

Simone eu precisava uma parte, eu tinha me inscrito e como tá prolongando um pouco, eu vou fazer um, pedir licença, vou fazer uma interrupção, porque talvez você possa reagir nessa linha do que você tá falando. É muito difícil fazer a comunicação que eu vou fazer com medo que a gente tem das más interpretações. O projeto é aquilo que o José Carlos disse, tá magnífico, mas ficou em mim uma indagação. Eu sou estado hoje, vocês estão fazendo isso no papel do Governo brasileiro. Como é que a sociedade civil tá participando da feitura desse projeto. Talvez seja um pouco na linha do que a Conselheira Beatriz manifestou, só que ela falou já... ela apontou as várias iniciativas que a sociedade tem, até porque, nós podemos ser passageiros, mas o projeto não pode ser e a sociedade tem que se adonar desse projeto, é dela, é muito mais legítimo, inclusive, que seja dela, do que o estado faça pra ela. Então é um pouco, pode..., não quero fazer nenhuma crítica ao projeto, muito pelo contrário, ele é fantástico, só que eu tenho na minha cabeça uma coisa que o fantástico nem sempre é amigo daquilo que é politicamente mais acessível. Como é que a sociedade civil participa e reconhece que é dela esse projeto, como é que ela vai dizer, isso aí eu sou construtora desse projeto também, e não foi o Estado brasileiro que fez pra mim.

Início: 04:11:58

Simone:

Eu acho que isso também a gente está muito tranquilo e eu já lhe passo a palavra Luciana. Porque, assim, a ideia também é essa, que a sociedade civil se aproprie disso porque é ela, na pressão que ela faz é que ela consegue manter uma instituição dessa dentro do Estado e a gente tem conversado com várias associações de anistiandos que vem aqui, de anistiados e anistiandos, que eles nos colocam sempre uma dificuldade que, assim, eles tem acervos, eles têm vontade de fazer, eles gostariam de disponibilizar isso pra coletividade e não tem condições. E então, muito do que eles nos pedem, também é de que o Estado entre como financiadores dessa....., promova essa ação que a sociedade civil....., então eu acho que num espaço desse a ideia também é essa, é que o Estado brasileiro funcione.... sabe que lá... na associação, por exemplo, no Ceará tem uma associação que tem acervo.... se a gente tiver como financiar a digitalização do acervo deles e colocar isso a disposição no portal vai ser uma coisa maravilhosa.

Início: 04:13:08

Conselheira Beatriz:

Eu to rindo porque a ministra mandou pra todos os ministérios dizendo pra recolher os arquivos dos ministérios e as universidades federais, por exemplo, não mandam, nunca mandaram, ninguém quer se desfazer dos seus acervos.

Início: 04:13:26

Conselheira Luciana Ramos:

É só a leitura que eu faço, eu pensei, quando eu tinha lido o projeto, os projetos que já têm... eles têm uma conexão muito grande, eu tinha pensado exatamente nas ponderações que a Conselheira Beatriz e a Conselheira Sueli fizeram. E aí, eu pensei no seguinte: eu acho que as propostas de memoriais, projetos de centro de documentação da sociedade civil, elas não precisam necessariamente estar conectada a proposta do Estado. Nós vivemos hoje uma democracia e essa gestão atual do Governo Federal permite a construção e o debate interno dessa ideia, desses projetos e que isso seja feito de uma forma aberta com a sociedade civil, tanto que há uma possibilidade de, inclusive, financiamento como você falou Simone, de financiamento de projetos, de abertura pra... de,... nas próprias caravanas, pra receptação de documentos, de troca de ideias e os seminários, etc. Mas eu acho que quando eu leio esse projeto eu não tenho problema em incorporar a esse projeto como projeto do Estado. Porque esse projeto é fruto do momento democrático que nós vivemos hoje, assim, de todo debate que é feito dentro do Ministério da Justiça e dentro do Governo Federal sobre a questão da anistia e pra mim é um projeto de Estado mais isso não significa que sendo um projeto de Estado, numa concepção antiga de Estado é que ele vai ser fechado para a sociedade civil, certo?, assim, eu fico muito tranquila em dizer, pra mim esse projeto é do Estado mas que há plenamente interlocuções e intersessões e ligações com projetos da sociedade civil, seja pelo próprio projeto em si, de parcerias, etc, seja com o próprio Estado financiando ações de Centro de Memória, etc, da sociedade civil. E eu não acho obrigatório, eu sei que a proposta da Beatriz não foi essa, mas eu gostaria de deixar externada a minha opinião de que eu não acho obrigatório que esse centro, que esse projeto tenha que congrega todas as anistias porque assim, essa é a visão que nós que estamos no Estado hoje tem desse período histórico. As pessoas que estão na sociedade civil e que porque muitas vezes querem permanecer na sociedade civil tiveram oportunidade de, chances de vim integrar o estado mas que, a gestão atual, mas que não quiseram, quiseram permanecer na sociedade civil, elas têm aquela visão que nesse momento hoje, muitos pontos se congregam, mas em outros pontos não. Então eu acho que a gente tem que saber lidar com essa pluralidade de visões que muitos elas se unem, muito momentos elas se cruzam e é nesse cruzamento que eu acho que esse projeto possibilita essa troca com a sociedade civil, mas, pontuando aquilo que você tinha colocado conselheira, eu acho que na elaboração do projeto, nessa proposta de projeto que foi apresentada, nesse momento não há uma participação de representantes da sociedade civil porque é um projeto, uma proposta,... o projeto prevê intersessões e ligações com organizações da sociedade civil e que essa construção, essa ligação vai ser feita ao longo do tempo. Pra mim ficou claro que esse não é um projeto fechado, assim, e não tem como ser, não tem como ser porque são sempre leituras que se fazem das mais diversas pessoas e das mais diversas organizações de um determinado momento histórico, então eu fico assim ... questionamentos me passaram como o que você fez, como a conselheira Beatriz fez mas depois eu parei pra pensar e disse poxa mas não tem que, sabe, não tem que congrega, não tem que unificar. Eu acho que a riqueza do tema permite e dá vazão a essa pluralidade e como todo mundo tem uma...ou a maioria das pessoa que trabalham com esse tema e que continuam lutando nesse tema, tem mais ou menos a mesma visão, essa intersessão, essa ligação vai ser bem tranquila, vai ser bem possível, era isso.

Início: 04:17:52

Conselheira Sueli Bellato:

Então a Flávia tá pedindo a palavra, eu quero entender que é o encerramento dessa contribuição e que se o outro conselheiro não quiser fazer uso da palavra nós podemos passar a palavra então ao e à Janaína.

Início: 04:18:12

Flávia:

É só mais assim de caráter informativo mas pegando uma carona aí na fala da conselheira Luciana e tendo a preocupação também de dar um retorno pra conselheira Sueli sobre a preocupação dela que é legítima. A gente que sempre militou em movimentos sociais e ONG ligadas sempre... é a nossa bandeira também sempre tá participando também como protagonista desses espaços. Mas, bom é a primeira vez que eu atuo dentro do Governo então é uma situação também complicada mas é possível perceber que a nossa vontade nesse momento era sim de articular todas as formas de organizações, movimentos de uma forma ampla e irrestrita. Quando a gente começa a colocar as coisas em prática a gente percebe que não é tão simples assim, que é preciso sim sentar um grupo, específico, e aí nesse sentido acho que o Dr. Paulo Abrão foi muito feliz porque ele não pegou qualquer grupo de burocrata. Eu acho que ele pegou justamente pessoas que tenham uma vivência de militância em direitos humanos, que tenham uma sensibilidade pro tema e que podiam não substituir evidentemente essas colaborações mas podiam ter a sensibilidade de tentando agregar o lado dos movimentos sociais, das pastorais, dos movimentos urbanos e rurais e enfim, de toda, inclusive do pessoal da comunicação comunitária também pra dentro do projeto e foi muito nesse espírito que a gente foi escrevendo o projeto.

De todo modo era preciso apresentar uma ideia inicial porque nós não temos muito tempo, nós... o Governo termina em 2010. A gente tem o recurso aí disponível, nós temos pouco tempo, grandes ideias e uma equipe relativamente pequena também pra dar conta de tudo isso. Então a ideia era, enfim, colocar a ideia no papel, na medida do possível a gente tentou fazer uma articulação sim, ela é tímida, evidentemente para construção inicial do projeto e elaboração do projeto, ela é tímida mas a gente fez um movimento nesse sentido. Então, por exemplo, ao longo desse projeto a gente fez algumas discussões e é mais informativo mesmo, por exemplo com a FENED, com a Federação Nacional dos Estudantes de Direito, com a UNE, com a União Nacional dos Estudantes, com a Klaxo nós remetemos o projeto também pro Conselho Latino Americano de Ciências Sociais e pra Oklay com alguns representantes da Oklay que é a organização caribenha latino americana de estudantes e, em relação àquele material que eu disse que nós vamos distribuir também na caravana da anistia que é juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude, uma das grandes coisas que nos incomodaram na elaboração daquele material é que no material destinado à juventude sobre o tema democracia, a participação, cidadania e nós não tínhamos na elaboração deles nenhum representante da juventude. Mais ou menos esses dilemas que a gente se deparava. Nós fizemos uma proposta e felizmente acabamos conseguindo sentar com duas pessoas representantes de pastorais e uma delas é a pastoral da juventude, que inclusive é o companheiro da Luciana Ramos e, enfim, foi uma forma da gente sentir que o nosso trabalho também estava sendo legitimado e o pessoal fez grandes contribuições, elas foram incorporadas dentro do caderno temático e ao que parece pelo menos o retorno que a gente tem tido inclusive do PC do B é de que o material realmente está muito bom e a juventude se reconhecendo, a importância das pessoas se conhecerem dentro do projeto. Eu acho que o nosso maior passo, o nosso maior compromisso

conselheira, e não perdendo isso de vista, tem que ser também ao longo da execução do projeto como a conselheira Luciana falou, quer dizer, durante as caravanas quem serão os parceiros, qual o papel de cada um deles, eles serão protagonistas desse projeto, eles se sentirão parte dele também. Então eu acho importante ter em mente isso. Eu particularmente e a Tatiana temos essa preocupação e vão fazer de tudo efetivamente pra que a gente possa realmente, por exemplo, nas caravanas quando a gente coletar os depoimentos e tal, porque a caravana não ser deslocada pra fazer julgamentos de grandes personalidades mas sim de pessoas anônimas. Eu acho que por aí já passa mais ou menos o que se quer da caravana. É justamente pegar as pessoas anônimas também que tiveram grandes contribuições e torná-las protagonistas desse processo. Mas enfim é mais ou menos assim, mais a título de informação e, justamente, dizendo que é,... demonstrando que a preocupação existe.

Início: 04:22:44

Conselheira Sueli:

Nós queremos agradecer muito a vocês três a apresentação, saber que tá sendo feita da forma mais legítima e competente e nós que já vivemos experiências e quebra de continuidade, não queremos que haja uma quebra de continuidade nesse projeto. E é nesse sentido..., e a gente quer cumprimentar vocês, parabéns viu. (aplausos)

Então, assim como hoje nós já vimos que nós éramos estado no começo e continuamos estado hoje, éramos governo no começo mas nós continuamos, então, se os conselheiros estão de acordo, passo a palavra, então a Janaína e o Miller, muito obrigada.

Início: 04:23:33

Janaína Abigail:

Bem, o setor de análise traz e em breves 5 minutos esperamos dois temas que deverão ser apresentados aos senhores pra apreciação na próxima sessão plenária do dia 12 de dezembro. Trata-se de dois casos que já foram apreciados em turma e indeferidos por unanimidade. Um deles é um bloco de mais ou menos 200 processos da Advocacia-Preventiva. Não sei..., eu creio até que o Dr. Marcio Gontijo possa lembrar. São processos de um determinado escritório de advocacia onde ele trata na petição inicial que é padrão com frases do tipo: “prestou concurso público pra açougueiro”. E, esses processos foram indeferidos, nós, à época convidamos o advogado a vir até aqui, explicamos tudo pra ele e, mesmo assim, ele interpôs recurso nesses 200 processos solicitando as seguintes diligências: ABIN e STM. O analista Miller ficou com a responsabilidade junto com a Claudia, inclusive tem até também um projeto de acelerar o julgamento desses processos de recursos. Esse caso nós já temos o indeferimento, o voto já está aqui. O outro caso que temos além da Advocacia Preventiva são os Bombeiro de Nilópolis, do Rio de Janeiro. Uma parte deles já foram deferidos pela Comissão de Anistia e esses que são em torno de 30 ou 40 foram indeferidos e hoje eles ingressam com recurso. Nós temos duas outras situações que nós não vamos esmiuçar, mas dentre elas é aquele fato de que a época essa pessoa deveria ter uns 10 ou 12 anos, ou seja, totalmente incompatível. A nossa proposta, do setor de análise é exterminar o mais rápido possível com esse tipo de processo. (risos). Encerrar, peço até desculpas, encerrar com esse tipo de processo dentro do plenário pra que nós possamos atuar naqueles casos que realmente tem o direito. Vou passar a palavra ao Miller pra informar maiores detalhes sobre o

voto pra quando os senhores recebam por meio digital ou por meio de papel já terem a noção exata do que se trata e ao invés de a gente remeter, de repente, 50 processos ou 30 pra cada um, nós poderíamos enviar por amostragem.

Início: 04:26:17

Miller:

Boa noite conselheiros, na verdade, acredito que a Viviane, o pessoal do julgamento deve ter encaminhado a minuta dos votos por e-mail, eu não sei se todos receberam. Na verdade, uma minuta a gente encaminhou justamente pra que fossem feitas considerações pra até mesmo aprimorar pra a gente poder ter um entendimento coletivo com relação aos votos e pudesse até mesmo acelerar os julgamentos, se fosse o caso, não havendo divergência com relação ao mérito porque são casos mais ou menos consolidados já. Foram feitos vários julgamentos desses processos e a situação é meio que, é incontroversa, não existe uma divergência muito grande de entendimento. Na verdade não existe divergência nenhuma nesses casos. Na verdade nós encaminhamos a ementa pra que houvesse as considerações dos conselheiros pra a gente tentar montar um voto padrão englobando as ideias que viessem, se alguém, quem quiser colocar alguma consideração de natureza teórica com relação à lei de anistia ou mesmo alguma observação fática, porque os processos são mais ou menos padrão, então a gente tentou fazer a minuta de forma padronizada pra permitir o julgamento coletivo desses processos e assim acelerar o trabalho, os trabalhos da Comissão. Eu to, inclusive, com as três minutas aqui, nós encaminhamos por e-mail, eu não sei se todos receberam, mas nós encaminhamos por e-mail, mas elas estão impressas, estão impressas aqui, eu não sei qual a quantidade de papel os conselheiros receberam hoje, eu to achando que, se quiserem a gente encaminha pelo Correio também junto com (não, economiza o Correio, que é isso!!) ah!, então beleza, então acho até mais fácil aqui, quem quiser já pode levar.

Início: 04:28:10

Janaína Abigail:

Não, para os conselheiros eu posso ajudar o Miller tipo que é essa Advocacia Preventiva lançou no Brasil inteiro em especial Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, tem casos, por exemplo, todo aquele que foi forçado a prestar serviço militar tem direito a anistia. Então tem várias situações dessas estapafúrdias que estão dentro.... na época pensamos, não é Dr. Marcio, lembra?, encaminhar alguma coisa pra OAB, fizemos isso, que a OAB, inclusive, porque era uma propaganda enganosa, fazendo vítimas as pessoas também com menos recurso, encaminhamos à OAB federal e a OAB dos estados onde os advogados estavam envolvidos mas não tivemos resposta.

Início: 04:29:05

Miller:

Só com relação a esse caso desse escritório específico a Advocacia Preventiva ele entrou com ações pra várias empresas com relação a requerentes de várias empresas do estado de Goiás e depois que houve o indeferimento porque os fatos narrados não se relacionavam com nenhuma perseguição política, no recurso ele solicitou de todos eles de forma totalmente desconexa com os fatos narrados ele solicitou certidão da ABIN e do STM numa tentativa de repente dar um tiro no escuro e ver se de repente acerta alguém. Então a gente colocou algumas considerações relacionadas justamente com a natureza do processo da Comissão de Anistia que como processo administrativo os próprios atos desse processo eles têm que ser motivados eles têm que ter o mínimo de motivação política, o mínimo de motivação que justifique a realização daquele ato até mesmo a diligência porque senão a gente ia despender energia, gasto, para fazer várias diligências quando o fato que era narrado não se relaciona com perseguição política. Então a gente já talhou esse processo no sentido de realmente fazer um julgamento mais efetivo e mais célere.

Conselheira Sueli Bellato:

Então, encaminhamento, Janaína.

Início: 04:30:27

Janaína Abigail:

Então, somente pra finalizar, a questão é a seguinte: como os processos serão julgados em bloco nós gostaríamos contar com a colaboração de todos os conselheiros que caso não recebam esse material por e-mail, como foi do Dr. Vanderlei, nós vamos enviar novamente, que façam as suas alterações e nós vamos individualizar. Porque quando um conselheiro modifica um voto que é padrão depois desse julgamento nós temos um trabalho muito complicado de ordem administrativa, compreendem, então quanto mais a gente não mexer e quanto mais, como se diz, a gente tiver essa modificação se for necessária antes, mas fácil o nosso trabalho pra finalizar de uma vez por todas com essas questões que na verdade.....

Conselheira Sueli Bellato:

Algum conselheiro quer fazer uso da palavra? Senão....

Tem que fazer a portaria, tem que fazer a portaria. Não vai ficar parado em nada.

Então, quero agradecer aos conselheiros, as conselheiras, os nossos assessores, a equipe de apoio do som e, especialmente a cada um que me apoiou na realização dessa tarefa do dia de hoje. Obrigada Dr. Jorge também. Muito obrigada. Está encerrada a sessão.

Término: 04:31:42